

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
DOUTORADO EM SAÚDE PÚBLICA



**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E
ESCOLARIDADE: UM ESTUDO EM
TRÊS CAPITAIS BRASILEIRAS**

SALVADOR, BAHIA
MARÇO – 2008

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE SAÚDE COLETIVA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SAÚDE COLETIVA
DOUTORADO EM SAÚDE PÚBLICA

**GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIDADE: UM
ESTUDO EM TRÊS CAPITAIS BRASILEIRAS**

Tese de doutoramento apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Saúde Coletiva, da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Doutor em Saúde Pública, área de concentração em Epidemiologia.

DOUTORANDA: MARIA DA CONCEIÇÃO CHAGAS DE ALMEIDA
ORIENTADORA: PROF^a ESTELA MARIA LEÃO DE AQUINO

BANCA EXAMINADORA: PROF^a MARIA LUIZA HEILBORN
PROF. EDUARDO LUIZ RIOS-NETO
PROF^a GREICE MARIA DE SOUZA MENEZES
PROF^a MARIA INES COSTA DOURADO

SALVADOR, BAHIA
MARÇO – 2008

A447 Almeida, Maria da Conceição Chagas de.

Gravidez na adolescência e escolaridade : um estudo em três capitais
brasileiras / Maria da Conceição Chagas de Almeida. – 2008.
172 f.

Orientadora: Profa. Dra. Estela Maria Leão de Aquino.

Tese (doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Instituto de Saúde
Coletiva, 2008.

1. Gravidez na adolescência. 2. Escolaridade. I. Aquino, Estela Maria
Leão de. II. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Saúde Coletiva.
III. Título.

CDD 362.7083 – 22.ed.

***Aos adolescentes brasileiros, especialmente
Elaine, Bruno, Ana, Caio, Ana Luisa,
Gustavo, Juca, Nina, Marina, Felipe,
Daniela, Luane, Mateus, Flora e Gabriel que
a cada dia nos ensinam uma nova lição.***

AGRADECIMENTOS

- Aos **meus pais**, pelo amor, apoio e dedicação.
- À minha eterna orientadora **Estela Aquino**, pela paciência e por todos os momentos que carinhosamente a mim dedicados.
- À minha segunda mãe **Graça Teixeira**, pelo amor e apoio incondicional.
- As “poderosas” **Jenny Araújo** e **Greice Menezes**, minhas interlocutoras privilegiadas pela cuidadosa e paciente leitura e pelos momentos de discussões sobre a tese.
- Às queridas e inseparáveis colegas e cúmplices do MUSA, **Acácia Dias**, **Lílian Marinho**, **Iêda Franco**, **Ana Paula dos Reis**, **Gabriela Lamego**, **Edileusa Santos**, **Cecília McCallum**, **Diorlene Oliveira**, **Tatiane Lemos** e **Cristiana Almeida** afinal, lá se vão 14 anos de convivência harmoniosa.
- A **Edson Moreira Júnior** pela compreensão e estímulo para que essa etapa fosse concluída.
- Aos meus novos colegas da FIOCRUZ, **Isabella**, **Záira**, **Raí**, **Pricila**, **Aldo**, **Simone**, **Fred**, **Cris**, **André**, **Verena**, **Márcia**, **Juliana**, **Carolina**, **Bethânia**, **Érika** e **Brotas** pela acolhida carinhosa.
- Às **professoras** e **professores** do ISC por todos os anos de transmissão de conhecimentos.
- Às pesquisadoras e pesquisadores do estudo GRAVAD, **Estela Aquino**, **Maria Luiza Heilborn**, **Daniela Knauth**, **Cristiane Cabral**, **Fabíola Rohden**, **Elaine Brandão** e **Michel Bozon** pela oportunidade de desvendar o mundo dos inquéritos populacionais e a todos que contribuíram nas diversas etapas da pesquisa.

- Ao professor **Eduardo Rios-Neto** e as professoras **Inês Dourado e Greice Menezes**, pela valiosa contribuição à época da qualificação.
- A **Cláudio e Mateus**, meus dois grandes amores, por apoiar e compreender as minhas ausências e por compartilhar as dores e os doces sabores de todos os momentos vividos durante essa jornada.
- Aos **jovens** brasileiros participantes da pesquisa, por nos permitir conhecer um pouco das suas vidas. Sem eles, este estudo não seria possível.

*“Você não sabe o quanto caminhei
Pra chegar até aqui
Percorri milhas e milhas antes de dormir
Eu não cochilei
Os mais belos montes escalei
Nas noites escuras de frio chorei...”*

(A Estrada – Cidade Negra)

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO.....	8
2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA....	11
2.1 ASPECTOS GERAIS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	11
2.2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA.....	13
2.3 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIDADE.....	15
2.4 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS HOMENS	18
2.5 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E O “CICLO DA POBREZA”	20
3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS.....	25
3.1 A TEMÁTICA: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA.....	25
3.2 A TRANSIÇÃO ADOLESCÊNCIA-ADULTEZ.....	26
3.3 ESCOLARIZAÇÃO: UM PROCESSO DE TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS E DE VALORES.....	28
3.4 EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO.....	32
3.5 UM MODELO ANALÍTICO POSSÍVEL	33
4 A PESQUISA GRAVAD.....	36
4.1 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA	36
4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA	37
4.3 EQUIPE DE PESQUISA E TREINAMENTO	40
4.4 ESTUDO PILOTO.....	41
4.5. PRODUÇÃO DOS DADOS	41
4.6 CONTROLE DE QUALIDADE	42
4.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS	42
4.8 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS.....	42
4.9 INDICADORES CRIADOS.....	43
5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO.....	47

6 OBJETIVOS.....	47
6.1 GERAL.....	47
6.2 ESPECÍFICOS	47
7 RESULTADOS.....	48
7.1 ARTIGO 1 - TRAJETÓRIA ESCOLAR E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE JOVENS DE TRÊS CAPITAIS BRASILEIRAS.....	48
7.2 ARTIGO 2 - A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E A CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ENTRE JOVENS DE TRÊS CAPITAIS BRASILEIRAS.....	78
7.3 ARTIGO 3 - A INFLUÊNCIA DA ESCOLARIDADE NO PADRÃO INTERGERACIONAL DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA	112
8 CONSIDERAÇÕES FINAIS	138
8.1 LIMITES E POTENCIALIDADES DO ESTUDO.....	138
8.2 AS CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS	141
9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
10 ANEXOS.....	155

1 APRESENTAÇÃO

A investigação aqui apresentada pretendeu estudar os eventos reprodutivos, especialmente a gravidez de adolescentes e jovens, e sua relação com a escolaridade. Vários estudos têm sido feitos sobre o tema, enfatizando-se de um modo geral, a associação entre a gravidez antes dos 20 anos e os baixos níveis de escolarização das jovens, porém, neles observou-se poucos procedimentos analíticos que considerassem a época em que ocorreram os eventos reprodutivos e escolares como, por exemplo, a evasão. Também, a gravidez adolescente tem sido relacionada a piores condições sócio-econômicas familiares, sobretudo da mãe das/os jovens, o que consistiria na reprodução da pobreza. Outro aspecto que merece destaque é ainda baixa visibilidade na literatura dos reflexos da gravidez e da parentalidade sob a perspectiva masculina.

O presente trabalho inseriu-se em um estudo de base populacional realizado com jovens de 18 a 24 anos de ambos os sexos em três capitais brasileiras - “*Pesquisa GRAVAD – Estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*”. O inquérito que envolveu pesquisadores de três instituições com tradição de pesquisa, com diferentes formações acadêmicas, permitiu avaliar as trajetórias dos jovens à luz de categorias como gênero e classe social, em três centros urbanos cujas realidades são bastante distintas. Partiu-se do relato das moças e rapazes entrevistados sobre as suas características familiares, trajetórias escolares e de trabalho e eventos sexuais e reprodutivos ocorridos, sobretudo na adolescência.

A primeira parte desta tese enfoca a literatura sobre os determinantes e as conseqüências da gravidez antes dos 20 anos, destacando sua relação com a escolarização. Seguem-se considerações sobre as questões teóricas envolvidas no tema

da gravidez na adolescência e escolaridade. Posteriormente, descreve-se os pressupostos e os procedimentos metodológicos da pesquisa GRAVAD.

Os resultados do estudo são apresentados sob a forma de três artigos, com os recortes propostos e aprovados pela banca à época do exame de qualificação.

O Artigo 1 – *“Trajetória escolar e gravidez na adolescência entre jovens de três capitais brasileiras”* – é um estudo exploratório de corte transversal, no qual se pretendeu descrever a relação entre características da trajetória escolar de jovens homens e mulheres com idade entre 20 e 24 anos e a ocorrência da gravidez na adolescência (da própria entrevistada, ou das parceiras dos rapazes), enfocando os motivos alegados para o abandono escolar e o momento em que o mesmo acontece. Esse artigo já se encontra publicado na revista científica “Cadernos de Saúde Pública” volume 22, número 7, de julho de 2006 (Almeida, Aquino & Barros, 2006).

No Artigo 2 – *“A gravidez na adolescência e a conclusão da educação básica entre jovens de três capitais brasileiras”* – tem como objetivo principal avaliar em que medida a ocorrência de uma gravidez na adolescência influenciou a conclusão da educação básica dos jovens de ambos os sexos frente a outros indicadores macro-sociais. Foram selecionados para a análise os entrevistadas/os com idade entre 20 e 24 anos, pressupondo que, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, todos esses jovens já deveriam ter concluído a educação básica e em razão da idade não poderiam ter mais episódios reprodutivos na adolescência. Foram realizados procedimentos analíticos bivariados e multivariados para descrever a associação entre os eventos.

O Artigo 3 – *“A influência da educação básica no padrão intergeracional da gravidez na adolescência”* – foi inspirado na literatura revisada que indica que jovens com gravidez antes dos 20 anos apresentam um padrão de baixa escolaridade e

fecundidade precoce semelhante ao das suas mães, estando, portanto mais propensos a reproduzir o “ciclo da pobreza”. Nesse artigo pretendeu-se avaliar a influência da escolarização nessa relação como elemento de mudança da determinação sócio-familiar da gravidez na adolescência. A população do estudo compreendeu as moças e os rapazes com idade entre 20 e 24 anos com e sem episódios de gravidez na adolescência. Foram utilizadas técnicas de análise multivariada para obtenção dos resultados.

Ao final da tese, são descritos os limites e potencialidades do estudo e são tecidas algumas considerações à luz dos resultados encontrados, como subsídios às políticas públicas educacionais e de saúde.

2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

2.1 ASPECTOS GERAIS DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

A visibilidade da gravidez na adolescência no Brasil é atribuída ao declínio das taxas de fecundidade total¹ que, desde 1980, em todas as regiões vêm decrescendo progressivamente, sobretudo pelo efeito do uso de métodos contraceptivos e do recurso ao aborto (Berquó, 1993; Hardy et al., 1994; Camarano, Araújo & Carneiro, 1999).

Na década de 90 registrou-se uma queda não uniforme da fecundidade que foi mais acentuada entre os segmentos nos quais anteriormente ela era mais elevada, ou seja, entre as mulheres negras, mais pobres, menos escolarizadas, de áreas rurais e das regiões Norte e Nordeste (Berquó & Cavenaghi, 2006). A maior parte dessa redução foi observada entre as mulheres dos grupos etários centrais do período reprodutivo – 25 a 30 anos (Gupta & Leite, 2001) – constatando-se momentos de ascensão ou queda inexpressiva no grupo etário de 15 a 19 anos (Camarano, Araújo & Carneiro, 1999); essa tendência – “rejuvenescimento da fecundidade” – culmina com o aumento do peso relativo da taxa de fecundidade das mulheres mais jovens que passou de 9% em 1980 para 14% em 1991, chegando a 20% no ano 2000 (Berquó & Cavenaghi, 2005; Rios-Neto, 2005).

O mesmo fenômeno foi observado no México (Stern & García, 1999), apesar das campanhas de controle da natalidade estabelecidas pelo Estado. Porém, os autores ressaltam que os programas de planejamento familiar em curso no país eram voltados explicitamente para mulheres unidas ou casadas.

Nos Estados Unidos, as taxas de gravidez na adolescência permaneceram razoavelmente estáveis até 1980, aumentando no início dos anos 90 e decrescendo

¹ Expressa o nº médio de filhos que teria uma coorte hipotética de mulheres, que durante sua vida fértil tiveram seus filhos de acordo com as taxas específicas de fecundidade por idade (IBGE, 2002).

21,0% entre 1990 e 1997 (Darroch, 2001). Ainda assim, comparando-se 33 países desenvolvidos, foram encontradas em 1995, as maiores taxas de gravidez e nascimento entre mulheres com menos de 20 anos nos Estados Unidos, sendo este país superado somente pela Rússia (Darroch, 2001).

Ao traçar um panorama do comportamento reprodutivo de adolescentes em países em desenvolvimento, Singh (1998) chama atenção que ter um filho na adolescência, na perspectiva das jovens, pode trazer tanto conseqüências consideradas positivas – como a progressão da infância para a fase adulta, o *status* conferido pelo casamento e a maternidade –, como negativas – o ônus de cuidar de um bebê e a interrupção dos estudos; a autora assinala que as conseqüências sociais e econômicas da maternidade na adolescência dependem também de aspectos culturais, que variam entre os países.

Além da queda da fecundidade observada em outros grupos etários, fatores como a ocorrência da parentalidade fora de uma união conjugal formal e as possíveis conseqüências para a saúde da jovem e seu bebê têm contribuído para o aumento da visibilidade da gravidez nessa fase da vida (César, Ribeiro & Abreu, 2000; Gama et al., 2001; Simões et al., 2003; Goldemberg, Figueiredo & Silva 2005). Do ponto de vista sócio-econômico, a gravidez na adolescência tem sido associada à transmissão da pobreza, à baixa instrução, a famílias mais numerosas e ao maior desemprego ou a empregos precários (Fustenberg, Levine & Brooks-Gunn, 1990; Hoffman, 1998). Outros fatores particularmente de cunho moral como uma suposta erotização precoce e a falta de diálogo entre pais e jovens contribuem para caracterizar a gravidez na adolescência como um problema social e de saúde, o qual suscita atenção especial nas políticas públicas (Heilborn, 2006).

Diante dessa maior visibilidade da gravidez entre mulheres com menos de 20 anos, o tema tem sido estudado por vários autores, sob diferentes perspectivas, sendo exploradas particularmente a associação entre a gravidez e as suas conseqüências para a saúde das jovens e de seus filhos, as desvantagens sociais da maternidade nessa faixa etária e a influência desse evento no desempenho escolar dos jovens (Souza, 1998; Camarano, Araújo & Carneiro 1999; Stern & García, 1999; Gupta & Leite, 2001; Heilborn, 2006).

2.2 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA COMO QUESTÃO DE SAÚDE PÚBLICA

Como conseqüência à saúde da mãe, a literatura tem destacado o aumento do risco de morbidade e de mortalidade; para a saúde da criança, estão a ocorrência de prematuridade e o baixo peso ao nascer (César, Ribeiro & Abreu 2000; Gama et al., 2001; Simões et al., 2003; Goldemberg, Figueiredo & Silva 2005).

Em estudo realizado com o Sistema de Nascidos Vivos (SINASC) em Montes Claros (MG) relativo ao ano de 2001 (Goldemberg, Figueiredo & Silva 2005), encontrou-se proporções maiores de partos prematuros entre as mães adolescentes quando comparadas com mulheres de 20 anos e mais. Do mesmo modo, o percentual de baixo peso ao nascer entre as adolescentes superou o das mulheres adultas chegando a 35,2% na faixa etária de 10 a 14 anos. Resultados semelhantes já haviam sido encontrados em São Luís (MA) com uma amostra de nascimentos ocorridos de fevereiro de 1997 a março de 1998 em hospitais das redes pública, conveniada e/ou privada (Simões et al., 2003).

Utilizando também a base de dados do Sistema de Informação dos Nascidos Vivos (SINASC) para os anos de 1996 e 1998, Gama et al. (2001) realizaram um estudo no Rio de Janeiro, tendo como um dos objetivos analisar a gravidez na adolescência

como fator de risco para o baixo peso ao nascer. As autoras concluíram que, mesmo controlando o grau de instrução da jovem (1º grau completo *versus* 1º grau incompleto) e local onde o parto aconteceu (maternidade pública *versus* privada/militar), o efeito da idade sobre o baixo peso permanece, sugerindo a contribuição de outros fatores como nutrição e estilo de vida para o desfecho analisado.

Contudo, César, Ribeiro & Abreu (2000:178) argumentam não existir “*consenso em relação ao mecanismo pelo qual a idade opera*” em relação à saúde da mãe e dos recém-nascidos. De fato, para alguns autores as adolescentes não estariam fisiologicamente “prontas” para reproduzir, enquanto que outros contra-argumentam que as diferenças encontradas entre adolescentes e mulheres mais velhas tendem a desaparecer em sociedades com bons níveis nutricionais e com maior acesso aos cuidados de saúde (Singh, 1998; Stern & García, 1999; César, Ribeiro & Abreu, 2000). Ou seja, para esses últimos autores a idade seria um fator potencializado pelas precárias condições socioeconômicas, devendo-se nos estudos sobre a questão se levar em conta seu papel como fator de confusão na análise da gravidez e os efeitos à saúde da jovem ou do recém-nascido.

César, Ribeiro & Abreu (2000) realizaram um estudo utilizando a técnica de regressão logística com os dados disponíveis no Sistema de Mortalidade (SIM) e do Sistema de Informação dos Nascidos Vivos (SINASC) para o município de Belo Horizonte (MG) no ano de 1993. O objetivo das autoras era testar a hipótese levantada por Geronimus (1987) do efeito da idade da mãe sobre a morte das crianças. Segundo esta autora em condições de pobreza, a saúde das mulheres tende a se agravar à medida que a idade aumenta, ou seja, considerando as mesmas condições socioeconômicas, as crianças filhas de mulheres mais jovens teriam mais chance de sobreviver. Nos resultados encontrados constata-se uma associação entre idade materna e mortalidade

neonatal, porém quando ajustada pelo nível educacional da mãe (*proxy* do nível sócio-econômico) essa associação foi abrandada. Portanto, as autoras confirmaram a hipótese de Geronimus (1987), concluindo que a mortalidade de descendentes de mães adolescentes deve-se mais às condições de vida do que aos fatores biológicos, prevalecendo o efeito-pobreza em detrimento do efeito-idade (César, Ribeiro & Abreu 2000).

Em síntese, o debate sobre o efeito da idade da mulher à época da gravidez sobre a saúde da adolescente e de seus recém-nascidos permanece inconclusivo, merecendo análises aprofundadas que levem em conta os contextos econômicos, sociais, educacionais e nutricionais nos quais os jovens estão inseridos.

2.3 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E ESCOLARIDADE

Deslocando o foco da discussão dos efeitos da gravidez na saúde da mãe e do/a filho/a, outros estudos têm buscado descrever a associação entre a gravidez adolescente e o nível educacional das jovens e suas famílias, com o objetivo de verificar a influência da gravidez na educação das/os adolescentes e, portanto, nas suas oportunidades futuras.

Fallopa et al. (1994), buscando traçar o perfil de adolescentes grávidas internadas em uma maternidade municipal de Londrina, entrevistaram 50 puérperas, dentre as quais 94,0% não freqüentavam mais a escola. A gravidez foi responsável por 23,4% do abandono escolar e as demais adolescentes alegaram outros motivos como: necessidade de trabalhar (19,1%) falta de escolas perto de suas residências (12,8%) ou mesmo por opção individual (19,1%). Os autores, concluem que a escola tem um papel importante no processo de transmissão de informação, recomendando, portanto, que a educação sexual deve ser iniciada antes da adolescência, de modo a evitar a gravidez e seu conseqüente impacto no percurso escolar.

Em outro um estudo realizado em uma maternidade de beneficência de São Paulo, Fujimori et al. (1997), ao entrevistarem 155 adolescentes de 13 a 19 anos, identificaram que 80,0% das famílias das gestantes recebiam menos de dois salários mínimos e, mais de um terço delas (36,8%) procediam dos estados da região Nordeste, que é uma das mais pobres do país. Do mesmo modo, a maioria das jovens havia abandonado a educação formal (84,5%) e dessas 79,4% não haviam cursado oito anos de estudos; entretanto não fica claro no texto em que medida a evasão escolar foi causada pela gestação.

Ao analisar dados de puérperas de 12 a 19 anos de idade de unidades de saúde de todos os tipos de estabelecimentos (públicos, privados e conveniados), em relação às repercussões emocionais, Sabroza et al. (2004a) observaram que 23,7% delas apresentaram uma autovalorização negativa, que foi maior entre as que já não estudavam ao engravidar (27,1%). Também foi maior a proporção de adolescentes com pouca ou nenhuma expectativa em relação ao futuro entre aquelas que desejaram engravidar (28,8%), quando comparadas às que não desejavam (18,5%).

Por outro lado, Dadoorian (2003), em uma pesquisa que buscou articular o enfoque sociológico e antropológico com a teoria psicanalítica acerca da sexualidade feminina, realizou entrevistas semi-estruturadas com adolescentes grávidas de classes populares de um hospital público do Rio de Janeiro. As jovens entrevistadas freqüentavam escolas públicas, porém a maior parte delas havia abandonado a escola, não trabalhava e mencionara projetos de vida restritos a um futuro imediato – cuidar do filho e trabalhar para sustentá-lo. Contudo, essas moças mostravam-se contentes com a perspectiva de serem mães.

O trabalho de Stern & Medina (2000), realizado no México, traz alguns pontos interessantes para discussão desse aparente paradoxo. Segundo esses autores, em

condições de pobreza, o horizonte dos projetos de vida dos adolescentes se reduz notavelmente. Se a isto se soma uma condição familiar conflitante, a união conjugal e a maternidade aparecem como um recurso quase único para enfrentar os problemas, além de conferir um *status* diferenciado aos jovens, em especial para as mulheres.

Gupta & Leite (2001), analisando resultados de pesquisas demográficas realizadas na região Nordeste do Brasil em 1986, 1991 e 1996, constataram entre adolescentes com idade entre 15 e 19 anos com baixo nível de escolaridade, pelo menos o dobro da probabilidade de terem um filho na adolescência quando comparadas àquelas com maior escolaridade. De forma consistente, uma maior instrução apareceu mais fortemente associada ao adiamento do nascimento do primeiro filho entre adolescentes da região Nordeste. Nos três períodos analisados (1986, 1981 e 1996), mesmo controlando-se a idade e as características econômicas e culturais, observou-se que o impacto do nível educacional se manteve: adolescentes com no máximo quatro anos de escolaridade tinham mais do que o dobro de probabilidade de ter um filho antes dos 20 anos, quando comparadas àquelas com pelo menos cinco anos de estudo (Gupta & Leite, 2001).

Em outro artigo, referindo-se aos dados brasileiros da pesquisa BEMFAM/1996, Souza (1998) aponta que 51,0% das jovens entrevistadas de 15 a 19 sem escolarização já haviam se tornado mães, e que 13,0% das mulheres de 15 a 24 anos alguma vez unidas declararam ter abandonado a escola em decorrência de casamento, gravidez ou cuidado dos filhos. O autor conclui que é possível “*levantar a hipótese de que existe causalidade nos dois sentidos da relação entre maternidade e educação*”, sendo, portanto difícil afirmar em que medida o nível educacional causa maior fecundidade. Acrescenta que a constatação de uma menor fecundidade à medida que aumenta o nível educacional das mulheres “*pode estar apenas expressando o efeito de outras variáveis*

positivamente relacionadas à educação que seriam determinantes diretos da fecundidade” (Souza, 1998:78).

Em um estudo realizado nos Estados Unidos sobre a importância da escola e a evasão escolar entre adolescentes grávidas, Stevenson, Maton & Teti (1998) entrevistaram 119 moças com idade entre 13 e 18 anos, no 2º ou 3º trimestre de gravidez, em uma clínica de atendimento pré-natal; destas, 58,8% estavam matriculadas na escola, 10,9% já tinham sido graduadas e 30,0% tinham abandonado a escola. Entre estas últimas, 16,4% alegaram como causa para o abandono o fato de terem engravidado e apenas uma delas afirmou que teria deixado a escola mesmo se isso não tivesse ocorrido.

É evidente nos artigos revisados, a correlação dos eventos gravidez e abandono escolar sem que se tenha investigado a ordem em que eles ocorreram. Nesse sentido, autores como Stern & García (1999) enfatizam que para muitos adolescentes, especialmente em países subdesenvolvidos, a ocorrência da gravidez se dá após o abandono da escola, justificando-se a realização de estudos que analisem adequadamente esta relação.

2.4 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA NA PERSPECTIVA DOS HOMENS

De um modo geral, as pesquisas sobre a gravidez e suas repercussões privilegiam adolescentes do sexo feminino, não avaliando-se as conseqüências para os parceiros masculinos, contribuindo desse modo para a manutenção da invisibilidade dos pais adolescentes. Lyra (1998) revendo a literatura, e diante da dificuldade de encontrar dados sobre pais adolescentes, percebeu que existe uma relação perversa da sociedade adulta: ao anular socialmente a paternidade adolescente, legitima-se não só a ausência

do pai, mas reitera-se a dificuldade dos rapazes de se prevenir de uma gravidez não desejada.

Em um dos estudos mais recentes que envolveu rapazes, Cabral (2003) analisou os dados de uma pesquisa etnográfica realizada com jovens pais de 18 a 24 anos de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro (RJ). A autora relata que a maioria deles já se encontrava fora da escola no momento da entrevista e que essa saída havia sido motivada pela busca de trabalho. Além da necessidade de contribuir financeiramente para o orçamento domiciliar, o “projeto” de autonomização da família e a expectativa de consumo levam o jovem a abandonar a escola antes do evento reprodutivo; ainda que isso diminua o peso imputado à gravidez na adolescência, entre os rapazes, alguns jovens relataram que a gestação da parceira os impediu de continuar estudando. Para eles a paternidade foi um evento marcante na transição para a fase adulta; tornar-se pai adquire o significado de “tornar-se homem”, ainda que o papel principal desempenhado por esses jovens seja o de provedor da criança (alguns assumem também o sustento da mãe da criança). Portanto, isso torna a busca de um trabalho algo indispensável, o que aprofunda o distanciamento desses rapazes com a escola (Cabral, 2003).

Diferentemente, para os jovens das camadas médias, a gravidez não parece ser um fator desestruturador, ao contrário atua como “*elemento demarcador de um novo tempo mais ajustado*”, com interrupção temporária dos estudos podendo ocorrer, mas de um modo geral, os jovens tendem a superar os obstáculos decorrentes e mesmo entre aqueles que já estavam fora do ambiente escolar, a gravidez pode vir a promover o retorno aos estudos (Brandão et al., 2001).

Dias & Aquino (2006) ao compararem mães e pais adolescentes, verificaram que ambos apresentavam baixa escolaridade e entrada mais precoce no mercado de trabalho; no entanto, ainda se perpetuam as distinções de gênero, ou seja, o cuidar da criança é do

domínio feminino, como é do masculino a função de prover. Também permanecem as diferenças de gênero quando se trata do uso de métodos contraceptivos: as mulheres continuam como as principais responsáveis pelo seu uso (Cabral, 2003).

2.5 GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E O “CICLO DA POBREZA”

Uma vertente dos estudos sobre gravidez na adolescência relaciona este evento com a transmissão ou manutenção do ciclo da pobreza, ao produzir uniões instáveis entre os jovens, abandono escolar, e ausência de condições adequadas para criar os filhos. Segundo esse ponto de vista, a parentalidade adolescente aumentaria as diferenças entre os jovens de distintas camadas sociais e seria em parte responsável pela concentração da pobreza em áreas urbanas (Fustenberg, Levine & Brooks-Gunn, 1990).

Sob uma perspectiva socioeconômica, a gravidez na adolescência tem despertado atenção e preocupado muitos governos desde os anos 1970 (Fustenberg, Levine & Brooks-Gunn, 1990; Hoffman, 1998; Singh, 1998). Muitas vezes, o enfoque adotado tem sido de um problema a ser erradicado, motivando políticas de cunho controlista, sob a justificativa de eliminação da pobreza. Em primeiro lugar, essa abordagem contraria a perspectiva atual de que a saúde reprodutiva deve ser tratada nos marcos dos direitos de cidadania. Em segundo lugar, tem sido argumentado que a relação entre fecundidade e pobreza é bem mais complexa, principalmente quanto à mediação da educação.

No México, por exemplo, de acordo com dados disponíveis dos anos 1980/90, a maior parte das jovens que engravidaram na adolescência havia saído da escola anteriormente, portanto, não se poderia atribuir à gravidez as conseqüências do abandono escolar (Stern, 1997). Embora a gravidez adolescente possa ser associada a situações menos vantajosas em termos de bem estar material familiar, para esse autor,

uma parte dessa associação deve-se à origem socioeconômica e étnica da jovem e ao contexto familiar em que foi criada.

Descrever o real dimensionamento dos efeitos sócio-econômicos da gravidez adolescente não é uma tarefa simples, dada a dificuldade de comparação dos grupos de adolescentes envolvidos e a distinção entre os efeitos que são determinados pela gravidez daqueles que encontram-se a ela correlacionados (Hoffman, 1998).

Uma linha de investigação que tem sido destacada por vários autores é a identificação de padrões intergeracionais da reprodução enfocando-se famílias cujas mães e filhas engravidaram na adolescência e buscando-se compreender os mecanismos envolvidos na produção e manutenção do ciclo da pobreza de modo a orientar o desenvolvimento de políticas públicas voltadas para esse grupo.

Kahn & Anderson (1992), examinando a literatura americana dos anos 1980, encontraram diferentes explicações para a repetição da gravidez na adolescência entre as gerações, envolvendo mecanismos diretos e indiretos. Os primeiros dizem respeito à transmissão do padrão de fecundidade entre as gerações por meio da predisposição biológica: a idade da menarca estaria ligada à idade da primeira relação sexual, ao primeiro casamento e ao primeiro filho; e/ou por meio de atitudes: mães que tiveram seus primeiros filhos cedo podem transmitir mensagens positivas sobre essa experiência, além de serem mais tolerantes com o comportamento similar da filha. Os mecanismos indiretos estão relacionados ao baixo padrão sócio-econômico e a instabilidade familiar, sendo esses últimos os mais descritos na literatura investigada.

A análise dos dados do National Survey of Family Growth (NSFG) de 1988 (Kahn & Anderson, 1992), de mulheres negras e brancas que tiveram filhos com idade entre 20 a 44 anos, revelou um forte padrão reprodutivo intergeracional. As descendentes daquelas que tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos apresentaram

maior probabilidade de repetir o padrão de fecundidade materna. Entretanto, ao se ajustar a associação encontrada pela educação da mãe da jovem e características da estrutura familiar, o efeito da idade da mãe da jovem ao primeiro filho reduz-se substancialmente, sugerindo que parte do efeito intergeracional pode ser atribuído ao ambiente sócio-econômico em que as mães criaram suas filhas.

Nota-se, nas pesquisas brasileiras, a ausência de análises comparando adolescentes de diferentes camadas sociais segundo o padrão reprodutivo das suas mães, enfoque que traria elementos importantes para a discussão do evento como fator de perpetuação da pobreza. Fica evidente, que como a maior parte dos estudos foi realizado em maternidades públicas, suas análises reiteram a relação entre gravidez na adolescência e a pobreza; outros trabalhos embora utilizem dados secundários (SIM e SINASC) de abrangência nacional, trazem limitações devido à ausência de variáveis como, por exemplo, a renda familiar.

Um outro limite observado em grande parte dos estudos mencionados é a reiteração da gravidez como sinônimo de maternidade. Apesar da dificuldade em mensurar a prática do aborto provocado, devido à sua ilegalidade no país, parte dos jovens de ambos os sexos entrevistados na pesquisa GRAVAD que mencionaram engravidar (moças e rapazes, em relação à gravidez da parceira) recorreram à interrupção. Menezes, Aquino & Silva (2006), constataram que a primeira gravidez terminou em aborto provocado para 16,7% das moças e 45,9% dos rapazes, embora este fenômeno seja bastante distinto segundo as diferentes faixas etárias e classes sociais. As proporções de relato de aborto provocado foram quatro vezes maior entre moças com renda familiar *per capita* superior a 1 salário mínimo (R\$ 180,00 na época da entrevista) e 3 vezes mais entre aquelas mais escolarizadas, comparadas às de menor renda e instrução.

Parte dessas diferenças pode ser explicada pela heterogeneidade das condições sociais as quais estão submetidos os jovens brasileiros. Enquanto os das classes mais privilegiadas podem realizar seus projetos escolares e profissionais priorizando-os como objetivos a serem alcançados antes do estabelecimento de uma união formal, os demais, oriundos de estratos mais desfavorecidos experimentam um percurso escolar fragmentado e desestimulante, culminando com o abandono escolar e a entrada precoce no mercado de trabalho, em empregos que exigem baixa qualificação; o nascimento de um filho para eles pode, como assinalam alguns autores, re-significar seus projetos de vida (Cabral, 2002; Brandão et al., 2001).

Em uma situação oposta à brasileira, como a da Finlândia por exemplo, que reúne escolarização maciça dos jovens, políticas de incentivo à maternidade/paternidade (licença maternidade por nove meses, auxílio financeiro para os pais até os filhos completarem 18 anos de idade entre outros), ao se entrevistar mulheres que tiveram partos em 1966 e suas filhas 30 anos depois (1997-1998) encontrou-se uma relação inversa entre nível educacional e paridade entre ambas mães e filhas. Se o nível educacional da mãe era baixo a probabilidade de ter cinco ou mais partos foi três vezes maior do a encontrada entre as mulheres com de nível educacional mais alto. Entre as filhas, 39,0% com maior nível educacional eram nulíparas enquanto no nível mais baixo cerca de 26,0% se encontravam nessa condição (Pouta et al., 2005).

O nível educacional da mãe é um fator importante para entender o padrão intergeracional da fecundidade entre mães e filhos. À medida que a escolaridade materna aumenta existe uma tendência à maior escolarização dos filhos/as e conseqüentemente a diminuição da fecundidade (Rios-Neto, 2005).

Na pesquisa GRAVAD encontrou-se uma associação positiva inversa entre a escolaridade da mãe e a gravidez na adolescência de seus filhos. Além disso, ao passo

que o/a jovem tornava-se mais escolarizada/o que sua mãe, diminuía a proporção de gravidez antes dos 20 anos (Aquino, Almeida & Menezes, 2006). Os achados dessa pesquisa corroboram a conclusão de Fustenberg, Levine & Brooks-Gunn (1990): é necessário dar maior visibilidade ao fenômeno da mobilidade escolar ascendente, pela sua extrema importância para a interrupção do ciclo da pobreza. Ao compreendê-la, novas políticas de promoção da igualdade podem ser desenvolvidas tornando crianças pobres em adultos com menos desvantagens.

3 CONSIDERAÇÕES TEÓRICAS

3.1 A TEMÁTICA: GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Adolescentes e jovens têm motivado, de forma crescente, pesquisas sobre temas como violência, drogas, prostituição, iniciação “precoce” na vida sexual e gravidez.

A gravidez nessa fase da vida – entre os 10 e 19 anos de idade – tem sido descrita como um problema social² e de saúde pública, o qual merece atenção especial das políticas públicas voltadas para esse grupo. Calazans (2000), em seu trabalho sobre “Cultura adolescente e saúde” analisou a literatura brasileira sobre saúde sexual e reprodutiva da década de 90, identificando 23 trabalhos sobre gravidez, o que representa o segundo tema mais tratado, só superado pelos estudos sobre a sexualidade.

A fecundidade na adolescência é comumente considerada “precoce”, porque a gestação nesse período anteciparia os “*movimentos socialmente institucionalizados para a reprodução e com isto traz uma série de resultados indesejados para a mulher e filhos*” (Camarano, 1998:110). Porém, o debate no campo sócio-antropológico, salienta que na contemporaneidade as expectativas em torno da idade se alteraram social e historicamente, e que por muito tempo a idade de 14 a 18 anos era considerada ideal para as mulheres terem filhos (Heilborn, 1998; Vinovskis, 2003).

Atualmente, o esperado em relação ao futuro dos jovens, particularmente das mulheres – que devem se dedicar aos estudos, para se capacitarem para um melhor ingresso no mercado de trabalho –, é que se postergue o início da vida reprodutiva.

Nesse sentido, a gravidez na adolescência é freqüentemente apontada como responsável pela evasão escolar e conseqüentemente pela perda de oportunidades melhores de emprego (Gupta & Leite, 2001).

² “Os problemas sociais são problemas que emergem de uma realidade material e social (real-social), para cuja solução é forçoso pensar uma realidade distinta: a solução dos apregoados problemas vividos pela juventude (drogas, delinquência, desemprego, etc.), passa pela liquidação desses problemas, pela projeção de uma modificação do real-social” (Pais, 1993:21).

3.2 A TRANSIÇÃO ADOLESCÊNCIA-ADULTEZ

Até o século XIX, a passagem da infância para a idade adulta ocorria em um período relativamente curto. É nesse século que, na cultura ocidental, começa a ser cunhado o conceito de adolescência, com a ampliação da transição da infância a fase adulta. Na segunda metade do século XX esse conceito foi consolidado nos termos como se conhece atualmente (Vinovskis, 2003). Debert (1998) afirma que, da perspectiva antropológica e histórica, as representações sobre as etapas da vida ganham significados particulares em contextos, sociais e culturais distintos.

Utilizando um recorte cronológico, a Organização Mundial de Saúde considera adolescentes aqueles com idade entre 10 e 19 anos (WHO, 1986), definição que é também adotada pelo Ministério de Saúde no Programa de Saúde do Adolescente - PROSAD (Brasil, 1989). Contudo, esses limites etários podem variar segundo a legislação em vigor no país, determinando os direitos e deveres dos cidadãos. A Lei nº 8.069 de 13/07/1990 que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (Brasil, 1990) considera adolescente a pessoa com idade entre doze e dezoito anos. Ainda de acordo com a Lei nº 10.406 referente ao código civil, aos 18 anos a pessoa adquire maioridade civil, ficando “habilitada à prática de todos os atos da vida civil” (Brasil, 2003). Por outro lado, o direito ao voto no país está garantido a partir dos 16 anos. Ainda que apresentem pontos de corte distintos, que não são ligados necessariamente à estágios de maturidade, essas delimitações etárias são fundamentais para a organização do sistema de ensino, da política e de mercados de trabalho (Debert, 1998).

Do ponto de vista sociológico, Bozon et al. (2003) entendem a adolescência como:

“...um processo biográfico de aquisição progressiva dos atributos da idade adulta, no curso do qual o indivíduo jovem se emancipa do controle das duas instâncias de socialização, que são a família de origem e a escola, para adquirir uma autonomia material residencial,

através da obtenção de um emprego e da constituição de uma unidade conjugal e/ou familiar própria”.

Contudo, segundo Brandão (2004), se essa autonomia – compreendida como autodeterminação pessoal – se dá de modo cada vez mais precoce, paradoxalmente, ocorre em descompasso com a independência – definida como auto-suficiência econômica; ou seja, os jovens prolongam os seus estudos, permanecendo mais tempo na casa dos pais, colocando-os em uma “*posição contígua de negociação, no sentido de estabelecimento de regras, obrigações e direitos atinentes a cada um no espaço familiar*” (Brandão, 2004:63).

O prolongamento da juventude (Galland, 2001), entendido como uma dessincronização da autonomia familiar-residencial e escolar-profissional, coloca a gravidez na adolescência como uma possibilidade na trajetória juvenil (Heilborn et al., 2002). Este fenômeno ganha uma maior visibilidade, no cenário atual da transição demográfica e da emancipação feminina e nos remete à idéia de uma “transição” geracional. Nesse sentido assume-se que “*a idéia de geração implica em um conjunto de mudanças que impõem singularidades de costumes e comportamentos à determinadas gerações*” (Debert, 1998).

A definição de adolescência como um processo biográfico de transição para a fase adulta (Bozon, et al. 2003) remete à noção de trajetória, incorporada pela Pesquisa GRAVAD, com o objetivo de abandonar a “*descrição estática da vida dos jovens em prol da recuperação de um movimento que não é necessariamente linear*” (Heilborn, et al., 2002:21). Define-se trajetória pela sua ‘dimensão objetiva’, como a “*seqüência das posições sociais ocupadas durante a vida, medida por categorias estatísticas e condensada numa tendência geral (ascendente, descendente, estável)*” (Dubar, 1998:1). Também trajetória é definida pela ‘dimensão subjetiva’, “*expressa em diversos relatos biográficos, por meio de categorias inerentes remetendo a ‘mundos sociais’ e*

condensável em formas identitárias heterogêneas” (Dubar, 1998:1), entretanto essa dimensão não será considerada no âmbito desse estudo, ainda que tenha orientado a construção do questionário, a formulação de hipóteses e a futura interpretação dos resultados da pesquisa mais amplo de onde o presente trabalho se originou.

3.3 ESCOLARIZAÇÃO: UM PROCESSO DE TRANSMISSÃO DE CONHECIMENTOS E DE VALORES

A escola, como conhecemos hoje, surgiu com o advento da modernidade, sendo destinada ao cuidado e educação das crianças e jovens. À medida que o tempo e a competência das famílias foram tornando-se escassos, coube a escola a função de educar a juventude, substituindo gradualmente o papel familiar (Camargo, 2003).

O sistema educacional brasileiro iniciou-se no período colonial com um monopólio quase completo da igreja. Progressivamente passou a ser organizado pelo Estado Imperial e posteriormente pela República, tinha com isso a intenção de acompanhar o crescimento econômico e a modernização do país (Akkari, 2001).

Atualmente, o modelo escolar no Brasil expressa uma concepção ampliada de educação, inscrita na Lei de Diretrizes e Bases do Ensino (LDB), elaborada pelo Ministério da Educação em 1996 (Título I Artigo 1º):

“A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais” (Brasil, 1999a).

À família também cabe o dever de educar, além da obrigação de matricular os menores a partir dos sete anos de idade, e ao Estado, cabe a garantia do ensino gratuito (LDB, Título II Art. 2º):

“A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o

exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1999a).

Desse modo, além da dimensão relativa à aquisição de conhecimentos científicos nas diversas áreas disciplinares, a escola é um importante local de socialização e de transmissão de normas e valores sociais. No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais, que visam garantir a todas as crianças e jovens brasileiros o direito de usufruir o conjunto de conhecimentos necessários para o exercício da cidadania, estabelecem temas transversais que devem ser trabalhados em sala de aula. Dentre estes temas, inclui-se a “Orientação Sexual” que tem como objetivo:

“(…) transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados, sem invadir a intimidade nem direcionar o comportamento dos alunos” (Brasil, 1999b).

Assim, a escola amplia a transmissão de conhecimentos, incluindo informações sobre DST/AIDS, concepção e contracepção, tornando-se um *locus* privilegiado de socialização para a sexualidade e reprodução. Essa concepção da escola como espaço de socialização é bem ilustrado em um estudo sobre a sociabilidade juvenil, em que se ressalta como na juventude os laços com a família tendem a tornarem-se difusos, surgindo ou fortalecendo outras instituições socializadoras, dentre as quais, estaria a escola “*encarregada de transmitir os valores sociais mais amplos e de preparar para a divisão social do trabalho*” (Sposito, 1994:164).

Sabe-se, porém, que essa socialização, ou mesmo a transmissão de conhecimentos, não acontece de forma igualitária, muitas vezes reforçando as diferenças sociais, de classe e de gênero. De acordo com Nogueira & Nogueira (2002), até meados do século XX, acreditava-se que a escolarização exerceria um papel central no processo de superação do atraso econômico e de construção de uma nova sociedade, justa, moderna e democrática. Assim, a escola pública e gratuita resolveria o problema

de acesso à educação e garantiria a igualdade de oportunidade para todos, e seria uma instituição neutra, difusora de um conhecimento racional e objetivo.

Entretanto, no sistema educativo no Brasil observou-se ao longo do século XX a privatização do ensino e uma relativa omissão ou falta de capacidade do Estado de promover a escolarização em massa. Diante de uma rede de ensino pública com fragilidades/deficiências qualitativas e quantitativas, o ensino privado passou a ser a principal opção das elites da sociedade, principalmente no que se refere à educação básica. A Constituição Brasileira de 1988, através do Capítulo III, Seção I, estabeleceu a convivência das redes – pública e privada – de ensino desde que a rede privada cumpra as normas gerais da educação nacional, e seja autorizada e tendo avaliada sua qualidade pelo poder público (Brasil, 1988).

A escola também desempenha o papel de seleção e estratificação dos indivíduos de acordo com o seu sucesso no sistema por ela estabelecido, sendo encontrado no ensino formal de todas as sociedades modernas (Silva & Hasenbalg 2002; Soares, 2006). Silva & Hasenbalg (2002:68) definem a estratificação escolar como:

“a relação entre as características de origem sócio-econômicos dos alunos na entrada do sistema escolar e as características individuais observadas na sua saída, bem como os mecanismos através dos quais essa relação é estabelecida”.

Os argumentos em relação à família estão em torno da “bagagem” herdada socialmente que caracteriza o indivíduo da qual fazem parte: o capital econômico – bens e serviços que dão o acesso ao capital social – *“vinculação a um grupo, como conjunto de agentes que não somente são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por ligações permanentes e úteis”* (Bourdieu, 2004a:67) e o capital cultural – gostos em matéria de arte, culinária, decoração, vestuário, esportes etc., domínio maior sobre a língua culta, informações sobre o mundo escolar - que, do ponto de vista de Bourdieu (2004b) teria o maior impacto na definição do destino escolar.

François De Singly (2007) considera como função familiar a reprodução biológica e social da sociedade, procurando manter através das gerações a posição da família no espaço social e se possível, melhorá-la. Essa função foi observada na família antiga e permanece na moderna, porém com diferentes meios para alcançá-la. Atualmente, investe-se em capital escolar dos filhos, e observa-se uma diminuição da descendência como “vontade explícita do êxito escolar”, ou seja, o êxito depende do número de filhos, exceto para famílias detentoras de grande capital cultural e econômico.

Na história da educação brasileira destacam-se três momentos de reprodução das desigualdades sociais: o primeiro de 1934-64, quando a escola era dispensável, uma vez que se podia herdar o capital industrial ou agrícola (como por exemplo, na região Sudeste, o controle das produções de café e leite) sem recorrer a diplomas. Um marco dessa época foi a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação em dezembro de 1961. O segundo período corresponde à época da ditadura militar (1964 - 1985), quando o debate educativo foi reduzido a um agenciamento tecnicista, no qual eram transmitidos conhecimentos neutros, social e politicamente. O terceiro momento (após 1985) é marcado pelo retorno ao debate democrático sobre a educação, período em que as elites dominantes procuram garantir para si o domínio do capital escolar através da privatização e descentralização do ensino (Akkari, 2001).

Os reflexos dessas desigualdades aparecem nas taxas de evasão escolar³ e no grande número de repetência e/ou abandono/retorno que resulta em defasagem idade/série, configurando-se o “fracasso escolar”. Este fenômeno, até bem pouco tempo era atribuído a fatores familiares e ao sistema sócio-político, mas raramente ao que estava acontecendo no interior das instituições (Madeira & Rodrigues, 1998).

³ A evasão escolar é a proporção de alunos matriculados em uma dada série em um dado ano que não se matricularam no ano seguinte (INEP, 2007a).

Um aspecto a ser destacado diz respeito ao fato de que, em uma sociedade profundamente desigual como a brasileira, o sistema escolar ao tratar os alunos de forma igual em direitos e deveres, privilegia quem, por sua vez, já é privilegiado por sua bagagem social (Bourdieu, 2004a). Estaria então a escola reproduzindo as desigualdades culturais e econômicas, o que é reforçado pelas dificuldades que os professores têm em lidar com a heterogeneidade dos alunos.

3.4 EDUCAÇÃO, SEXUALIDADE E REPRODUÇÃO: UMA QUESTÃO DE GÊNERO

Vários estudos têm apontado para a igualdade de acesso e de permanência entre homens e mulheres e mesmo uma maior permanência das mulheres na escola (Madeira, 1997; Rosemberg, 2002). Entretanto, essa situação não tem se refletido na equiparação de oportunidades de trabalho futuro entre eles e elas. O gênero aparece na perspectiva distributiva, estruturando a divisão do trabalho pago, entre os melhores salários, áreas predominantemente masculinas, e os menores, áreas onde predominam as mulheres (Fraser, 2002).

Louro (2002:230) afirma que as educadoras críticas feministas, buscando examinar as desigualdades entre os sexos no âmbito escolar, demonstraram que a escola “reproduz a dinâmica de poder vivida entre os sujeitos na sociedade mais ampla”. As demarcações de lugares sociais estão presentes nas “*políticas curriculares, nos livros didáticos, nas práticas de sala de aula*” (Louro, 2002:230).

Do mesmo modo, sexualidade e contracepção também permanecem regidas pelas assimetrias de gênero (Heilborn, et al., 2002). Janssens (2007), avaliando a presença das mulheres na transição demográfica, conclui que homens e mulheres não têm necessariamente interesses iguais em questões sobre fertilidade e sexualidade. Para essa autora, é necessário perceber a reprodução como um processo social que tem lugar

entre casais, ou seja, um processo em que conflitos e discordâncias podem existir. Também implica que a fertilidade não é resultado de uma escolha ou ação individual, mas resultado de relações específicas entre homens e mulheres, maridos e esposas em um contexto histórico específico.

No presente estudo, conforme proposto por Nancy Fraser (2002), gênero será considerado como uma categoria bidimensional, contendo uma dimensão política e econômica, e outra discursiva-cultural – “a primeira trazendo consigo o âmbito da redistribuição” – princípio básico da divisão do trabalho e a “segunda, simultaneamente, o âmbito do reconhecimento”, gênero como uma diferenciação de *status*, codificando padrões culturais de interpretação e avaliação já disseminados (Fraser, 2002:64).

3.5 UM MODELO ANALÍTICO POSSÍVEL

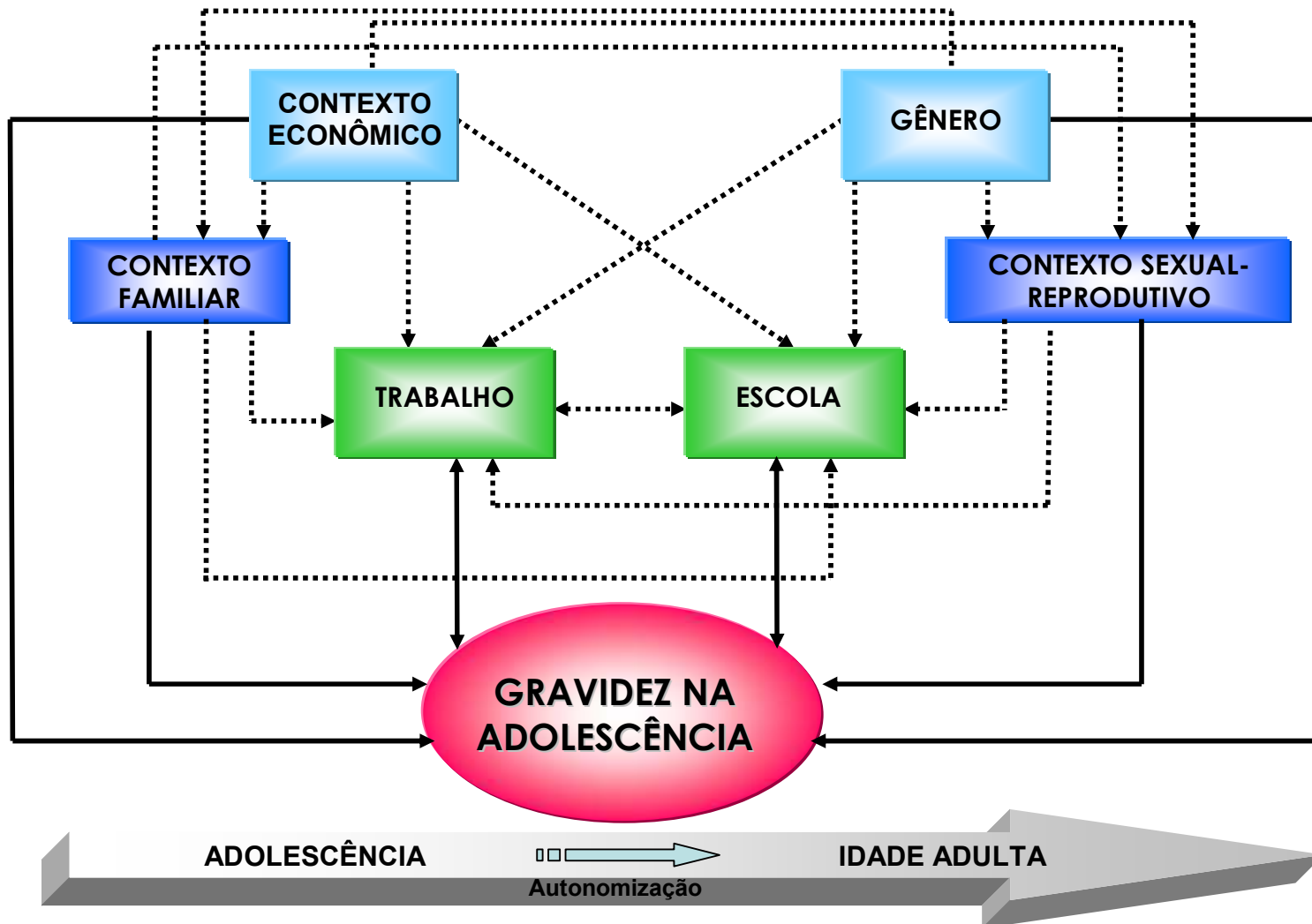
Permeada pelas diferenças sociais, a gravidez na adolescência continua em destaque como um fator de produção e reprodução do chamado “ciclo da pobreza” e das desigualdades de gênero. De fato, os jovens menos escolarizados, representados por aqueles de camadas sociais mais baixas, apresentam maiores proporções de gravidez e filhos antes dos 20 anos (Aquino et al., 2003). Ao que parece, entre os jovens de camadas mais privilegiadas, ainda que possa ocorrer uma gravidez na adolescência, prevalece o projeto de escolarização, inclusive com uma possível recorrência ao recurso do aborto, no caso da gravidez não ter sido planejada.

O abandono dos estudos acontece por motivos “aparentemente” diferentes para as moças e rapazes: eles alegam a necessidade de se tornarem independentes ou autônomos, e a premência de entrarem no mercado de trabalho, sendo que em alguns casos a independência é motivada pela assunção de uma gravidez ou união conjugal;

para elas a gravidez figura como o principal motivo para deixar a escola (Cabral, 2002; Heilborn et al., 2002).

Na literatura revisada identificou-se um sistema de relações imbricadas entre a ocorrência da gravidez na adolescência e as trajetórias educacionais, com diferentes dimensões sociais e culturais. Tomando como ponto de partida essas relações, foi construído um modelo buscando contemplar os contextos nos quais os adolescentes estavam inseridos durante a transição para a idade adulta, com a intenção de compreender como esses fatores contextuais atuam no processo de escolarização dos jovens diante da ocorrência de uma gravidez antes dos 20 anos, nas perspectivas feminina e masculina (Figura 1).

Figura 1



4 A PESQUISA GRAVAD

4.1 PRESSUPOSTOS DA PESQUISA

A Pesquisa GRAVAD é um estudo multicêntrico de corte transversal, realizado em três capitais brasileiras: Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Os resultados da pesquisa foram divulgados no livro “O Aprendizado da sexualidade: reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros” (Heilborn et al., 2006), em suplemento especial dos Cadernos de Saúde Pública (volume 22 nº 2006) e em artigos publicados em outros periódicos científicos, além de teses de mestrado e de doutorado.

A pesquisa visa à compreensão do fenômeno da gravidez na adolescência e suas conseqüências, como parte das trajetórias biográficas e sociais dos indivíduos envolvidos no processo, “desconstruindo” e evidenciando as condições sociais e históricas da emergência da gravidez precoce como um problema social (Heilborn, 2006).

Os sujeitos eleitos da pesquisa GRAVAD foram jovens, tomando por definição a juventude “*como um processo biográfico de aquisição progressiva dos atributos da idade adulta*” (Bozon et al., 2003), buscando levar em conta as desigualdades sociais e regionais. Foram analisados eventos da trajetória sexual, reprodutiva e escolar dos jovens, as escolhas contraceptivas e sua decisão frente à uma gravidez na adolescência.

Também a opção da pesquisa de entrevistar rapazes e moças, diferentemente de outras investigações sobre gravidez e sexualidade que, *grosso modo*, só incluem mulheres, permitiu apreender as relações de gênero que modelam os processos de socialização para a sexualidade e reprodução.

Outro aspecto importante a ser levado em consideração na pesquisa foi a idade da população investigada procedendo-se um deslocamento etário, entrevistando-se assim jovens um pouco mais velhos. Essa estratégia permitiu observar as conseqüências

das escolhas reprodutivas, em período posterior, mas tão próximo a ponto de preservar a memória de eventos muito importantes na vida desses jovens.

Destaca-se ainda, a escolha de realizar a pesquisa em três cidades brasileiras com perfis sociais e econômicos bastante heterogêneos, o que possibilitou a comparação das desigualdades e similitudes entre elas.

Para alcançar os objetivos da pesquisa GRAVAD, optou-se por uma perspectiva interdisciplinar, combinando estratégias qualitativas e quantitativas. A primeira fase da investigação ocorreu entre 1999 e 2000 quando foram realizadas entrevistas semi-estruturadas que buscavam reconstituir as trajetórias afetivo-sexuais e reprodutivas em relação aos percursos dos sujeitos no sistema escolar, no trabalho e em distintos contextos familiares e sociais. Essa etapa possibilitou a elaboração de um instrumento culturalmente mais adequado que foi aplicado na fase qualitativa do estudo – o inquérito domiciliar – que aconteceu em outubro de 2001 a janeiro de 2002.

O estudo aqui apresentado utilizou como base de dados as informações coletadas nas três cidades, na etapa quantitativa do Projeto GRAVAD.

4.2 POPULAÇÃO E AMOSTRA

A população de estudo é composta de jovens das três cidades de ambos os sexos com idade entre 18 a 24 anos completos à época da pesquisa (data de referência 31/07/2001). Para alcançá-la, realizou-se a seleção de uma amostra probabilística estratificada em três estágios (Figura 2), assegurando desse modo a representatividade da população geral na faixa etária de interesse. O tamanho da amostra (1.500 entrevistas por cidade) foi calculado com base nas estimativas existentes sobre gravidez entre jovens aos 18 e aos 19 anos no país.

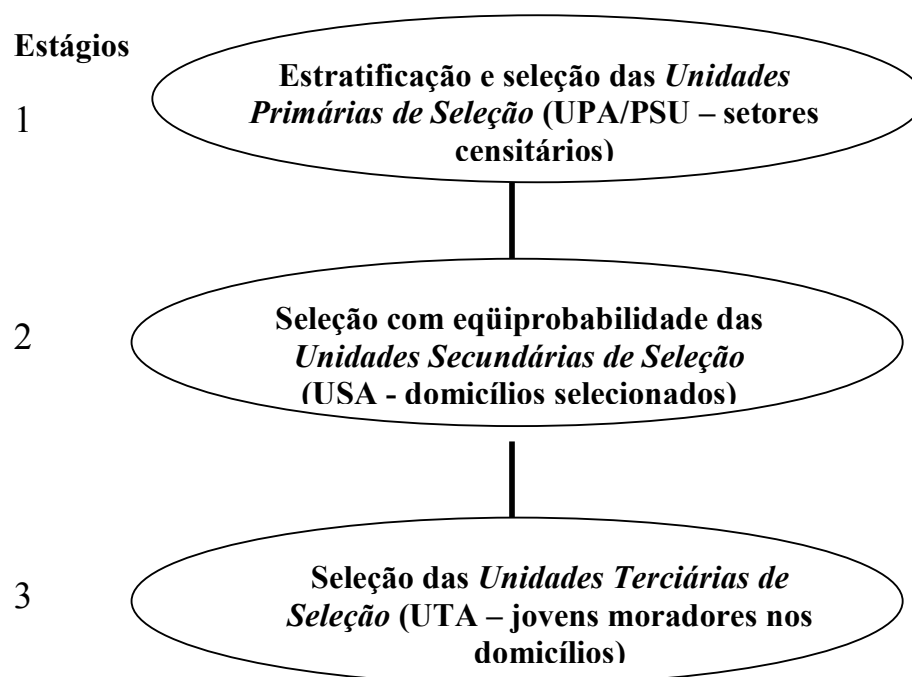
No primeiro estágio, selecionou-se uma amostra aleatória estratificada, dos setores censitários, de modo a garantir uma adequada dispersão geográfica. Estes setores (UPA – Unidades Primárias de Seleção) foram classificados em cinco estratos, de acordo com a condição sócio-econômica do chefe do domicílio e proporção de chefes com 12 ou mais anos de estudos, por setor no Censo Demográfico de 1991. Definiu-se cerca de 55 setores censitários, em cada cidade, compatibilizados com a malha setorial usada no Censo 2000. Em cada setor realizou-se uma varredura, ou seja, uma listagem dos domicílios particulares permanentes com o objetivo de identificar os jovens elegíveis (isto é, aqueles com idade entre 18 a 24 anos).

No segundo estágio, após a varredura, selecionou-se de forma aleatória e independente (utilizando-se um programa computacional) 33 domicílios de cada setor - entre aqueles com jovens na faixa etária - para serem visitados, considerando-se uma taxa de perda em torno de 20% (USA – Unidades Secundárias de Seleção).

No terceiro estágio, para evitar o efeito de conglomeração, definiu-se que seria selecionado apenas um jovem por domicílio. Nas residências que continham mais de um elegível, foram listadas as datas de nascimento de todos e escolheu-se a/o jovem cujo mês e dia de nascimento era inferior aos dos demais; caso houvesse datas coincidentes, elegia-se o primeiro nome por ordem alfabética. O jovem selecionado corresponde a Unidade Terciária de Seleção (UTA).

FIGURA 2

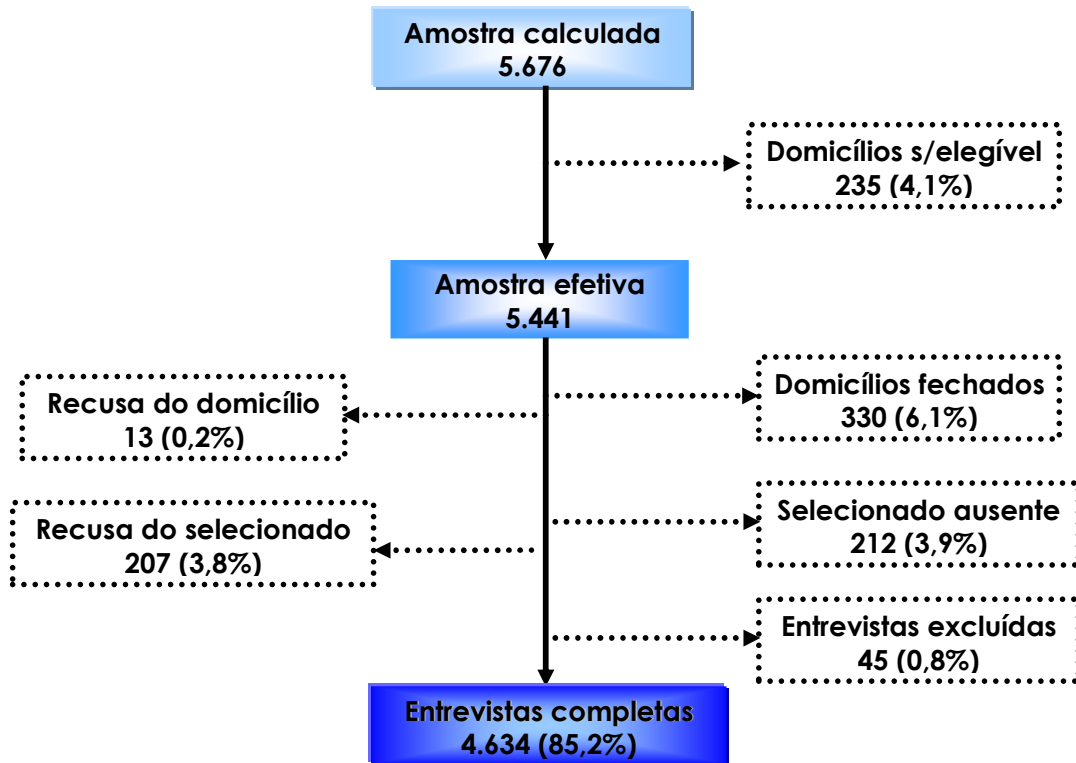
SELEÇÃO DA AMOSTRA



Foram entrevistados 4.634 jovens (Figura 3), sendo 1.664 em Salvador (35,9%), 1.528 no Rio de Janeiro (33,0%) e 1.442 em Porto Alegre (31,1%). Desses, 2187 (47,2%) eram homens e 2447 (52,8%) mulheres. Quanto à faixa etária 34,3% tinham 18 e 19 anos, enquanto que 65,6% encontravam-se com 20 a 24 anos. À época da entrevista, 50,7% dos jovens de ambos os sexos relataram ter concluído o ensino médio, embora 37,0% tenham interrompido os estudos pelo menos uma vez. A iniciação sexual foi referida por 81,5% das mulheres e 92,9% dos homens. A gravidez antes dos 20 anos foi declarada por 27,5% das moças e 19,8% dos rapazes (em relação à parceira) dos dois grupos etários, entretanto essa gravidez resultou em filho para 71,6% e 41,4% delas e deles, respectivamente.

FIGURA 3

Amostra - GRAVAD



4.3 EQUIPE DE PESQUISA E TREINAMENTO

A equipe de pesquisa foi constituída por entrevistadores, coordenadores e supervisores de campo. Os entrevistadores eram estudantes e/ou profissionais das áreas de Ciências Humanas, com idade entre 21 e 30 anos de ambos os sexos. A delimitação da faixa etária dos entrevistadores deveu-se à necessidade de facilitar a interação com os jovens entrevistados/as.

Foi realizado um treinamento específico, com duração de 20 horas que incluiu desde a sensibilização e discussão dos temas, os objetivos e a metodologia da pesquisa à dinâmica do campo e da entrevista.

4.4 ESTUDO PILOTO

Em cada uma das cidades foi realizado um estudo piloto, no segundo semestre de 2001, com a finalidade de pré-testar o instrumento e a dinâmica de campo. Isso permitiu fazer os ajustes necessários ao questionário.

4.5. PRODUÇÃO DOS DADOS

O primeiro instrumento a ser aplicado foi uma ficha de identificação do domicílio, onde eram registrados dados da residência selecionada e dos elegíveis, permitindo naquele momento fazer a seleção do jovem a ser entrevistado. Também eram anotadas todas as visitas feitas pelo entrevistador ao domicílio e o resultado destas visitas.

Posteriormente, realizou-se uma entrevista face-a-face com o jovem selecionado utilizando-se um questionário. Este foi principal instrumento de produção dos dados, o qual continha 369 questões fechadas – respostas únicas ou múltiplas –, estruturado em módulos específicos, subdivididos em blocos de perguntas, a saber:

- A. Informações sócio-demográficas (48 questões);
- B. Trajetória de estudo e trabalho (21 questões);
- C. Iniciação sexual (52 questões);
- D. Trajetória afetivo-sexual (103 questões);
- E. Atitudes e valores sobre sexualidade (52 questões);
- F. Gravidez e desdobramentos (92 questões);
- G. Impressão do entrevistado sobre o questionário, hora de término (1 questão) e
- H. Condição em que foi feita a entrevista e impressões do entrevistador (11 questões respondidas pelo entrevistador).

4.6 CONTROLE DE QUALIDADE

Durante o trabalho de campo, todos os questionários foram revisados pela equipe de supervisão, enfocando-se particularmente perguntas consideradas chaves para o fluxo correto da entrevista. Também foi selecionada uma amostra de 20% destes para que fossem re-testadas questões específicas (via telefone ou retorno a algumas residências), buscando-se garantir assim a qualidade do trabalho.

4.7 PROCEDIMENTOS ÉTICOS

Todos os procedimentos éticos foram considerados na Pesquisa GRAVAD. O projeto foi submetido e aprovado pelos Comitês de Ética das respectivas Universidades. Como a população de estudo era constituída de jovens de 18 a 24 anos (já com maioridade civil) não foi necessário pedido de autorização para participar da pesquisa aos pais ou responsáveis, pois se considerou fundamental a autonomia para conceder a entrevista. Um termo de Consentimento Informado foi lido para cada entrevistado/a antes da aplicação do questionário e assinado ao seu final. Este documento informava a natureza e o objetivo da pesquisa, formalizava o interesse em participar da mesma e facultava ao entrevistado/a a possibilidade de interromper a entrevista a qualquer momento, além de garantir a confidencialidade das informações.

Também foi assegurada a privacidade para a realização da entrevista, garantindo-se que a mesma fosse realizada sem a presença de terceiros com idade superior a quatro anos.

4.8 PROCESSAMENTO E ANÁLISE DOS DADOS

O banco de dados foi constituído e digitado utilizando-se o *software* Epi Info versão 6.04b (Dean et al. 1994). Digitadores distintos fizeram a dupla digitação, assegurando-se a qualidade da mesma. Devido às limitações do Epi Info, os

questionários foram digitados em módulos separados e após, foram unidos e convertidos para o *software* SPSS *for Windows* versão 10.0. Para a limpeza do banco foram processadas frequências simples de todas as variáveis e cruzamento das correlatas, o que permitiu a verificação da coerência entre elas.

Como o plano amostral foi complexo (envolveu estratificação em múltiplos estágios) fez-se necessário utilizar um *software* que levasse em conta o efeito do desenho amostral. Recorreu-se ao STATA versão 8 (Stata Corp. 2003), com o objetivo de incorporar os pesos relativos a cada unidade, obtendo-se estimativas de parâmetros confiáveis. Os pesos foram calculados baseados nas probabilidades com que foram selecionadas as unidades em cada estágio.

Como procedimento inicial, descreveu-se, de forma uni e bi-variada, as variáveis selecionadas (Anexo I) através da distribuição de frequências simples e cruzamentos com a intenção de caracterizar a população de estudo. As diferenças foram testadas quanto à significância estatística pelo uso do χ^2 de Pearson ao nível de 5%, com a correção de segunda ordem de Rao e Scott.

Na apresentação dos resultados do presente trabalho, sob a forma de três artigos, busca-se responder às perguntas de investigação propostas à luz das teorias e da literatura revisada, utilizando-se procedimentos metodológicos específicos que serão descritos detalhadamente em cada um deles.

4.9 INDICADORES CRIADOS

Na elaboração dos três artigos fez-se necessário a construção de alguns indicadores combinando variáveis contínuas e discretas. O primeiro deles reflete a

relação entre **gravidez e abandono escolar** baseado na idade em que abandonou⁴ os estudos e idade em que engravidou, sendo categorizado da seguinte forma:

- 1 - *Abandono depois da gravidez*: idade da gravidez **menor** pelos menos 2 anos que a idade do abandono.
- 2 - *Abandono na época da gravidez*: idade da gravidez **igual** ou **menor** pelo menos 1 anos que idade do abandono
- 3 - *Abandono antes da gravidez*: idade da gravidez **maior** que a idade do abandono.
- 4 - *Não abandonou os estudos* (mesmo tendo engravidado).

Também foram criados indicadores de **defasagem idade-série** definidos como DEFASAGEM = (idade) – (série) – (7) (Rosemberg, 2002:213):

- DEFAS1 – defasagem ao ingressar no 1º grau (em anos)
- DEFAS1_3 – defasagem ao ingressar no 1º grau (*Sim/Não*)
- DEFAS2 – defasagem ao concluir a 4ª série do 1º grau (em anos)
- DEFAS2_3 – defasagem ao concluir a 4ª série do 1º grau (*Sim/Não*)
- DEFAS3 – defasagem ao concluir a 8ª série do 1º grau (em anos)
- DEFAS3_3 – defasagem ao concluir a 8ª série do 1º grau (*Sim/Não*)
- DEFAS4 – defasagem ao concluir o 2º grau (em anos)
- DEFAS4_3 – defasagem ao concluir o 2º grau (*Sim/Não*)
- DEFASAG1 – indicador sintético: ter defasagem ao concluir as 4ª e 8ª série e 2º grau (*Sim/Não*).

Baseado na informação sobre o número de interrupções e repetências criou-se as variáveis: **interrupção** (*sim/não*) e **repetência** (*sim/não*).

A partir dos indicadores de defasagem, repetência e interrupção, chegou-se a 8 **tipos de trajetória escolar**:

- 1 - *C/defasagem; c/repetência; c/interrupção*
- 2 - *C/defasagem; s/repetência; c/interrupção*
- 3 - *C/defasagem; c/repetência; s/interrupção*

⁴ Considerou-se ter abandonado os estudos todos que referiram abandono ou conclusão sem ter concluído o ensino básico, que segundo a LDB (Brasil, 1999^a), seria o nível médio.

- 4 - C/defasagem; s/repetência; s/interrupção
- 5 - S/defasagem; s/repetência; s/interrupção (regular)
- 6 - S/defasagem; c/repetência; s/interrupção
- 7 - S/defasagem; s/repetência; c/interrupção
- 8 - S/defasagem; c/repetência; c/interrupção

Essas trajetórias foram sintetizadas em dois indicadores:

- **Indicador sintético de trajetória irregular** (*Sim/Não*), definida por aqueles que tenham defasagem e/ou repetência e/ou interrupção.

- **Tipo de trajetória:**

- 1 – *Irregular com interrupção;*
- 2 – *Irregular sem interrupção;*
- 3 – *Regular.*

Considerando-se a escolaridade dos jovens em relação à alcançada pelas suas mães construiu-se um indicador que reflete a **mobilidade escolar** (Bozon, 2006) com as seguintes categorias:

- 1 = *mãe fundamental incompleto/jovem fundamental incompleto*
- 2 = *mãe fundamental incompleto/jovem fundamental completo*
- 3 = *mãe fundamental incompleto/jovem nível médio completo ou superior*
- 4 = *mãe fundamental completo/jovem fundamental incompleto*
- 5 = *mãe fundamental completo/jovem fundamental completo*
- 6 = *mãe fundamental completo/jovem nível médio completo ou superior*
- 7 = *mãe nível médio completo ou superior/jovem fundamental incompleto*
- 8 = *mãe nível médio completo ou superior/jovem fundamental completo*
- 9 = *mãe nível médio completo ou superior/jovem nível médio completo ou superior*

Levando em conta a conclusão da educação básica como um ponto de corte, o indicador foi condensado em três categorias:

- 1= escolaridade de ambos abaixo do nível médio – *descendente ou baixa*
- 2= escolaridade do jovem maior que a da mãe – *ascendente*

3= escolaridade do jovem igual a da mãe (médio comp.ou superior) –
estável ou alta

Ainda, com finalidade descritiva, criou-se um indicador combinando a variável **idade em que a/o jovem engravidou pela primeira vez e a idade da mãe ao primeiro filho**, chegando-se as seguintes categorias:

1 = *ambos antes dos 20 anos*

2 = *mãe antes dos 20 anos e jovem aos 20 anos ou mais*

3 = *mãe aos 20 anos ou mais e jovem antes dos 20 anos*

4 = *ambos aos 20 anos ou mais*

5 PERGUNTAS DE INVESTIGAÇÃO

- As jovens que engravidaram e os jovens que engravidaram uma parceira na adolescência são aqueles cujo desempenho escolar era irregular? Qual a relação entre a gravidez na adolescência e a trajetória escolar dos jovens?
- Em que medida a gravidez na adolescência está relacionada à conclusão da educação básica e como os marcadores macro-sociais mediam essa associação?
- As/os jovens que engravidaram na adolescência (moças e rapazes em relação à parceira) eram filhas/os de mulheres cuja primeira experiência de maternidade aconteceu nessa faixa etária? Qual é a influência da escolaridade nessa associação?

6 OBJETIVOS

6.1 GERAL

- Analisar a relação entre gravidez na adolescência e escolaridade entre mulheres e homens jovens de três capitais brasileiras.

6.2 ESPECÍFICOS

- Descrever os/as jovens com gravidez na adolescência segundo os indicadores relativos às trajetórias escolares e reprodutivas e analisar a relação entre elas.
- Analisar a relação entre a conclusão da educação básica e a ocorrência da gravidez na adolescência entre os/as jovens frente a marcadores macro-sociais.
- Analisar a associação entre a gravidez da/os jovens na adolescência e a época em que a mãe teve o primeiro filho e discutir como a escolaridade influencia essa associação.

7.1 Artigo 1

TRAJETÓRIA ESCOLAR E GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA ENTRE JOVENS DE TRÊS CAPITALS BRASILEIRAS

Maria da Conceição C. de Almeida¹, Estela M. L. Aquino¹, Antoniel Pinheiro de
Barros¹

(Publicado nos “Cadernos de Saúde Pública” vol 22, nº 7, jul 2006)

<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n7/05.pdf>

(Anexo II)

¹ MUSA – Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. Rua Basílio da Gama s/n – Campus Universitário do Canela, Salvador, BA, 40110-040, Brasil. musa@ufba.br

ABSTRACT

This paper describes the relationship between school trajectory and the incidence of teenage pregnancy. A cross-sectional residence-based questionnaire was applied, interviewing 4,634 youth ages 18 to 24 years, selected through a stratified three-stage sample. For the present study, young people ages from 20 to 24 years (65.6%) were chosen, with teenage pregnancy rates of 29.5% for females and 21.4% for males (in relation to their partners). Sexual debut was reported by 87.0% of women and 95.3% of men. The majority of young people reported irregular school trajectory, with 39.0% enrolled in school at the time of the study. Nearly half of those who had interrupted their studies at least once reported a teenage pregnancy. The main reasons for interrupting their studies were pregnancy and children for women and work for men. School dropout due to teenage pregnancy was mentioned by 40.1% of women whom the outcome of pregnancy was a child. However, 20.5% had already dropped out of school before becoming pregnant.

Key words: Pregnancy in adolescence; Educational Status; Gender Identity; Sexuality.

RESUMO

Este artigo descreve a relação entre características da trajetória escolar de jovens mulheres e homens, e a ocorrência da gravidez na adolescência. Trata-se de um inquérito domiciliar de corte transversal, que entrevistou 4.634 jovens com idade entre 18 a 24 anos escolhidos por meio de uma amostra estratificada em três estágios. Para este estudo foram selecionados aqueles com idade de 20 a 24 anos (65,6%), sendo a proporção de gravidez na adolescência equivalente a 29,5% para as mulheres e 21,4% para os homens (quanto às suas parceiras). A iniciação sexual foi referida por 87,0% das moças e 95,3% dos rapazes. A maioria dos jovens apresentou trajetória escolar irregular, sendo que 39,0% permaneciam estudando na época. Quase metade das jovens que interrompeu os estudos pelo menos uma vez relatou uma gravidez na adolescência. O motivo principal para interrupção dos estudos foi a gravidez e filhos para as mulheres e o trabalho para os homens. O abandono escolar na ocasião da gravidez na adolescência foi referido por 40,1% das moças cuja gravidez terminou em filho. Contudo, 20,5% já tinham evadido antes de engravidar.

Palavras-chaves: Gravidez na adolescência; Escolaridade; Identidade de Gênero; Sexualidade.

INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência tem sido descrita como um problema social e de saúde pública, o qual merece atenção especial nas políticas voltadas para esse grupo. Em um levantamento sobre a bibliografia publicada na década de 90, a gravidez aparece como o segundo tema mais tratado em estudos sobre a adolescência realizados no Brasil, só superado pela sexualidade¹.

A visibilidade da gravidez na adolescência é atribuída, especialmente, ao declínio da taxa de fecundidade total que, desde 1980, vem decrescendo progressivamente em todas as regiões brasileiras, sobretudo pelo efeito do uso de métodos contraceptivos e do recurso ao aborto^{2,3}. Entretanto, a maior parte dessa redução deve-se à contribuição de mulheres de 25 a 30 anos, constatando-se momentos de ascensão ou queda inexpressiva no grupo etário de 15 a 19 anos^{3,4}.

A fecundidade na adolescência é comumente considerada “precoce” porque a gestação nesse período anteciparia os “movimentos socialmente institucionalizados para a reprodução e com isto traz uma série de resultados indesejados para a mulher e filhos”⁵(p.110). Porém, o debate no campo sócio-antropológico salienta que as expectativas em torno da idade alteram-se social e historicamente, e que por muito tempo a idade de 14 a 18 anos foi considerada ideal para as mulheres terem filhos⁶. Atualmente, é esperado em relação aos jovens, em particular as mulheres, que se dediquem aos estudos e se capacitem para, no futuro, obterem um ingresso melhor no mercado de trabalho, o que faz com que a idade de início da vida reprodutiva seja, preferencialmente, postergada. Nessa perspectiva, a gravidez na adolescência é em geral apontada como responsável pela evasão escolar e conseqüentemente, pela perda de oportunidades de melhores empregos⁴.

Gupta & Leite⁴, analisando resultados de pesquisas demográficas realizadas na região Nordeste do Brasil em 1986, 1991 e 1996, concluíram que adolescentes entre 15 e 19 anos, com baixo nível de escolaridade tiveram, de modo consistente, pelo menos, o dobro da probabilidade de ter um filho quando comparadas àquelas com maior escolaridade. Também, a educação apareceu mais fortemente associada com o adiamento do nascimento do primeiro filho entre adolescentes da região Nordeste. Nos três períodos analisados (1986, 1981 e 1996), mesmo controlando a idade e outras características econômicas e culturais, observou-se que o impacto do nível educacional se mantinha: adolescentes com no máximo quatro anos de estudo tinham mais do que o dobro da probabilidade de ter um filho antes dos 20 anos, quando comparadas àquelas com pelo menos cinco anos⁴.

Souza⁷, analisando os dados brasileiros da pesquisa da Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil (BEMFAM) em 1996⁸, aponta que 51% das jovens entrevistadas de 15 a 19 anos sem escolarização já haviam se tornado mães, e que 13% das mulheres de 15 a 24 anos alguma vez unidas declararam ter abandonado a escola em decorrência de casamento, gravidez ou cuidado dos filhos. O autor afirma⁷(p.78) que é possível “levantar a hipótese de que existe causalidade nos dois sentidos da relação entre maternidade e educação”, ponderando que é difícil dizer em que medida o menor nível educacional causa maior fecundidade, e que a queda de fecundidade à medida que aumenta o nível educacional das mulheres “pode estar apenas expressando o efeito de outras variáveis positivamente relacionadas à educação que seriam determinantes diretos da fecundidade”⁷(p.78).

É evidente nos artigos revisados a correlação entre os eventos sem se investigar a seqüência em que eles ocorreram. Stern & García⁹ chamam a atenção que, para muitos adolescentes, especialmente em países subdesenvolvidos, a ocorrência da gravidez se dá

após o abandono da escola, justificando-se a realização de estudos que analisem de modo adequado essa relação. Vale salientar a ausência de análises comparando as adolescentes das diferentes camadas sociais, o que pode trazer elementos importantes para a discussão a respeito da relação entre reprodução juvenil e perpetuação da pobreza. Além disso, é uma lacuna no conhecimento sobre o tema, a perspectiva dos parceiros masculinos e a relação da paternidade adolescente com a trajetória escolar dos rapazes.

Este artigo é parte da produção da Pesquisa *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil* (GRAVAD), realizada em três capitais brasileiras: Salvador, Rio de Janeiro e Porto Alegre. Tem como pressuposto que a juventude é um processo de transição da infância para a fase adulta na qual progressivamente o indivíduo se emancipa do controle da família e escola¹⁰. Nele pretende-se descrever a relação entre características da trajetória escolar de jovens homens e mulheres e a ocorrência da gravidez na adolescência (da própria moça, ou das parceiras dos rapazes), enfocando exploratoriamente os motivos alegados e o momento em que se dá o abandono escolar.

METODOLOGIA

A população de estudo da pesquisa GRAVAD é composta de jovens das três cidades de ambos os sexos, com idade entre 18 a 24 anos completos à época da pesquisa. Para alcançá-la, realizou-se a seleção de uma amostra probabilística estratificada em três estágios, assegurando-se desse modo à representatividade da população geral na faixa etária de interesse. O tamanho da amostra de 1.500 entrevistas por cidade foi calculado com base nas estimativas existentes sobre gravidez entre as mulheres aos 18 e aos 19 anos, que em 1996 correspondiam, respectivamente, a 25,3% e 34,8%⁸.

De modo a garantir uma adequada dispersão geográfica, no primeiro estágio, selecionou-se uma amostra aleatória estratificada de setores censitários, anteriormente agrupados em cinco estratos de acordo com a renda média e a escolaridade do chefe da família. No segundo estágio, a partir de uma listagem de domicílios, produzida para identificar aqueles com jovens na faixa etária de interesse, foram sorteados, de forma independente, 33 domicílios em cada setor censitário, considerando-se a possibilidade de uma taxa de perda em torno de 20%. No terceiro estágio, selecionou-se um jovem dentre aqueles moradores elegíveis no domicílio sorteado, tendo como critério de escolha aquele cuja data de aniversário - dia e mês - fosse à primeira do ano civil (no caso de datas iguais prevaleceu a ordem alfabética do primeiro nome).

Os dados foram produzidos através de entrevista face-a-face, utilizando-se um questionário previamente testado que reconstruía as trajetórias escolares, profissionais e afetivo-sexuais dos jovens. Os entrevistadores, de ambos os sexos, eram estudantes e/ou profissionais das áreas de Ciências Humanas em sua quase totalidade, com idade próxima à faixa etária dos entrevistados, o que facilitou a interação entre eles.

Todos os questionários foram revisados pela equipe de supervisão. Também foi selecionada uma amostra de 20% desses para que fossem revistas questões específicas (via telefone ou retorno à residência), garantindo-se assim a qualidade do trabalho.

O banco de dados foi constituído com dupla digitação utilizando-se o *software* Epi Info versão 6.04b (Centers for Disease Control and Prevention, Atlanta, USA). Para a análise, devido à complexidade do plano amostral, adotou-se o STATA versão 8 (Stata Corporation, College Station, USA), que permitiu incorporar o efeito do desenho amostral e os pesos relativos a cada unidade, obtendo-se estimativas de parâmetros confiáveis. Os pesos foram calculados baseados nas probabilidades com que foram selecionadas as unidades em cada estágio.

O descentramento da faixa etária de 10 a 19 anos (habitualmente definida como adolescência^{11,12}) na constituição da população de estudo, permitiu a rememoração da gravidez acontecida em um momento anterior, mas suficientemente próximo para ser lembrada. Entretanto, para fins analíticos considerou-se como gravidez na adolescência aquela ocorrida antes dos 20 anos, de modo a permitir a comparação com outros estudos. Optou-se por analisar somente os dados relativos aos entrevistados de 20 a 24 anos, excluindo-se aqueles com idade menor que 20 anos, os quais ainda poderiam experimentar um episódio reprodutivo nessa faixa. Além disso, para a análise das trajetórias escolares, os jovens dessa faixa etária em sua totalidade já deveriam ter concluído pelo menos o ensino médio, que juntamente com a educação infantil e o ensino fundamental integram o nível básico da educação, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)¹³.

Quanto ao desfecho da gravidez, foram excluídos os jovens que referiram aborto espontâneo e aquelas que se encontravam grávidas (ou a parceira, no caso dos rapazes) no momento da entrevista. Estabeleceu-se diferentes pontos de corte na idade da

iniciação sexual para moças e rapazes, em decorrência das diferenças já constatadas na idade em que o fenômeno ocorre nos dois sexos.

Foram selecionadas questões relativas a informações sócio-demográficas, à trajetória afetivo-sexual, à história reprodutiva e ao percurso escolar dos jovens, através das quais foram construídos indicadores de defasagem, repetência e interrupção dos estudos.

Adotou-se como indicador de defasagem idade-série aquele definido como: $[Defasagem = (idade) - (anos\ de\ estudo) - (7)]^{10}$. Este indicador foi desdobrado em quatro outros, tipo sim/não, segundo diferentes pontos de corte do percurso escolar: ao ingressar, ao concluir a 4ª série, ao concluir a 8ª série do ensino fundamental, ao concluir o ensino médio. Por fim, foi criado um indicador que sintetiza a defasagem em qualquer um desses momentos.

Com base na informação sobre o número de interrupções e repetências, as variáveis foram recategorizadas como sim ou não. A partir dos indicadores de defasagem, repetência e interrupção chegou-se a oito tipos de trajetória escolar. Neste estudo, a trajetória foi definida pela sua ‘dimensão objetiva’¹⁴(p.5) como a “seqüência das posições sociais ocupadas durante a vida, medida por categorias estatísticas e condensada numa tendência geral”¹⁴(p.5). Desse modo, essas trajetórias foram sintetizadas em um indicador com três categorias: irregular com interrupção, irregular sem interrupção e regular.

Considerou-se como *evasão ou abandono dos estudos* a situação de não estar freqüentando a escola, sem conclusão do ensino médio. Foi criado um indicador que reflete a relação entre a época da gravidez e a época do abandono escolar, categorizado da seguinte forma: (a) *abandono antes da gravidez*: idade da gravidez **maior** que a idade do abandono; (b) *abandono na época ou depois da gravidez*: idade da gravidez

igual ou **menor** que a idade do abandono; e (c) *não abandonou os estudos* (mesmo tendo engravidado).

Quanto aos procedimentos de análise, a princípio descreveu-se, de forma uni e bi-variada, as variáveis selecionadas através da distribuição de frequências simples e cruzamentos com a intenção de caracterizar a população de estudo. As diferenças entre proporções foram testadas quanto à significância estatística pelo uso do χ^2 de Pearson, com a correção de segunda ordem de Rao e Scott (1984) ao nível de 5%.

Todos os procedimentos éticos foram considerados, com aprovação da pesquisa pelos Comitês de Ética das respectivas universidades envolvidas. Um “Termo de Consentimento Informado” foi lido para cada entrevistado/a antes da aplicação do questionário e assinado ao seu final. Também foi assegurada a privacidade para a realização da entrevista, garantindo-se que a mesma acontecesse sem a presença de terceiros com idade superior a quatro anos.

RESULTADOS

População do estudo

Foram entrevistados 4.634 jovens de ambos os sexos de 18 a 24 anos, dos quais, foram selecionados para este estudo 3.042 (65,6%) com idade de 20 a 24 anos. Destes 53,2% eram mulheres e 46,8% homens, sendo a proporção de jovens com relato de gravidez antes dos 20 anos equivalente a 29,5% (IC95% 26,3 – 33,0) para as mulheres, e 21,4% (IC95% 18,3 – 24,9) para os homens, relativamente às suas parceiras.

Na época da entrevista, 39,0% dos participantes permaneciam estudando, porém a grande maioria de ambos os sexos apresentou trajetória escolar irregular, com ou sem interrupção (69,9% das mulheres e 76,3% dos homens). Cabe ressaltar, entretanto, a maior regularidade das trajetórias femininas (30,1%) em relação às masculinas (19,8%). Salvador destaca-se com a maior parte dos jovens apresentando trajetórias irregulares (82,5% das mulheres e 87,8% dos homens), em contraste com Porto Alegre, onde 56,2% das moças e 69,4% dos rapazes encontravam-se na mesma situação. O Rio de Janeiro situa-se em posição intermediária, respectivamente com 64,8% e 78,8% (dados não apresentados).

Considerando-se sete anos a idade prevista em lei para o ingresso na 1ª série do ensino fundamental¹³, 8,8% das moças e 15,5% dos rapazes já ingressaram no ensino fundamental com defasagem idade-série. A ocorrência da defasagem aumentou na medida em que concluíram a 4ª e a 8ª séries do ensino fundamental, tanto para as mulheres (respectivamente 27,3% e 38,5%), como para os homens (respectivamente 36,6% e 47,4%). Entretanto, os valores foram um pouco menores na conclusão do nível médio (33,0% para as mulheres e 42,2% para os homens), ainda que permanecessem elevados (dados não apresentados).

Determinantes sociais e a trajetória escolar

Antes de examinar a relação entre o percurso escolar e a gravidez, convém descrever os diferentes perfis juvenis segundo o tipo de trajetória escolar. Esta variou numa relação direta com a renda mensal familiar per capita, ou seja, aqueles com menor renda estão mais representados nos grupos com trajetória irregular sem interrupção e mais ainda entre aqueles com interrupção (Tabela 1). Do mesmo modo, os jovens de ambos os sexos cujas mães possuíam o ensino fundamental incompleto interromperam mais frequentemente seu percurso escolar. Em contrapartida, a escolaridade média ou superior da mãe esteve associada à maior regularidade dos estudos.

Os resultados evidenciam que os que se declaram pretos, de ambos os sexos, têm menor representação no grupo com trajetória regular (16,1% para as mulheres e 8,4% para os homens), contrastando com mulheres e homens brancos que tendem a apresentar percursos mais regulares (62,8% e 67,3%). Chama a atenção que as mulheres que já trabalhavam no momento da entrevista apresentaram, com maior frequência, relato de trajetória regular (63,6%), em oposição àquelas que não estavam trabalhando cuja maior proporção se encontra no grupo com interrupção dos estudos (54,5%). Por outro lado, aquelas com maior responsabilidade nas tarefas domésticas entre os 15 e 18 anos, estão menos representadas no grupo com trajetória regular - 7,2% (Tabela 1). É interessante destacar que o engajamento no trabalho profissional, ou doméstico, não se mostrou associado à regularidade das trajetórias escolares entre os homens.

Trajétória escolar e sexualidade

A pesquisa GRAVAD visa à compreensão de fenômenos como a gravidez e a parentalidade na juventude e, para tanto, os jovens foram questionados sobre eventos biográficos, relativos ao processo de socialização e entrada na sexualidade. Ter recebido

as primeiras informações sobre gravidez e contracepção através da mãe foi mais freqüente no grupo de mulheres com trajetória regular - 59,1% (Tabela 2). A escola também aparece como uma importante fonte de informação entre as mulheres, sendo menos citada entre aquelas com trajetórias irregulares especialmente quando houve interrupção. Entre os rapazes essa relação ocorre em um gradiente semelhante (Tabela 2).

Considerando a experiência de ficar e namorar como um marco da passagem à vida sexual adulta, observou-se entre as mulheres que a idade ao primeiro namoro não foi associada ao tipo de trajetória escolar, o que ocorreu entre os homens. Aqueles com maior regularidade nos estudos foram os que mais freqüentemente relataram nunca ter namorado, ou que tiveram esta experiência mais tarde (Tabela 2).

A grande maioria dos jovens já havia se iniciado sexualmente na época da pesquisa – 87,0% das mulheres e 95,3% dos homens, que em seu conjunto tiveram a primeira relação sexual antes delas. Nota-se que, para ambos os sexos, a maior irregularidade da trajetória escolar esteve associada ao início da vida sexual mais cedo (Tabela 2).

O uso de método contraceptivo na primeira relação sexual foi expressivamente mais freqüente entre aqueles homens e mulheres com trajetória regular (Tabela 2).

Trajétória e abandono escolar e gravidez

Quase metade das jovens que interrompeu os estudos relatou pelo menos um episódio reprodutivo na adolescência, proporção muito superior àquelas com trajetória regular ou mesmo as que apesar da repetência mantiveram-se estudando. Entre os rapazes o que chama a atenção é a ocorrência quase desprezível de gravidez entre aqueles com trajetória regular (Gráfico 1).

A maioria dos jovens com história de gravidez na adolescência referiu apenas um episódio – 57,7% das moças e 63,5% dos rapazes. O desfecho da primeira gravidez mostrou-se associado ao tipo de trajetória: se para 83,1% das jovens com trajetória irregular resultou em filho, entre aquelas com trajetória regular, essa proporção cai para 58,7% ($\chi^2= 7,40$, $gl=1$, $p=0,0074$), tendo, as demais optado por um aborto provocado (dados não apresentados).

Entre as mulheres, a ocorrência de uma primeira gravidez antes dos 20 anos apresentou uma relação inversa com a escolaridade em um nítido gradiente, variando de 64,7% entre aquelas com o ensino fundamental incompleto a 4,9% quando tinham nível superior. Isso também ocorre entre os homens, com menor diferença entre os estratos (Tabela 3).

A repetência e a interrupção dos estudos são eventos freqüentes no percurso escolar de homens e mulheres e ambos estão associados positivamente à experiência da gestação antes dos 20 anos. Nota-se um aumento da ocorrência de gravidez entre aqueles que apresentaram defasagem idade-série, mas isso também acontece quando a defasagem já estava presente ao ingressar no ensino fundamental.

A proporção de gravidez na adolescência é nitidamente mais alta entre os jovens que evadiram da escola, especialmente entre as mulheres, quando alcança 60,1% entre aquelas com essa condição. O que distingue homens e mulheres é o fato de que a gravidez e os filhos foram apontados por elas como os principais motivos da última interrupção dos estudos quando há relato de algum episódio reprodutivo. Em contrapartida o trabalho emerge entre os homens e as jovens sem gravidez como principal justificativa para a saída da escola (Gráfico 2).

Ao analisar a relação entre abandono escolar e gravidez na adolescência, cabe considerar a seqüência temporal em que ocorreram os eventos. Entre as mais pobres

registra-se, de fato, uma maior proporção de jovens que abandonaram os estudos à época ou depois da gravidez, o que também sucede entre rapazes que na adolescência engravidaram suas parceiras (Tabela 4). Outro indicador de origem social – escolaridade da mãe - também se mostrou associado à ocorrência de abandono escolar e gravidez na adolescência apenas entre as mulheres, mas chama atenção que 75,5% daquelas cujas mães tinham ensino médio ou superior não abandonaram os estudos apesar da gravidez (Tabela 4).

O fato de trabalhar à época da gravidez - mais freqüente entre os rapazes - mostrou-se associado ao abandono escolar, especialmente quando este aconteceu antes do primeiro episódio reprodutivo. A situação conjugal influenciou nessa relação somente entre as mulheres. A proporção de jovens que não abandonaram os estudos, apesar da gravidez, foi maior entre aquelas que não estavam unidas à época e entre as que assim o permaneceram. É interessante assinalar que entre as moças com história de união por ocasião da gestação ou da entrevista, cerca de 40,0% abandonaram a escola à época, ou depois da gravidez (Tabela 4).

O resultado da gestação apareceu estatisticamente associado ao abandono escolar somente para as mulheres. Entre aquelas cuja gravidez resultou no nascimento de um filho, 40,1% abandonaram os estudos nessa ocasião, mas 20,6% já tinham evadido antes que isso acontecesse. Por outro lado, entre as que optaram por um aborto provocado, 84,3% mantiveram-se estudando.

DISCUSSÃO

Antes de iniciar a discussão dos resultados convém examinar alguns aspectos metodológicos no sentido de contextualizar os limites e as potencialidades do estudo. Trata-se de dados de uma pesquisa com amostra representativa de moças e rapazes de três cidades de distintas regiões do país. O fato de incluir os homens permite conferir visibilidade à paternidade adolescente e à relação desta com indicadores escolares. É preciso destacar que o percentual de perdas neste estudo (14,8%) é considerado pequeno relativamente a pesquisas desse tipo. Ademais, essas foram decorrentes, sobretudo da dificuldade de acesso aos domicílios em locais inseguros e da ausência do jovem selecionado, após quatro visitas ao domicílio, sendo inexpressivo o percentual de recusas.

Em se tratando de um estudo transversal, há que se discutir a possibilidade de viés de memória quando são analisados fatos acontecidos no passado. Todavia, pode-se supor que não tenham ocorrido maiores problemas de rememoração, considerando a importância dos eventos de interesse – gravidez e características do percurso escolar. Por outro lado, os sujeitos da pesquisa, ainda bastante jovens, encontram-se no início da trajetória reprodutiva, tendo experimentado poucos eventos, ocorridos em um intervalo de tempo próximo ao período da entrevista. Ainda, características do instrumento de pesquisa com a inserção de questões sobre a ocorrência de gravidez e seu resultado em diferentes momentos do questionário permitiram confrontar as respostas dadas. Entretanto, erros intencionais podem ter ocorrido, relacionados especialmente à declaração de gravidez e aborto. A ilegalidade do aborto no Brasil e a censura moral da sua prática podem ter favorecido a não declaração pelos jovens, sobretudo as moças, de uma gravidez com este resultado¹⁵. Já os rapazes, teriam menos dificuldades de declarar um aborto pela externalidade da gravidez entre eles, ainda que exatamente por isso, suas

informações acerca da gravidez das parceiras sejam menos precisas e mais inconsistentes.

A opção em se caracterizar as trajetórias escolares elegendo a interrupção dos estudos como principal marcador deveu-se ao fato de que na análise desagregada a defasagem aparecia como um fenômeno massivo, sendo a interrupção a característica que mais discriminava os subgrupos de jovens.

Ao buscar reconstruir a seqüência temporal dos eventos, pretendeu-se superar uma lacuna na literatura. No entanto, devido à natureza transversal do estudo, não se pode assegurar completamente a fidedignidade das informações quanto à ordem em que ocorreram os fenômenos de interesse. Acredita-se que haja uma razoável credibilidade nos relatos embora isso deva ser confirmado através de estudos longitudinais.

Os resultados deste estudo indicam que os jovens com menor renda mensal familiar *per capita*, os negros, como também aqueles cujas mães possuíam baixa escolaridade estão mais representados nas trajetórias escolares mais irregulares, o que confirma o quadro de grandes desigualdades sociais do país. Essas informações conferem visibilidade aos processos que resultam para este segmento na menor possibilidade de completar a educação básica. Essa é a realidade para parcelas significativas de jovens inseridos no sistema escolar brasileiro, cujas taxas de escolarização das pessoas entre 18 e 24 anos decrescem na medida em que diminui o rendimento mensal familiar *per capita*¹⁶.

Embora, os dados do último censo demográfico indiquem que o grupo etário de 20 a 24 anos foi aquele que apresentou o maior crescimento de freqüência à escola passando de 18,3% em 1993, para 26,8% em 2003¹⁶, observa-se um atraso no fluxo escolar, revelado pela alta proporção de defasagem idade-série e de jovens cursando

ainda o ensino fundamental. Parte do desempenho escolar desse grupo poderia ser explicada pela relação escola/trabalho, o que merece ser discutido aqui.

Tem sido apontado que a necessidade precoce de trabalhar, para contribuir com o orçamento familiar, ou mesmo para assegurar sua própria autonomia financeira, faz com que os jovens coloquem os estudos em segundo plano ou abandonem a escola. Contudo, isso acontece de forma distinta entre os gêneros e as classes sociais, e aqueles que abandonam a escola independentemente de trabalhar, são os que já apresentam baixo desempenho escolar¹⁷.

De modo geral, os rapazes começam a trabalhar mais cedo que as moças, o que foi confirmado na população estudada. Entretanto, o engajamento no mercado de trabalho só se mostrou associado ao tipo de trajetória escolar para elas, e mesmo assim as que já trabalhavam foram aquelas com maior regularidade nas trajetórias. Isso provavelmente indica a importância da escolarização como requisito para o maior acesso das mulheres ao emprego, superando dessa forma as tradicionais desigualdades de gênero no mundo do trabalho. Além disso, reflete a melhor situação da família de origem, e evidencia que moças e rapazes provenientes de segmentos com níveis de renda inferiores enfrentam barreiras que dificultam o prosseguimento de “trajetórias ascendente e de qualidade”¹⁰ (p.211). Cabe destacar que a responsabilidade pelas tarefas domésticas continua sendo um fator que influencia negativamente as trajetórias femininas, seja no que diz respeito à escola ou ao trabalho profissional.

As desigualdades de gênero ficam mais em evidência quando se investiga o motivo alegado para a interrupção dos estudos. Como em outros trabalhos^{18,19}, a gravidez e os filhos foram os principais motivos citados pelas mulheres para a interrupção. Para os homens, o trabalho desponta como fator de maior importância, ainda que este possa ter sido motivado pela necessidade de assumir a responsabilidade

decorrente da paternidade. De qualquer modo, parte significativa dos jovens abandona os estudos por motivos de outra ordem, destacando-se aqueles relacionados diretamente ao acesso e à permanência na escola. Nesse caso, as diferenças entre mulheres e homens são menores, com percentuais similares de abandono por não gostar de estudar - incluídos nesta categoria aqueles que refeririam desestímulo com o ambiente escolar ou professores – e por problemas de acesso.

Os resultados mostram que jovens com melhor percurso escolar estão mais expostos às informações sobre gravidez e contracepção na escola, começam a namorar e iniciam a vida sexual mais tarde, além de referir maior uso de métodos contraceptivos na primeira relação sexual, evidenciando o efeito da escolarização (provavelmente também da família de origem) nas decisões sexuais e reprodutivas dos jovens. Soma-se a isso, o fato de que os jovens mais escolarizados estão provavelmente mais submetidos ao controle familiar e da própria escola além de possuírem projetos de emancipação social mais definidos, o que levaria ao adiamento do desejo de ter um filho^{20,21}. Neste estudo, a proporção de gestações terminadas em aborto provocado foi maior no grupo que não abandonou a escola, o que pode indicar uma sobreposição do projeto escolar ao reprodutivo.

Por outro lado, foram os jovens de ambos os sexos com maior frequência de repetência, de interrupção definitiva dos estudos e de defasagem idade-série e por fim aqueles que não conseguiram ultrapassar o ensino fundamental, que relataram as maiores proporções de gravidez antes dos 20 anos. Além disso, chama a atenção que os jovens que já ingressaram no ensino fundamental com idade superior aos sete anos, portanto defasados, também apresentaram maior proporção de gestação na adolescência. A literatura sobre o tema^{8,22} informa que, para os jovens que vivem em condições de pobreza, com limitada possibilidade de obter um bom emprego, uma gravidez pode

conferir estatuto social de maior respeito e valorização, principalmente para as adolescentes, muitas vezes sendo utilizada como um recurso de enfrentamento de problemas familiares. Em contrapartida, jovens de estratos sociais mais privilegiados, mais pressionados a concluir os estudos, adiariam o projeto de ter um filho. Estes quando engravidam tendem a interromper a gravidez e mesmo tendo filho sustentam com maior frequência seus projetos de emancipação social e familiar^{21,22}. Isso pôde ser confirmado nesse estudo, ao constatar-se que, a maior parte das moças e dos rapazes que engravidaram na adolescência e cujas mães tinham ensino médio ou superior permaneceu estudando.

Como foi descrito em outros artigos sobre a pesquisa GRAVAD^{20,23}, grande parte das moças e rapazes que engravidaram antes dos 20 anos o fizeram num contexto de relacionamentos afetivos estabelecidos, incluindo-se aqueles unidos antes da gravidez. De fato, entre as moças com história de união por ocasião da gestação ou da entrevista, cerca de 40% abandonaram a escola à época, ou depois da gravidez, evidenciando que o casamento e a maternidade sobrepuseram-se aos projetos educacionais e profissionais.

Todavia, é preciso cautela ao inferir uma relação direta e imediata entre a gravidez adolescente e pobreza. Como chamam atenção Stern e Garcia⁹, não se pode atribuir à pobreza a idade em que ocorre a gestação; tudo indica que a origem social e familiar da jovem, que se traduz em desigualdades de oportunidades, conseqüentemente atuam retirando-a da escola. Portanto para uma melhor compreensão do fenômeno é necessário considerar o contexto social e histórico em que este ocorre⁹.

Os resultados do presente estudo permitem concluir que a gravidez na adolescência e principalmente a maternidade/paternidade para a maioria dos jovens das camadas populares resultam de processos sociais complexos que também os expulsam

da escola ou pelo menos não favorecem seus avanços em termos educacionais. Portanto, cabe ao sistema escolar buscar lidar com as heterogeneidades juvenis, orientando os jovens quanto à sexualidade e à contracepção, mas também estimulando a sua permanência na escola. Igualmente é preciso adotar políticas voltadas aos jovens evadidos de modo a propiciar o seu retorno ao ambiente escolar, oferecendo alternativas que conciliem trabalho e/ou filhos. Quanto ao setor saúde, sabe-se que em condições ideais de nutrição e atenção à saúde, o risco de uma gravidez entre os 15 e 18 anos é igual àquele dos grupos etários superiores⁹. Portanto espera-se que este esteja preparado para atender as jovens, sobretudo as adolescentes, no que diz respeito à orientação sobre a escolha e uso de métodos contraceptivos, assegurando sua distribuição regular. É preciso incluir os homens na atenção à saúde reprodutiva, integrando a proteção para a gravidez não prevista à prevenção de DST. É necessário o acolhimento e cuidado nos casos de uma gravidez confirmada, o que implica assegurar assistência pré-natal e ao parto, mas também a atenção humana e de qualidade para as jovens e seus parceiros quando a gravidez é interrompida.

REFERÊNCIAS

1. Calazans G. Cultura adolescente e saúde: perspectivas para a investigação. In: Oliveira MC, organizadora. Cultura, Adolescência e Saúde: Argentina, Brasil, México. Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/COLMEX/NEPO/UNICAMP); 2000. p.44-97.
2. Berquó E. Brasil, um caso exemplar (anticoncepção e partos cirúrgicos) à espera de uma ação exemplar. Rev Estud Fem. 1993; 1(2):367-81.
3. Camarano AA, Araújo HE, Carneiro, IG. Tendências da fecundidade brasileira no século XX: uma visão regional. In: Giffin K, Costa SH, organizadores. Questões da Saúde Reprodutiva. Rio de Janeiro: Fiocruz;1999. p.95-111.
4. Gupta N, Leite IC. Tendências e determinantes da fecundidade entre adolescentes no Nordeste do Brasil. Perspect Int Planej Fam. 2001; (número especial): 24-9 e 45.
5. Camarano AA. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: Berquó E., organizador. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento;1998. p.109-33.
6. Heilborn ML. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social In: Vieira E, Fernandes MEL, Bailey P, McKay A, organizadores. Seminário Gravidez na Adolescência. Rio de Janeiro: Cidadania, Estudo, Pesquisa e Ação/Instituto de pesquisa Econômica Aplicada; 1998. p.23-32.
7. Souza MMC. A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social. In: Vieira E, Fernandes MEL, Bailey P, McKay A organizadores. Seminário Gravidez na Adolescência. Rio de Janeiro: Cidadania, Estudo, Pesquisa e Ação/Instituto de pesquisa Econômica Aplicada; 1998.p.74-91.
8. Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil. Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil; 1996.
9. Stern C, García E. Hacia un nuevo enfoque en el campo del embarazo adolescente. In: Stern C, Figueroa JC, organizadores. Sexualidad y salud reproductiva: avances y retos para la investigación. México, DF: El Colegio de México; 2001. p.331-58.
10. Rosemberg F. Educação formal, mulheres e relações de gênero: balanço preliminar da década de 90. In: Bruschini C, Unbehaum SG, organizadores Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora34; 2002. p.195-224.

11. World Health Organization. Young People's Health: a challenge do society. Geneva: World Health Organization; 1986. (WHO, Technical Report Series, 731).
12. Ministério da Saúde. Programa de Saúde do Adolescente: bases programáticas. Brasília: Ministério da Saúde; 1989.
13. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Diário Oficial da União 1996; 23 dez.
14. Dubar C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Educ Soc, 1998; 19:13-30.
15. Barreto TA, Campbell OMR, Davies JL, Fauveau V, Filippi V GA, Graham WJ et al. Investigating induced abortion in developing countries: methods and problems. Stud Fam Plann 1992; 23:159-70.
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais, 2004. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 2005. (Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 15).
17. Madeira FR, Rodrigues EM. Recado dos jovens: mais qualificação. In: Berquó E., organizador. Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento;1998. p.427-96.
18. Stevenson W, Maton KI, Teti, DM; School importance and dropout among pregnant adolescents. J Adolesc Health 1998; 22:376-82.
19. Faloppa CC, Sato DK, Souza EC, Valmórbida GA, Petrelli GS, Inoue HY, et al. Gravidez na adolescência: estudos de 50 casos atendidos na Maternidade Municipal de Londrina – PR. Semina 1994; 15:30-5.
20. Brandão ER, Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M. Juventude e família: reflexões preliminares sobre a gravidez na adolescência em camadas médias urbanas. Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares 2001; 3:159-80.
21. Monteiro S. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: Heilborn ML, organizador. Sexualidade: o olhar das ciências sociais. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1999. 117-45.
22. Dadoorian D. Adolescentes: porque elas querem engravidar? FEMINA 1996; 24:47-51.
23. Aquino EML, Heilborn ML, Knauth D, Bozon M, Almeida MC, Araújo J, et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. Cad Saúde Pública 2003; 19 (suppl 2):377-88.

Tabela 1 – Distribuição dos jovens por tipo de trajetória escolar, segundo características sócio-demográficas, por sexo.

Sexo	Características sócio-demográficas	Tipo de Trajetória Escolar				p-valor
		Irregular com interrupção n %	Irregular sem interrupção n %	Regular n %	Total n %	
Mulheres	Renda mensal familiar per capita (RS)*	462	461	425	1348	0,0000
	Até 90,00					
	91,00 a 180,00					
	181,00 a 540,00					
	Acima de 540,00					
	Escolaridade da mãe	434	448	425	1307	0,0000
	Fundamental incompleto					
	Fundamental completo					
	Médio/Superior mesmo incompleto					
	Cor/Raça**	413	427	402	1242	0,0000
	Branca					
	Parda					
	Preta					
	Trabalho atual	462	461	425	1348	0,0256
	Sim					
	Não					
Participação nas tarefas domésticas (entre 15 e 18 anos)	457	461	424	1342	0,0000	
Principal responsável						
Dividia igualmente com os outros						
Ajudava						
Não tinha nenhuma obrigação						
Homens	Renda mensal familiar per capita (RS)*	457	433	277	1167	0,0000
	Até 90,00					
	91,00 a 180,00					
	181,00 a 540,00					
	Acima de 540,00					
	Escolaridade da mãe	422	410	276	1108	0,0000
	Fundamental incompleto					
	Fundamental completo					
	Médio/Superior mesmo incompleto					
	Cor/Raça***	410	401	270	1081	0,0000
	Branca					
	Parda					
	Preta					
	Trabalho atual	457	432	277	1166	0,4729
	Sim					
	Não					
Participação nas tarefas domésticas (entre 15 e 18 anos)	454	433	277	1164	0,4380	
Principal responsável						
Dividia igualmente com os outros						
Ajudava						
Não tinha nenhuma obrigação						

*Categorias definidas com base no salário mínimo nacional à época (R\$ 180,00)

** Excluídas 1,8% e 6,6% das mulheres que se declararam amarelas e indígenas respectivamente.

*** Excluídos 0,8% e 7,1% dos homens que se declararam amarelos e indígenas respectivamente.

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

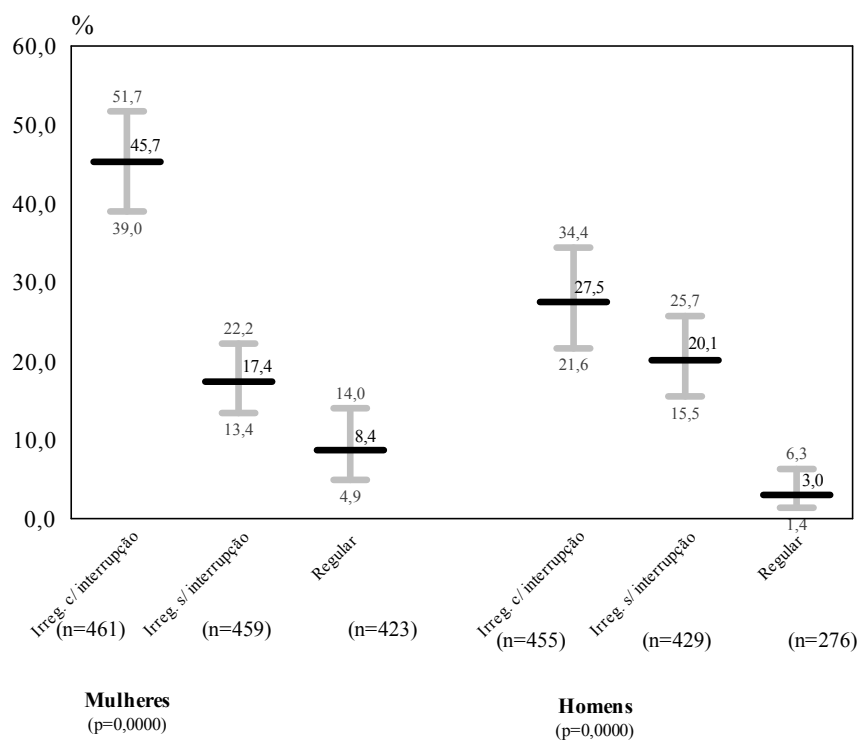
Tabela 2 – Distribuição dos jovens por tipo de trajetória escolar, segundo características selecionadas da entrada na sexualidade, por sexo.

Sexo	Entrada na sexualidade	Tipo de Trajetória Escolar				p-valor			
		Irregular com interrupção		Irregular sem interrupção			Regular		Total
		n	%	n	%	n	%		
Mulheres	Primeiras informações sobre gravidez e contracepção								
	<i>Através da mãe</i>	461		461		425		1347	0,0000
	Sim		28,0		47,6		59,1	44,0	
	Não		72,0		52,4		40,9	56,0	
	<i>Através da escola</i>	461		461		425		1347	0,0014
	Sim		26,6		36,0		44,1	35,0	
	Não		73,4		64,0		55,9	65,0	
	Idade ao primeiro namoro	461		460		425		1346	0,0794
	Até 13 anos		32,3		33,4		26,4	30,9	
	14-15 anos		42,4		38,9		35,9	39,3	
	16 anos e mais		24,5		25,4		35,2	28,0	
	Nunca namorou/ficou		0,8		2,3		2,5	1,8	
	Experiência de relação sexual prévia	462		461		425		1348	0,0026
	Sim		92,7		84,5		82,9	87,0	
	Não		7,3		15,5		17,1	13,0	
Idade na 1ª relação sexual	433		385		354		1172	0,0002	
Até 15 anos		31,1		18,3		12,1	21,5		
16 e 17 anos		32,2		34,2		28,5	31,8		
18 anos e mais		36,7		47,5		59,4	46,7		
Uso de método contraceptivo na 1ª relação sexual	431		383		353		1167	0,0000	
Sim		59,8		70,8		82,6	69,9		
Não		40,2		29,2		17,4	30,1		
Homens	Primeiras informações sobre gravidez e contracepção								
	<i>Através da mãe</i>	456		433		276		1165	0,0123
	Sim		36,7		34,4		52,0	38,9	
	Não		63,3		65,6		48,0	61,1	
	<i>Através da escola</i>	456		433		276		1165	0,0025
	Sim		24,3		37,3		39,1	31,6	
	Não		75,7		62,7		60,9	68,4	
	Idade ao primeiro namoro	455		431		276		1162	0,0011
	Até 13 anos		40,7		35,0		23,8	35,4	
	14-15 anos		34,3		35,3		27,7	33,3	
	16 anos e mais		22,4		28,7		43,8	28,8	
	Nunca namorou/ficou		2,6		1,0		4,7	2,5	
	Experiência de relação sexual prévia	455		432		277		1164	0,4593
	Sim		96,7		94,1		94,5	95,3	
	Não		3,3		5,9		5,5	4,7	
Idade na 1ª relação sexual	442		411		263		1116	0,0117	
Até 14 anos		32,4		24,5		14,7	26,3		
15 e 16 anos		31,7		44,3		44,7	38,4		
17 anos e mais		35,9		31,2		40,6	35,3		
Uso de método contraceptivo na 1ª relação sexual	435		412		259		1106	0,0009	
Sim		61,5		65,2		82,0	66,8		
Não		38,5		34,8		18,0	33,2		

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Gráfico 1 - Proporção e intervalo de confiança a 95% de jovens que declararam pelo menos uma gravidez na adolescência, segundo tipo de trajetória escolar, por sexo.



Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Tabela 3 – Proporção de gravidez antes dos 20 anos e intervalo de confiança a 95%, segundo indicadores escolares, por sexo.

Indicadores Escolares	Gravidez antes dos 20 anos					
	Mulheres			Homens*		
	n	%	(IC 95%)	n	%	(IC 95%)
Proporção geral	1612	29,5	(26,3 – 33,0)	1414	21,4	(18,3- 24,9)
Escolaridade atual						
Fundamental incompleto	300	64,7	(55,8 – 72,5)	304	37,7	(28,3 – 48,1)
Fundamental completo	298	42,9	(35,8 – 50,4)	307	26,1	(19,5 – 33,8)
Médio completo	511	21,3	(16,9 – 26,5)	413	14,3	(10,1 – 19,9)
Superior/mesmo incompleto	479	4,9	(2,9 – 8,0)	364	7,2	(4,4 – 11,7)
Repetência alguma vez						
Sim	918	35,3	(30,9 – 40,0)	933	25,3	(21,3 – 29,8)
Não	675	21,5	(17,7 – 25,3)	469	13,0	(8,6 – 19,1)
Interrupção dos estudos						
Nunca interrompeu	946	14,4	(11,9 – 17,2)	767	13,3	(10,4 – 16,9)
Interrompeu e voltou	292	35,8	(28,4 – 44,1)	257	18,3	(12,7 – 25,5)
Interrompeu e não voltou	360	61,4	(53,6 – 68,6)	386	36,2	(28,3 – 44,8)
Defasagem idade-série global						
Sim	723	36,4	(31,7 – 41,3)	738	26,5	(22,3 – 31,2)
Não	630	10,3	(7,3 – 14,4)	432	5,3	(3,3 – 8,4)
Defasagem idade-série ao ingressar no ensino fundamental						
Sim	137	45,5	(35,7 – 55,8)	146	36,7	(25,2 – 49,9)
Não	1340	26,4	(22,7 – 30,4)	1130	19,2	(16,1 – 22,7)
Frequência a escola**						
Concluiu a educação básica	520	20,3	(16,4 – 24,8)	364	16,4	(11,9 – 22,1)
Frequente, pública/privada	670	16,8	(13,1 – 21,4)	603	11,9	(8,9 – 15,7)
Evadiu	415	60,1	(52,9 – 66,8)	447	35,4	(28,2 – 43,3)

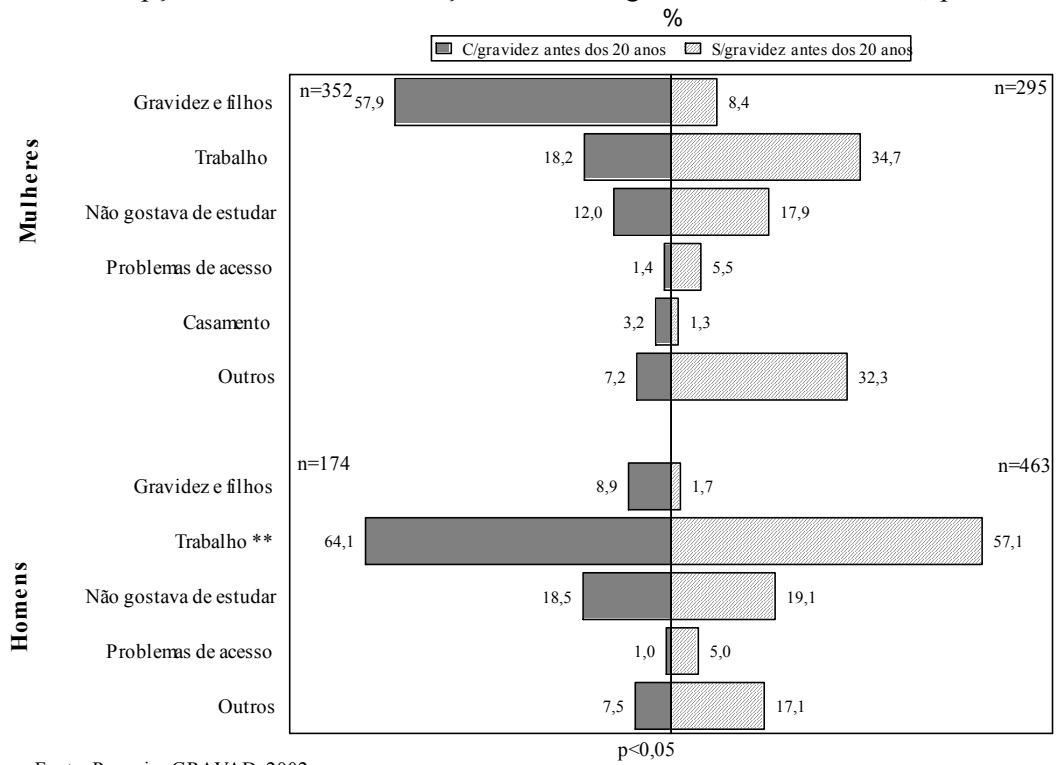
*Engravidaram uma parceira pelo menos uma vez antes dos 20 anos.

**Foram excluídos 6 jovens que nunca frequentaram a escola.

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Gráfico 2 - Distribuição proporcional de jovens de 20 a 24 anos segundo o motivo da última interrupção dos estudos e condição de ter tido gravidez na adolescência, por sexo.



Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Tabela 4 – Abandono escolar entre jovens que referiram gravidez na adolescência, segundo características selecionadas.

Sexo	Características	Abandono em relação à época da gravidez na adolescência			p-valor	
		N	Não abandonou %	Antes %		À época ou depois %
Mulheres	Proporção geral	488	46,6	16,7	36,7	
	Renda mensal familiar per capita (R\$)					0,0001
	Até 180,00	304	36,1	19,3	44,6	
	Acima de 180,00	184	62,6	12,7	24,7	
	Escolaridade da mãe					0,0034
	Fundamental incompleto	287	40,6	15,6	43,8	
	Fundamental completo	80	53,2	14,4	32,6	
	Médio/Superior	82	75,5	6,2	17,7	
	Trabalho à época da gravidez*					0,0198
	Não	240	47,4	11,4	41,2	
	Sim	247	45,8	22,6	31,6	
	Situação Conjugal					
	<i>À época da gravidez</i>					0,0004
	Unida	131	30,5	29,2	40,3	
	Não unida	357	51,6	12,8	35,6	
	<i>Atual</i>					0,0034
Unida	294	36,8	20,5	42,7		
Não unida	194	58,2	12,1	29,7		
Resultado da gravidez					0,0000	
Filho	383	39,3	20,6	40,1		
Aborto provocado	65	84,3	2,3	13,4		
Homens	Proporção geral	269	41,5	18,1	40,4	
	Renda mensal familiar per capita (R\$)					0,0017
	Até 180,00	127	26,0	19,4	54,6	
	Acima de 180,00	142	58,8	16,7	24,5	
	Escolaridade da mãe					0,1699
	Fundamental incompleto	123	39,2	15,2	45,5	
	Fundamental completo	45	37,1	14,0	48,8	
	Médio/Superior	79	60,8	16,1	23,1	
	Trabalho à época da gravidez*					0,0416
	Não	84	54,6	6,2	39,2	
	Sim	182	36,9	22,4	40,7	
	Situação Conjugal					
	<i>À época da gravidez</i>					0,4249
	Unido	16	21,3	19,4	59,3	
	Não unido	252	44,0	17,2	38,8	
	<i>Atual</i>					0,2455
Unido	89	32,5	16,5	51,0		
Não unido	180	47,3	19,1	33,6		
Resultado da gravidez					0,4341	
Filho	109	37,8	19,2	42,9		
Aborto provocado	108	48,4	20,5	31,1		

* Inclui 42 mulheres e 28 homens que começaram a trabalhar à época da gravidez

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

COLABORADORES

Maria da Conceição C. de Almeida foi supervisora de campo em Salvador, participou da construção e gerenciamento da base de dados, da análise estatística e interpretação dos resultados e da redação do artigo. Estela Aquino participou da concepção e coordenação do estudo em todas as suas etapas, incluindo análise dos dados e redação do artigo. Antoniel Pinheiro de Barros contribuiu na elaboração dos indicadores e no processamento e análise estatística dos dados.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa GRAVAD – *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil* foi originalmente elaborada por Maria Luiza Heilborn (Instituto de Medicina Social/Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil – IMS/UERJ), Michel Bozon (Institut National d'Études Démographiques, France - INED), Estela M. L. Aquino (Programa integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde/Universidade Federal da Bahia, Brasil - MUSA/UFBA), Daniela Knauth e Ondina Fachel Leal (Núcleo de Antropologia do Corpo e Saúde/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil - NUPACS/UFRS). Agradecemos a Ceres G. Victora, Fabíola Rohden, Cecília McCallum, Tânia Salem, Elaine Brandão, Jenny Araújo, Greice Menezes e aos demais membros da equipe GRAVAD, bem como o consultor estatístico Antônio José Ribeiro Dias. Os principais resultados da pesquisa foram publicados no livro *O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e Trajetórias Sociais de Jovens Brasileiros* (Rio de Janeiro: Garamond/FIOCRUZ; 2006) que inclui informações detalhadas sobre a composição da equipe da pesquisa. Agradecemos, ainda, o apoio financeiro da Fundação Ford, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, através de seus programas de bolsas.

7.2 Artigo 2

A GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA E A CONCLUSÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA ENTRE JOVENS DE TRÊS CAPITAIS BRASILEIRAS

Maria da Conceição C. de Almeida¹, Estela M. L. Aquino²

¹ CPqGM/FIOCRUZ – Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz, Fundação Oswaldo Cruz. Rua Waldemar Falcão, 121 – Candeal, Salvador, BA, 40296-710, Brasil. conceicao@bahia.fiocruz.br

² MUSA – Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. Rua Basílio da Gama s/n – Campus Universitário do Canela, Salvador, BA, 40110-040, Brasil. musa@ufba.br

ABSTRACT

This article aims to evaluate the association between teenage pregnancy and the completion of fundamental education among young people of both sexes, in relation to macro-social markers. A cross-sectional residence-based questionnaire was applied in 2001, involving youth aged 18 to 24 years in three Brazilian capitals, selected through a stratified three-stage probabilistic sample. Those among the 4,634 young people interviewed who at the time of the interview were aged 20 to 24 (65.6%) were selected, of which 53.2% were women, and 46.8% were men. 29.6% of these young women declared pregnancy before 20 years of age, while 21.4% of the young men declared having made a partner pregnant during adolescence. Only 61.2% of the women and 50.6% of the men said they had concluded high school. Young women whose per capita family income was \$R180 or less, and whose mothers had little schooling, who became pregnant at least once during adolescence, and who had two or more siblings, were more likely to declare that they had not completed primary education. These factors are also found present in the young men's case, but, in addition, the latter classified themselves as non-white and declared that their parents had separated before they were 20 years old.

Key words: Pregnancy in adolescence; Gender; Primary Schooling; Macro-social markers.

RESUMO

Este artigo tem como objetivo avaliar a associação entre a gravidez na adolescência e a conclusão da educação básica entre os jovens de ambos os sexos mediada por marcadores macro-sociais. Trata-se de um inquérito domiciliar do tipo corte transversal realizado em 2001 envolvendo jovens de três capitais brasileiras, com idade entre 18 e 24 anos escolhidos através de uma amostra probabilística estratificada em três estágios. Dos 4634 jovens entrevistados selecionou-se aqueles que na época da entrevista encontravam-se na faixa etária de 20 a 24 anos (65,6%) sendo 53,2% mulheres e 46,8% homens. A gravidez antes dos 20 anos foi declarada por 29,6% das moças, e 21,4% dos rapazes mencionaram ter engravidado uma parceira na adolescência. Apenas 61,2% das mulheres e 50,6% dos homens referiram ter concluído o ensino médio. As jovens com renda familiar *per capita* de até R\$180,00, cujas mães têm baixo nível de escolaridade, que engravidaram na adolescência ao menos uma vez, e com dois ou mais irmãos, referiram mais frequentemente não terem concluído a educação básica. Para os rapazes, soma-se ao perfil feminino, o fato de se declararem não brancos e terem os pais separados antes dos 20 anos.

Palavras-chaves: Gravidez na adolescência; Gênero; Educação básica; Marcadores macro-sociais.

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas ocorreram mudanças na transição da infância à vida adulta com o prolongamento da juventude, a postergação da maternidade/paternidade e a maior permanência dos jovens no sistema educacional. Entretanto, a ocorrência de uma gravidez na adolescência é uma possibilidade na trajetória juvenil¹ e tem sido associada ao baixo desempenho educacional, ao abandono escolar e às piores condições sócio-econômicas de jovens e suas famílias, o que se potencializa quando acontece fora de uma união formal².

Pesquisas que relacionam a gravidez na adolescência com a educação são freqüentes na literatura internacional e nacional^{2,3,4,5,6,8,9,10}. No Brasil, estudos revelam que o nível educacional das mulheres é o fator mais forte e consistentemente associado ao maior risco de se engravidar na adolescência⁹, e que a maior parte das adolescentes grávidas das classes e das regiões mais pobres do país abandonam a escola antes de concluir a educação básica⁴. Também mencionam que entre as mulheres de 15 a 19 anos que tiveram filho na adolescência há um maior número de analfabetas e aquelas com menor nível educacional têm maior risco de ter filhos na adolescência¹⁰.

As conseqüências econômicas e sociais de uma gravidez antes dos 20 anos variam de acordo com a estrutura familiar e cultural na qual os jovens estão inseridos^{2,11}. Jovens de camadas médias, em geral, recebem suporte financeiro e material, o que diminui o impacto da maternidade/paternidade na juventude¹² sobre a sua trajetória escolar e profissional. Por outro lado, uma gravidez entre jovens de camadas médias tem o aborto como desfecho mais frequentemente do que entre aqueles de camadas menos privilegiadas que em geral têm filhos, o que certamente influencia de modo diferente o percurso educacional¹³.

No Brasil, é direito de todos os cidadãos completarem até os 18 anos a chamada educação básica, que inclui os níveis infantil, fundamental e médio. Para tanto as crianças devem ser matriculadas no ensino fundamental a partir dos sete anos de idade¹⁴.

Contudo, a educação brasileira é marcada por altas taxas de defasagem da idade em relação à série, resultado de inúmeras repetências, as quais culminam na evasão escolar. Dados do censo Escolar de Educação Básica de 2005 mostram que 30,0% dos alunos matriculados no nível fundamental estavam com defasagem idade-série, sendo que esta proporção alcança seu ápice na 5ª série fundamental quando atinge 38,6% dos adolescentes¹⁵. Também em 2005, 13,0% dos jovens brasileiros foram reprovados nas séries que cursavam e cerca de 7,5% abandonaram o estudo, destacando-se a região Nordeste com as maiores proporções encontradas¹⁶.

Indicadores educacionais de 2005/2006 evidenciam os estados das regiões Norte e Nordeste com as piores performances em relação aos estados das outras regiões¹⁶. Pode-se supor que isso seja reflexo de políticas educacionais estaduais e municipais diferenciadas e do maior desenvolvimento econômico das regiões que apresentaram os melhores resultados.

Além de determinantes macro-sociais, estudos apontam para a influência do contexto familiar no desempenho escolar^{17,18,19,20,21}. Nas últimas décadas, constata-se no Brasil uma universalização do acesso à escola e ao prolongamento da escolarização. Jovens que crescem em famílias com menor fratria, com a presença dos dois pais na maior parte do tempo, com maior renda familiar e com pais mais escolarizados, alcançariam melhor desempenho.

Ainda que haja igualdade de acesso e de permanência entre os sexos, ou uma maior permanência das mulheres na escola^{22,23}, evidenciam-se desigualdades relativas

ao gênero, ao analisar-se a interrupção dos estudos, a repetência e a conclusão da educação básica, principalmente diante da ocorrência de um evento reprodutivo⁸.

Almeida, Aquino & Barros⁸, ao medirem a frequência do abandono escolar relacionado à gravidez antes dos 20 anos, observaram que este, de fato, ocorreu à época ou após a gravidez em 44,6% das mulheres e 54,6% dos homens. Entre os jovens com rendimento familiar *per capita* de até um salário mínimo, cerca de 20,0% das moças e dos rapazes já haviam abandonado a escola mesmo antes de engravidar. Quanto ao principal motivo para o abandono, os homens apontam o trabalho, e as mulheres referem a gravidez e o cuidado dos filhos.

Diante da complexidade do fenômeno, investigar a influência da gravidez na adolescência sobre a conclusão da educação básica não é uma tarefa fácil, mas é necessária.

Esse artigo está contido no âmbito da “*Pesquisa GRAVAD – Estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*”²⁴ que foi realizada em três grandes cidades brasileiras localizadas em regiões do país com características sociais e econômicas bastante distintas. Envolve jovens de ambos os sexos, com níveis educacionais variados e trajetórias reprodutivas heterogêneas.

Tem como objetivo avaliar a associação entre a gravidez na adolescência e a conclusão da educação básica entre os jovens mulheres e homens entrevistados mediada por marcadores macro-sociais.

METODOLOGIA

Este foi um estudo do tipo corte transversal realizado em 2001 envolvendo jovens de Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ) e Salvador (BA) de ambos os sexos, com idade entre 18 a 24 anos completos à época da pesquisa. Optou-se por uma amostra probabilística estratificada em três estágios, objetivando a garantia da representatividade da população geral na faixa etária pretendida. Foi calculado um tamanho amostral de 1.500 entrevistas por cidade baseado nas estimativas existentes em 1996²⁵ sobre gravidez que entre as mulheres de 18 a 19 anos correspondia 25,3% e de 19 anos, 34,8%.

O desenho amostral garantiu a dispersão geográfica, sendo selecionado no primeiro estágio, uma amostra aleatória estratificada de setores censitários, previamente agrupados em cinco estratos levando em conta a renda média e a escolaridade do chefe da família. No segundo estágio, foram sorteados de forma independente, em cada setor censitário, 33 domicílios entre aqueles identificados previamente como elegível por conter morador(es) com idade entre 18 e 24 anos, considerando-se a possibilidade de uma taxa de perda em torno de 20,0%. No terceiro estágio, selecionou-se entre os jovens elegíveis no domicílio sorteado, aquele cuja data de aniversário (dia e mês) fosse a primeira do ano civil, prevalecendo a ordem alfabética nominal no caso de datas iguais.

A produção dos dados deu-se através de entrevista face-a-face, utilizando-se como instrumento de pesquisa um questionário testado que reconstruía as trajetórias escolares, profissionais e afetivo-sexuais dos jovens. Jovens de ambos os sexos, estudantes e/ou profissionais das áreas de Ciências Humanas, com idade próxima à faixa etária dos entrevistados, foram treinados para realizar a entrevista.

Para garantir a qualidade do trabalho, os questionários foram revisados pela equipe de supervisão, além disso, selecionou-se uma amostra de 20% desses para que fossem testadas questões específicas através de entrevista por telefone ou retornando à residência.

O banco de dados foi constituído com dupla digitação utilizando-se o *software* Epi Info versão 6.04b (Centers for Disease Control and Prevention, Atlanta, USA). Para a análise, devido à complexidade do plano amostral, adotou-se o STATA versão 8 (Stata Corporation, College Station, USA), que permitiu incorporar o efeito do desenho amostral e os pesos relativos a cada unidade, obtendo-se estimativas de parâmetros confiáveis. Os pesos foram calculados baseados nas probabilidades com que foram selecionadas as unidades em cada estágio.

Na constituição da população de estudo, optou-se pelo descentramento da faixa etária habitualmente definida como adolescência^{26,27}, por permitir a rememoração da gravidez acontecida em um momento anterior, mas suficientemente próximo para ser lembrada. Para esse estudo foram analisados os dados relativos aos entrevistados entre 20 e 24 anos, com e sem história de gravidez. Levou-se em conta para essa escolha, o seguinte fato: todos os jovens já tendo ultrapassado a adolescência não poderiam mais experimentar um episódio reprodutivo nessa faixa etária e deveriam ter concluído a educação básica. Considerou-se defasagem idade-série o fato da/o jovem ter ingressado no ensino fundamental com mais de sete anos de idade.

As principais variáveis selecionadas para o estudo foram as representantes do percurso escolar - *defasagem ao ingressar no ensino fundamental (sim/não); conclusão da 4ª série do ensino fundamental (sim/não); conclusão da 8ª série do ensino fundamental (sim/não) e a conclusão da educação básica (sim/não)* – que engloba o

nível fundamental e médio; e o relato de pelo menos uma gravidez na adolescência, definida como aquela ocorrida antes dos 20 anos.

As co-variáveis de interesse foram características macrossociais e familiares: *cidade, renda familiar mensal per capita, cor/raça (auto-referida), escolaridade da mãe, fratria, separação dos pais, participação em tarefas domésticas na adolescência e trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos*. Todas as co-variáveis foram dicotomizadas para a análise multivariada com exceção da cidade de residência que permaneceu com três categorias.

Quanto aos procedimentos de análise, a princípio, descreveu-se as variáveis selecionadas através da distribuição de frequências simples e cruzamentos com a intenção de caracterizar a população de estudo. As diferenças entre proporções foram testadas quanto à significância estatística pelo uso do χ^2 de Pearson, com a correção de segunda ordem de Rao e Scott (1984) ao nível de 5%. Contudo, optou-se por apresentar o intervalo de confiança a 95%.

Foram construídos modelos de regressão logística não condicional, independentes para as moças e os rapazes, somente para a conclusão da educação básica, que como dito anteriormente, engloba a conclusão de todos os níveis de ensino exceto o superior.

Para fins analíticos, definiu-se a não conclusão da educação básica como variável dependente. As co-variáveis que na etapa bi-variada mostraram-se associadas com a conclusão da educação básica apresentando um valor de p até 0,20 foram selecionadas para os modelos de regressão.

A estratégia de inclusão das variáveis nos modelos foi hierarquizada (Figura 1), considerando-se quatro blocos de co-variáveis. No primeiro nível hierárquico foram introduzidas as representativas dos fatores macro-sociais. As variáveis que após o ajuste

simultâneo permaneceram associadas à não conclusão da educação básica, com nível de significância estatística até $p < 0,05$, foram mantidas para a etapa subsequente. Prosseguiu-se com a mesma estratégia incluindo as variáveis do contexto familiar, seguidas pelo trabalho remunerado e por fim a ocorrência da gravidez antes dos 20 anos.

Todos os procedimentos éticos foram considerados, com aprovação da pesquisa pelos Comitês de Ética das respectivas universidades envolvidas. Um “Termo de Consentimento Informado” foi lido para cada entrevistado/a antes da aplicação do questionário e assinado ao seu final. Também foi assegurada a privacidade para a realização da entrevista, garantindo-se que a mesma acontecesse sem a presença de terceiros com idade superior a quatro anos. Do mesmo modo, prevaleceu o caráter voluntário da participação e o direito de recusa em qualquer questão, ou mesmo de interrupção da entrevista em qualquer momento.

RESULTADOS

População do estudo

Dos 4634 jovens entrevistados pela pesquisa GRAVAD, selecionou-se para este estudo aqueles que na época da entrevista encontravam-se na faixa etária de 20 a 24 anos (65,6%). Nesse grupo, 53,2% eram mulheres e 46,8% homens e a gravidez antes dos 20 anos foi declarada por 29,6% das moças, enquanto 21,4% dos rapazes mencionaram ter engravidado uma parceira na época da adolescência. A entrada na escola após os sete anos de idade (ou seja, com defasagem idade-série) foi referida por 8,8% das moças e 15,4% dos rapazes, embora, cerca de 81,0% e 75,0% deles, respectivamente tenham concluído o ensino fundamental. Apesar disso, somente 61,2% das mulheres e 50,6% dos homens referiram ter concluído o ensino médio (dados não apresentados).

Gravidez na adolescência e escolaridade das mulheres

Entre as mulheres que engravidaram na adolescência, 14,3% haviam ingressado na escola após os 7 anos de idade, proporção que é mais que o dobro das que não engravidaram nessa faixa etária (Tabela 1). Observou-se no grupo das moças que não referiram gravidez antes dos 20 anos, diferenças quanto à cidade em que residiam, sendo Salvador aquela que apresentou a maior proporção de defasagem na entrada na escola; isso apareceu duplicado no grupo com gravidez (Tabela 1). Este tipo de defasagem idade-série foi mais referida por moças com menor renda familiar *per capita* independente da ocorrência de gravidez na adolescência. Do mesmo modo, as jovens cujas mães tinham somente a escolaridade fundamental incompleta apresentaram mais defasagem, porém, no grupo com gravidez a desvantagem de origem é um pouco acentuada (Tabela 1). Quanto à cor/raça, entre as moças com defasagem, as diferenças

não se mostraram importantes ao interior dos dois grupos, mas ao compará-los, as que mencionaram ao menos uma gravidez na adolescência, apresentaram maiores proporções de defasagem especialmente se analisadas brancas e pretas. O mesmo observou-se em relação à separação dos pais, à participação nas tarefas domésticas na adolescência e trabalho remunerado antes dos 20 anos. Entretanto, no grupo das jovens com gravidez na adolescência, aquelas com 2 ou mais irmãos, referiram aproximadamente três vezes mais defasagem do que as com até um irmão e o dobro quando comparadas às sem gravidez (Tabela 1).

Na avaliação dos dados referentes à conclusão da 4ª série do ensino fundamental (Tabela 1), observou-se que 5,1% das moças com gravidez antes dos 20 anos não alcançaram. Aparentemente, a maioria das moças concluiu a 4ª série com diferenças pouco expressivas entre aquelas com e sem gravidez, nos estratos analisados (Tabela 1).

Constatou-se que 41,5% das moças com gravidez na adolescência não concluíram o ensino fundamental, proporção quatro vezes maior que o grupo sem gestação nessa idade (Tabela 1). Os resultados indicam não existir diferenças entre as jovens das três cidades (Tabela 1). As moças com renda familiar *per capita* baixa e menor escolaridade materna referiram mais freqüentemente não concluir a 8ª série e a gravidez na adolescência acentua muito estas influências (Tabela 1).

Observou-se um gradiente os grupos raciais entre aquelas sem gravidez na adolescência que se anulou com a presença da gestação, sendo que a influência da cor/raça permanece apenas entre as indígenas, onde 70% delas não concluíram o ensino fundamental (Tabela 1). O maior número de irmãos e a participação nas tarefas domésticas influenciaram negativamente a conclusão da 8ª série, essa desvantagem tem um peso maior diante da ocorrência uma gravidez antes dos 20 anos (Tabela 1).

Entre as mulheres que mencionaram pelo menos uma gravidez na adolescência, 70,5% não concluiu a educação básica, o que se constatou entre 25,6% das demais (Tabela 1). A proporção de não conclusão da educação básica no grupo das moças sem gravidez é mais alta em Salvador, entretanto, a ocorrência da gravidez anula as diferenças entre as cidades. A influência da baixa renda familiar e da menor escolaridade materna sobre a não conclusão da educação básica é acentuada pela gravidez na adolescência (Tabela 1). A saída da escola sem conclusão é maior entre aquelas com 2 ou mais irmãos, essa desvantagem se acentua quando acontece uma gravidez antes dos 20 anos. Ter pais separados antes do 20 anos e ter trabalhado na adolescência não teve maior efeito sobre a conclusão no interior dos grupos, porém, as jovens com gravidez e com pais separados referiram mais não ter concluído do que as que não engravidaram na adolescência. Quanto à participação nas tarefas domésticas não houve diferenças acentuadas nas proporções de não conclusão entre as moças que somente ajudavam ou não tinha qualquer obrigação e aquelas que eram as principais responsáveis, ou mesmo entre os grupos com e sem gravidez na adolescência (Tabela 1).

Engravidar uma parceira na adolescência e escolaridade dos homens

Os homens que engravidaram uma parceira quando adolescentes mencionaram mais frequentemente ter ingressado na escola com atraso (25,9%) do que os demais (12,5%) – (Tabela 2). Na ausência de gravidez, os jovens residentes em Salvador, apresentaram maior proporção de defasagem, mas entre os outros que a experimentaram, a proporção aproxima-se à do Rio de Janeiro. Entretanto, chama a atenção que ter menor renda familiar *per capita* tem um efeito um pouco mais de 20 vezes superior sobre a defasagem do que a maior renda; no grupo com gravidez essa

diferença é bastante atenuada. A escolaridade materna não parece ter um efeito sobre a defasagem para os rapazes, as diferenças se acentuam quando se compara quanto à ocorrência da gravidez (Tabela 2). Ter maior número de irmãos apresentou-se como uma desvantagem para os homens com defasagem mesmo para os que não engravidaram a parceira (Tabela 2).

Na comparação dos homens quanto à não conclusão da 4ª série do ensino fundamental, observou-se pequenas diferenças entre os grupos com e sem gravidez na adolescência e nos estratos avaliados (Tabela 2), destacando-se, os com menor renda que apresentaram uma proporção de não conclusão cerca de três vezes maior do que os com renda superior a R\$ 180,00.

Os rapazes repetiram o mesmo padrão das moças de não conclusão dos níveis fundamental e médio (Tabela 2), mas entre aqueles sem gravidez as proporções são *grossa modo* o dobro do que foi observado entre elas em todos os estratos.

Fatores associados à não conclusão da educação básica

Entre as mulheres, verificou-se uma forte associação bruta entre a não conclusão da educação básica e a escolaridade materna (OR=8,30; IC95% 5,41-12,74), com a renda familiar *per capita* (OR=6,59; IC95% 4,60-9,45) e com a gravidez na adolescência (OR=7,16; IC95% 5,07-10,12). A cor/raça auto-referida, o número de irmãos, a separação dos pais e a participação nas tarefas domésticas, embora em menor magnitude, também estão associadas à não conclusão.

No primeiro nível, foram associadas à não conclusão do ensino médio a renda familiar mensal *per capita* e a escolaridade materna. No segundo nível, em relação aos fatores familiares, as co-variáveis número de irmãos, separação dos pais e participação nas tarefas domésticas apresentaram associação estatisticamente significativa, mantendo-

se, portanto no modelo. O trabalho remunerado não esteve associado com significância estatística. No nível quatro, ajustando-se o modelo final com a inclusão da gravidez na adolescência, observa-se que a separação dos pais e participação no trabalho doméstico perdem a significância estatística. Destaca-se mais uma vez, a intensidade da associação da gravidez na adolescência e da escolaridade materna com a não conclusão da educação básica, mesmo ajustada pelas demais variáveis.

A não conclusão da educação básica pelos rapazes esteve fortemente associada com a menor renda familiar mensal *per capita* (OR=9,18; IC95% 5,98-14,12) e com a escolaridade materna (OR=6,93; IC95% 5,00-9,63). Também encontrou-se associações de menor magnitude com a cor/raça, o número de irmãos, a separação dos pais, a participação nos trabalhos domésticos e com o trabalho remunerado por mais de três meses antes dos 20 anos.

No primeiro nível, relativo a fatores macro-sociais, a variável “cidade” perde a significância estatística em todas as categorias, sendo por esse motivo retirada do modelo. Ter dois ou mais irmãos e pais separados antes dos 20 anos estão associados à não conclusão, mesmo quando ajustados pelos demais fatores. O trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos não aparece associado. Entretanto, aqueles que eram adolescentes na ocasião em que engravidaram uma parceira, apresentam maior chance de não concluir a educação básica que os demais, mesmo no modelo ajustado.

Desfecho da gravidez e a conclusão da educação básica

A primeira gravidez na adolescência resultou em nascimento de um filho para a maioria das jovens do ensino fundamental e médio; contudo as que não o concluíram o ensino fundamental apresentaram maior proporção (81,9%), do que as com conclusão, com diferenças em nível limítrofe de significância estatisticamente em relação às que

concluíram. O relato de aborto provocado foi cerca de quatro vezes superior entre as jovens que concluíram ensino médio, quando comparadas as que não concluíram com diferenças estatisticamente significante.

Os homens que na adolescência engravidaram uma parceira referiram proporções mais elevadas de aborto provocado nos dois níveis de ensino; porém não houve diferenças estatisticamente significante quanto ao resultado da gravidez e conclusão do ensino fundamental. Entre os que concluíram o ensino médio, a opção pelo aborto provocado foi duas vezes maior do que o nascimento de um filho (57,4% *versus* 25,0%), contudo em níveis limítrofes de significância estatística.

DISCUSSÃO

O estudo foi realizado com dados obtidos através de um inquérito de base populacional, que utilizou uma amostra representativa de moças e rapazes de 18 a 24 anos de idade de três cidades brasileiras com características sociais e culturais bastante distintas. Destaca-se a inclusão de rapazes o que permitiu conferir visibilidade à paternidade adolescente e à relação desta com os indicadores escolares.

Apenas 2/3 das mulheres e 1/2 dos homens entrevistados referiu ter concluído a educação básica. Entre os jovens que engravidaram na adolescência a proporção de não conclusão, foi de grande magnitude (70,5% das mulheres e 73,1% dos homens). Entre os rapazes e as moças, a baixa renda familiar *per capita* e a escolaridade materna baixa, apresentaram uma forte associação com a não conclusão da educação básica. A gravidez na adolescência também foi associada à não conclusão, somando-se as desvantagens prévias de origem.

Pode-se supor a ocorrência de viés de informação, nos dados referentes à renda familiar *per capita* ou mesmo à escolaridade materna, no entanto, o padrão encontrado não se distancia do perfil populacional brasileiro²⁸, permitindo concluir que se houve algum enviesamento nos dois sentidos, esse foi de pequena magnitude.

Erros intencionais podem ter ocorrido relacionados, especialmente, à declaração de gravidez e aborto. As moças poderiam sub-relatar a ocorrência da gravidez antes dos 20 anos, porém a forma como o instrumento de pesquisa foi construído, com questões sobre a trajetória reprodutiva em diferentes momentos da entrevista, permitiu a identificação de inconsistências.

Mesmo entre os rapazes, pode ter acontecido algum enviesamento quanto à declaração de ter engravidado a parceira. Entretanto, ao se questionar às moças que referiram ter engravidado alguma vez na vida sobre a reação do seu parceiro diante da

gravidez, apenas 2,2% disseram que o mesmo não ficou sabendo²⁹. Ainda que o estudo não tenha entrevistado as moças e os seus respectivos parceiros, acredita-se que esse resultado possa ser estendido aos rapazes participantes da pesquisa.

A ilegalidade do aborto no Brasil e a censura moral da sua prática podem ter favorecido à não declaração pelos jovens, sobretudo as moças, de uma gravidez com este resultado³⁰. Já os rapazes, teriam menor dificuldade de declarar um aborto pela externalidade da gravidez para eles, ainda que exatamente por isso, suas informações acerca da gravidez das parceiras possam ser menos precisas e mais inconsistentes.

Considerando sete anos a idade legal para o ingresso no ensino fundamental, a proporção de jovens que foram matriculados mais tarde (8,8% das moças e 15,4% dos rapazes), foi relativamente menor do que o encontrado pelo Censo Escolar da Educação Básica de 2005 (18,9%)¹⁶, para todos os jovens matriculados na 1ª série do ensino fundamental brasileiro¹⁵.

Quando avaliamos as moças e rapazes que referiram gravidez na adolescência, esses apresentaram maiores proporções de defasagem idade-série ao ingressar na escola, comparados aos demais; os residentes em Salvador destacaram-se com as maiores proporções. Esse resultado pode ser considerado como reflexo das desigualdades regionais no que se refere às políticas educacionais, econômicas e de urbanização, que faz com que, de modo geral, os estados das regiões Norte e Nordeste apresentem os piores indicadores educacionais (defasagem, repetência e abandono)¹⁶. Também foram maiores as proporções de jovens com menor renda e descendentes de mães com baixa escolaridade, o que indica a seletividade do sistema educacional brasileiro³¹.

Apesar da proporção de não conclusão da educação básica ser superior entre as moças e rapazes com gravidez na adolescência e condições familiares e sócio-econômicas mais desfavoráveis, chama atenção que uma parcela importante das/os

jovens que apresentaram as mesmas condições também não concluiu a educação básica mesmo na ausência da gravidez. Pode-se supor que aqueles que se encontravam nessa situação já apresentavam maiores chances de não concluírem os estudos e que a ocorrência do evento reprodutivo seria um fator potencializador dessa condição. Para as/os jovens de setores menos privilegiados, a gravidez poderia representar uma mudança de status social, constituindo um futuro imediato mais palpável⁵, e adicionalmente, em um contexto familiar conflituoso, a união e a maternidade aparecem como um recurso para o enfrentamento dos problemas¹¹.

Alguns estudos atribuem as desvantagens educacionais ao tipo de arranjo familiar em que os jovens vivem^{7,18}. Entre as/os entrevistadas/os que engravidaram na adolescência e tiveram pais separados na mesma época, a proporção de não conclusão da educação básica foi maior do que a encontrada entre aquelas/es cujos pais sempre viveram juntos, ou só se separam após a adolescência dos filhos. Entretanto, a superposição dos intervalos de confiança o que indica que essas diferenças não são de grande importância. Isso pode ser confirmado na avaliação multivariada quando se observou que no grupo feminino, na presença de outras variáveis, a associação entre esses fatores não se manteve.

Neste artigo não se avaliou com qual dos pais as/os jovens viveram a maior parte do tempo, o número de vezes em que houve ruptura conjugais dos pais ou a formação de outros arranjos, que poderia trazer outras interpretações para os resultados encontrados como já foi descrito em outros estudos^{18,19}.

Por outro lado, a associação com o maior número de irmãos se manteve em todos os níveis do modelo, o que pode indicar um efeito direto da condição sócio-econômica, uma vez que em famílias com menor poder econômico, o maior número de filhos, poderia agir diluindo os recursos entre os irmãos^{20,32}. Sabe-se que não há

diferenças quanto ao número de filhos e desempenho escolar se os jovens pertencem a camadas mais favorecidas³². Uma linha de investigação para trabalhos futuros seria a avaliação da escolaridade comparando-se os níveis educacionais do pai e da mãe, pois parece existir variação no êxito educacional quando os pais têm níveis educacionais distintos³³.

Desigualdades de gênero se expressam em relação à experiência do trabalho remunerado antes dos 20 anos. Para as moças o trabalho não aparece associado com a não conclusão da educação básica ainda que tenha ocorrido uma gravidez na adolescência, sugerindo que nessa faixa, outros motivos as levam ao abandono escolar. Os rapazes que trabalharam por mais de três meses na adolescência, independentemente da ocorrência de uma gravidez, relataram mais ter saído da escola antes de concluir a educação básica. Todavia, ao avaliarmos a relação entre o trabalho e a não conclusão do ensino médio, verificou-se uma associação bruta, que perdeu a significância estatística na medida em que as variáveis macrossociais e familiares iam sendo incorporadas ao modelo.

No entanto, há distinções entre os motivos que levam os rapazes das diferentes camadas sociais a procurar emprego. Enquanto que os das camadas médias o fazem para adquirir uma autonomia financeira, os de classes menos privilegiadas, alegam também a necessidade de ajudar no sustento da família^{33,34}. A gravidez na adolescência mesmo sendo um motivo deflagrador do trabalho não aparece como um fator primordial para o jovem começar a trabalhar. Por outro lado os rapazes de camadas mais pobres referem ter dificuldades de conciliar trabalho e estudo, culminando com o abandono escolar³³.

Os resultados sugerem fortemente que a relação entre educação e fecundidade é uma via de mão dupla, ou seja, a educação atua diminuindo a fecundidade, por outro lado, um menor nível educacional propicia a maior fecundidade¹¹.

O relato mais freqüente de aborto provocado entre as mulheres e homens que concluíram a educação básica vai ao encontro da hipótese de priorização da carreira escolar, em detrimento da reprodutiva. Vale ressaltar que esse resultado deve ser avaliado considerando-se os estratos sócio-econômicos, uma vez que, está descrito na literatura que jovens detentores de maior poder econômico são mais pressionados pela família a concluir os estudos, adiando, portanto, o projeto de parentalidade^{5,13,34}.

É preciso cautela quanto ao maior relato de aborto pelos homens. Eles teriam menor dificuldade em mencionar a interrupção da gravidez, uma vez que o ato é praticado pelas moças. Um resultado intrigante foi a associação da gravidez na adolescência com a não conclusão da educação básica para os rapazes, devido a maior opção deles pelo aborto provocado. Esse achado merece ser investigado em outros estudos especialmente em uma perspectiva longitudinal, que permitam uma melhor compreensão da influência da gravidez na adolescência nas carreiras escolares masculinas.

Por outro lado, as trajetórias afetivo-sexuais e reprodutivas deles têm características distintas das vividas por elas. De um modo geral, eles iniciam a vida sexual mais precocemente, têm maior número de parceiras eventuais e/ou simultâneas, portanto, estão mais expostos a uma gravidez não planejada que pode ter como desfecho o aborto provocado²⁴.

Pretendeu-se com esse estudo avaliar a associação entre os fatores macrossociais, a gravidez na adolescência e a conclusão da educação básica. As jovens com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo, cujas mães têm baixo nível de escolaridade, que engravidaram na adolescência ao menos uma vez, e com dois ou mais irmãos, referiram mais freqüentemente não terem concluído a educação básica. Entre os homens, também ter renda familiar *per capita* até R\$180,00, ser descendente de

mulheres com baixa escolaridade, ter um maior número de irmãos, pais separados antes dos 20 anos e ter engravidado uma parceira antes dos 20 anos, implica a maior chance de não concluir a educação básica.

Os resultados refletem as desigualdades sociais e culturais as quais estão submetidos muitos jovens brasileiros. Cabe ao sistema escolar o desafio de lidar com as heterogeneidades juvenis, orientando os jovens quanto à sexualidade e à contracepção, mas também estimulando a sua permanência na escola. São necessárias políticas educacionais mais efetivas que atuem diminuindo a seletividade existente no sistema além daquelas que propiciem o retorno do jovem ao ambiente escolar. Essas devem ser articuladas com as políticas voltadas para a saúde dos jovens, mais especificamente as/os adolescentes, no que diz respeito à orientação sobre a escolha e uso de métodos contraceptivos e o acesso aos mesmos.

BIBLIOGRAFIA

1. Heilborn ML, Salem T, Rohden F, Brandão E, Knauth D, Victora C, et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horiz Antropol.* 2002 jun; 8(17):13-45.
2. Singh S. Adolescent childbearing in developing countries: a global review. (Adolescent reproductive behavior in the developing world). *Stud Fam Plann.* 1998; 29(2):117-37.
3. Klepinger DH, Lundberg S, Plotnick, RD. Adolescent fertility and the educational attainment of young women. *Fam Plann Perspect.* 1995 jan/feb; 27(1):23-8.
4. Fujimori E, Oliveira IMV, Lima AR, Cassana LMN, Szarfarc SC. Perfil socioeconômico y biológico de embarazadas adolescentes de una maternidade de beneficencia em São Paulo, Brasil. *Cuad Méd Soc.* 1997; 38(2):97-104.
5. Dadoorian D. Gravidez na adolescência: um novo olhar. *Psicologia Ciência e Profissão.* 2003; 21(3):84-91.
6. Sabroza AR, Leal MC, Souza Jr PR, Gama SGN. Algumas repercussões emocionais negativas da gravidez precoce em adolescentes do município do Rio de Janeiro (1999-2001). *Cad Saúde Pública.* 2004; 20(supl.1):S130-7.
7. Zech W, Bjelic-Radisic V, Haas J, Greimel E. Impact of adolescent pregnancy on the future life of young mothers in terms of social, familial and educational changes. *J Adolesc Health.* 2007; 41:380-8.
8. Almeida MCC, Aquino EML, Barros AP. School trajectory and teenage pregnancy in three Brazilian state capitals. *Cad Saúde Pública.* 2006 jul; 22(7):1421-30.
9. Gupta N, Leite IC. Tendências e determinantes da fecundidade entre adolescentes no Nordeste do Brasil. *Perspect Int Planej Fam.* 2001; (número especial):24-9 e 45.
10. Souza MMC. A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social. *Seminário Gravidez na Adolescência.* 30-31 jul. 1998; Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família. 1998. p.74-91.
11. Stern C, Medina G. Adolescencia y salud en México. In: Oliveira MC, (Org.). *Cultura, Adolescência e Saúde: Argentina, Brasil, México.* Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/COLMEX/NEPO/UNICAMP); 2000. p.98-160.
12. Brandão ER, Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M. Juventude e família: reflexões preliminares sobre a gravidez na adolescência em camadas médias urbanas. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares.* 2001; 3(2):159-80.

13. Menezes GMS, Aquino EML, Silva DO. Induced abortion during youth: social inequalities in the outcome of the first pregnancy. *Cad Saúde Pública*. 2006 jul; 22(7):1431-46.
14. Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível: <http://www.ufba.br/ldb.html>. Acesso em 30 jul.1999a.
15. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Informativo do INEP. 2006 jun 23; 4(141). Disponível: <http://www.inep.gov.br/informativo/informativo141.htm>. Acesso em: 26 dez 2007.
16. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopse Estatística: Educação Básica – Censo Escolar 2006. Disponível: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>. Acesso em: 26 dez 2007.
17. Silva NV, Hasenbalg C. Recursos familiares e transições educacionais. *Cad Saúde Pública*. 2002; 18(supl.):67-76.
18. Sandefur GD, Wells T. Does family structure really influence educational attainment? *Soc Sci Res*.1998; 28:331-57.
19. Alderman-Swain W, Battle J. The invisible gender: educational outcomes for African American females in father-only versus mother-only households. *Race & Society*. 2000; 3:165-82.
20. Marteleto LJ. O papel do tamanho da família na escolaridade dos jovens. *Rev Bras de Estudos de População*. 2002 jul/dez;19(2):159-77.
21. Jæger MM, Holm A. Does parents' economic, cultural, and social capital explain the social class effect on educational attainment in the Scandinavian mobility regime? *Soc Sci Res*. 2007; 36:719-44.
22. Madeira FR. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou ... reclusão. In: _____ (org.). *Quem mandou nascer mulher?* Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos; 1997. p. 45-133.
23. Rosemberg F. Educação formal, mulheres e relações de gênero: balanço preliminar da década de 90. In: Bruschini C, Unbehaum SG (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. São Paulo: Editora 34; 2002. p.195-224.
24. Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon, M.(orgs.). *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006. 534p.
25. Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil. *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde*. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil; 1996.

26. World Health Organization. Young People's Health: a challenge do society. Geneva: World Health Organization; 1986. (WHO, Technical Report Series, 731).
27. Ministério da Saúde. *Programa de Saúde do Adolescente: bases programáticas*. Brasília: Ministério da Saúde; 1989.
28. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais, 2004. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 2005. (Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 15).
29. Aquino EML, Almeida MCC, Menezes G. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M, (orgs.). O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006b. p.309-60.
30. Barreto TA, Campbell OMR, Davies JL, Fauveau V, Filippi VGA, Graham WJ et al. Investigating induced abortion in developing countries: methods and problems. *Stud Fam Plann*. 1992; 23:159-70.
31. Blake J. Number of siblings and educational attainment. *Science*. 1989; 245(4913):32-7.
32. De Singly F. A família e a escola. In: _____. *Sociologia da família contemporânea*. Tradução de: Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV; 2007. p.43-62.
33. Bourdieu P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Nogueira MA, Catani A, (orgs.). *Escritos de Educação*. 6ª ed. Tradução de Aparecida Joly Gouveia. Petrópolis: Vozes; 2004. p.41-64.
34. Cabral CS. "Gravidez na adolescência" e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. *Rev Bras de Estudos de População*. 2002 jul/dez; 19(2):179-195.
35. Monteiro S. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: Heilborn ML (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1999. p.117-45.

Figura 1 – Modelo hierarquizado de análise dos fatores associados à não conclusão da educação básica entre jovens de 20 a 24 anos de três capitais brasileiras

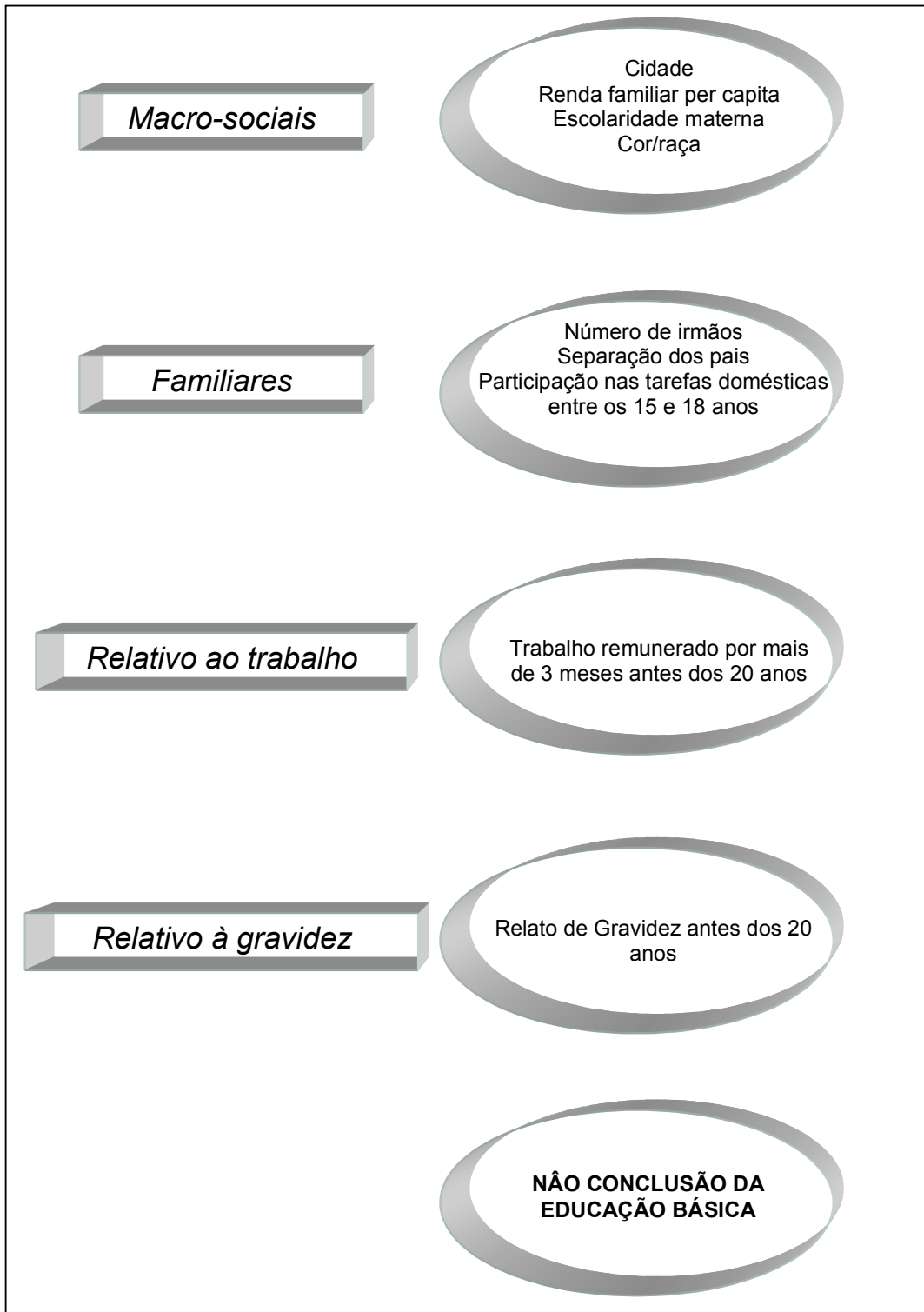


Tabela 1 – Distribuição de mulheres de 20 a 24 anos segundo o relato de pelo menos uma gravidez antes dos 20 anos, indicadores educacionais e variáveis sociais e familiares selecionadas.

Continua

Co-variáveis	Com gravidez antes dos 20 anos			Sem gravidez antes dos 20 anos			Com gravidez antes dos 20 anos			Sem gravidez antes dos 20 anos		
	Defasagem ao ingressar no ensino fundamental						Não concluiu a 4ª série fundamental					
	N	%	IC 95%	n	%	IC 95%	N	%	IC 95%	n	%	IC 95%
Proporção geral	439	14,3	10,4 – 19,5	1038	6,7	4,9 – 9,1	491	5,1	3,2 - 5,1	1114	1,6	0,6 – 4,5
Cidade												
Porto Alegre	137	4,0	1,7 – 9,2	324	1,4	0,5 – 3,7	142	6,4	3,5 – 11,7	329	0,6	0,2 – 1,9
Rio de Janeiro	125	6,1	2,8 – 12,6	324	4,8	2,8 – 7,8	152	3,2	1,2 – 8,3	361	2,0	0,4 – 8,6
Salvador	177	29,3	22,6 – 37,0	390	12,5	8,4 – 18,1	197	7,5	4,2 – 13,0	424	1,4	0,4 – 4,0
Renda familiar per capita												
Até R\$180,00	267	19,7	14,2 – 26,7	242	12,6	8,2 – 19,0	305	7,8	4,7 – 12,5	269	4,7	0,1 – 14,2
Acima de R\$180,00	172	6,2	3,1 – 12,0	796	4,3	2,7 – 6,7	186	1,1	0,3 – 3,9	845	0,3	0,0 – 1,2
Escolaridade da mãe												
Fundamental incompleto	260	17,4	12,0 – 24,6	323	11,7	7,9 – 17,1	290	6,3	3,8 – 10,1	358	0,9	0,3 – 3,3
Fundamental completo	75	5,5	1,9 – 14,6	168	6,8	2,7 – 16,2	80	1,8	0,3 – 10,2	181	0,2	0,0 – 1,3
Médio Completo/superior	77	7,0	1,3 – 6,1	527	2,8	1,3 – 6,1	82	1,1	0,3 – 4,6	547	0,2	0,0 – 1,1
Cor/raça												
Branca	173	12,0	6,5 – 21,2	559	4,4	2,6 – 7,3	188	5,5	2,2 – 12,6	583	0,8	0,3 – 2,1
Parda	101	11,0	5,4 – 21,1	208	11,3	6,1 – 19,9	117	4,2	1,6 – 10,2	233	0,4	0,0 – 2,0
Preta	128	17,4	11,2 – 25,9	193	9,0	5,4 – 14,7	147	5,5	2,8 – 10,3	214	5,0	1,2 – 19,2
Indígena	29	24,6	10,4 – 47,9	51	2,8	0,6 – 11,2	31	4,2	0,6 – 24,7	52	-	-
Número de Irmãos												
Nenhum ou 1	71	4,6	1,0 – 18,0	338	3,6	1,4 – 9,2	78	1,1	0,1 – 7,6	356	-	-
2 e mais	367	15,9	11,4 – 21,7	700	7,9	5,6 – 11,0	411	5,8	3,6 – 9,2	758	2,2	0,8 – 6,1
Separação dos pais												
Sempre juntos/separados aos 20 anos e mais	245	13,9	9,2 – 20,6	747	6,5	4,7 – 9,0	272	4,8	2,6 – 8,9	789	0,2	0,7 – 0,6
Separados antes dos 20 anos	193	14,7	9,5 – 22,1	288	7,2	4,0 – 12,7	215	5,4	2,9 – 9,8	322	0,6	0,0 – 0,3
Participação em tarefas domésticas entre 15 e 18 anos												
Ajudava ou não tinha qualquer obrigação	198	11,4	7,1 – 17,9	731	6,3	4,3 – 9,2	218	6,8	3,4 – 12,9	777	0,7	0,2 – 2,0
Principal responsável/dividia igualmente	235	17,1	11,9 – 23,9	304	7,4	4,7 – 11,6	267	3,5	1,9 – 6,5	334	0,3	0,8 – 13,7
Trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos												
Sim	293	14,2	9,3 – 21,1	584	5,8	3,7 – 8,9	325	5,4	3,2 – 8,8	628	1,9	0,4 – 8,0
Não	144	14,1	8,8 – 21,6	451	8,0	5,2 – 12,0	164	4,7	1,8 – 11,7	483	1,3	0,5 – 3,4

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002. População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Tabela 1 – Distribuição de mulheres de 20 a 24 anos segundo o relato de pelo menos uma gravidez antes dos 20 anos, indicadores educacionais e variáveis sociais e familiares selecionadas.

Co-variáveis	Conclusão											
	Com gravidez antes dos 20 anos			Sem gravidez antes dos 20 anos			Com gravidez antes dos 20 anos			Sem gravidez antes dos 20 anos		
	Não concluiu a 8ª série fundamental						Não concluiu a educação básica					
	N	%	IC 95%	n	%	IC 95%	n	%	IC 95%	n	%	IC 95%
Proporção geral	491	41,5	35,1 – 48,2	1114	9,3	6,7 – 12,9	491	70,5	64,4 – 76,0	1114	25,6	21,6 – 30,0
Cidade												
Porto Alegre	142	40,7	32,1 – 49,9	329	5,9	3,2 – 10,7	142	75,7	66,5 – 83,1	329	18,0	12,3 – 25,6
Rio de Janeiro	152	39,8	29,1 – 51,5	361	9,7	5,4 – 16,6	152	67,4	56,8 – 76,5	361	23,9	17,8 – 31,2
Salvador	197	44,4	36,6 – 52,5	424	10,3	7,2 – 14,3	197	73,2	64,9 – 80,1	424	31,8	24,9 – 39,6
Renda familiar per capita												
Até R\$180,00	305	55,6	47,9 – 63,0	269	21,4	14,1 – 31,1	305	86,1	80,4 – 90,2	269	48,1	39,8 – 56,4
Acima de R\$180,00	186	20,0	13,3 – 28,8	845	4,2	2,4 – 7,2	186	46,8	37,0 – 56,7	845	16,0	12,5 – 20,3
Escolaridade da mãe												
Fundamental incompleto	290	48,2	40,2 – 56,3	358	15,3	11,6 – 19,9	290	81,4	73,9 – 87,1	358	41,6	34,2 – 49,5
Fundamental completo	80	26,0	16,6 – 38,3	181	2,2	0,8 – 6,0	80	59,6	46,0 – 71,8	181	22,8	15,5 – 32,2
Médio Completo/superior	82	16,4	8,9 – 25,3	547	1,4	0,5 – 3,8	82	33,4	21,9 – 47,3	547	7,3	4,8 – 11,0
Cor/raça												
Branca	188	34,7	25,4 – 45,4	583	4,2	2,4 – 7,1	188	62,1	50,9 – 72,1	583	15,0	10,9 – 20,3
Parda	117	36,9	25,3 – 50,3	233	6,4	3,2 – 12,2	117	61,3	48,7 – 72,6	233	32,0	24,1 – 41,1
Preta	147	45,8	37,2 – 54,6	214	21,1	16,7 – 33,1	147	85,1	75,0 – 91,5	214	39,9	30,5 – 50,2
Indígena	31	70,9	48,3 – 86,5	52	11,7	5,4 – 23,4	31	81,1	60,5 – 92,3	52	23,8	11,6 – 42,5
Número de Irmãos												
Nenhum ou 1	78	19,2	11,1 – 31,0	356	2,7	1,0 – 7,0	78	49,6	36,2 – 63,1	356	12,3	7,8 – 18,9
2 e mais	411	45,1	38,4 – 52,0	758	11,8	8,7 – 15,8	411	73,9	67,5 – 79,5	758	30,5	25,7 – 35,7
Separação dos pais												
Sempre juntos/separados aos 20 anos e mais	272	37,4	29,3 – 46,3	789	8,7	5,8 – 12,9	272	66,8	58,1 – 74,5	789	27,8	20,5 – 29,5
Separados antes dos 20 anos	215	46,6	36,8 – 56,7	322	9,9	6,0 – 15,9	215	75,1	65,5 – 82,8	322	27,0	20,6 – 34,4
Participação em tarefas domésticas entre 15 e 18 anos												
Ajudava ou não tinha qualquer obrigação	218	35,5	28,3 – 43,4	777	7,1	4,9 – 10,3	789	24,8	20,5 – 29,5	777	21,2	16,9 – 26,2
Principal responsável/dividia igualmente	267	46,1	37,5 – 55,0	334	13,7	7,3 – 24,4	322	27,0	20,6 – 34,4	334	34,3	26,1 – 43,6
Trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos												
Sim	325	42,1	33,9 – 50,8	628	10,6	6,7 – 16,4	352	68,9	60,5 – 76,2	628	25,9	21,1 – 31,3
Não	164	40,1	30,4 – 50,7	483	7,5	4,8 – 11,6	164	73,2	63,3 – 81,2	483	25,2	19,5 – 32,0

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002. População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Tabela 2 – Distribuição de homens de 20 a 24 anos segundo o relato de pelo menos uma gravidez antes dos 20 anos, indicadores educacionais e variáveis sociais e familiares selecionadas.

Continua

Co-variáveis	Com gravidez antes dos 20 anos			Sem gravidez antes dos 20 anos			Com gravidez antes dos 20 anos			Sem gravidez antes dos 20 anos		
	Defasagem ao ingressar no ensino fundamental						Não concluiu a 4ª série fundamental					
	n	%	IC 95%	n	%	IC 95%	n	%	IC 95%	n	%	IC 95%
Proporção geral	247	25,9	17,6 – 36,4	1029	12,5	9,4 – 16,5	271	4,7	2,5 – 8,7	1142	3,7	2,3 – 5,7
Cidade												
Porto Alegre	81	7,8	2,7 – 20,3	385	2,7	1,4 – 5,4	82	9,2	2,1 – 31,9	390	1,5	0,6 – 3,9
Rio de Janeiro	78	27,5	15,2 – 44,6	316	9,6	6,4 – 14,1	89	1,8	0,6 – 5,5	387	4,3	2,4 – 7,7
Salvador	88	30,3	19,7 – 43,5	328	24,1	16,9 – 33,1	100	8,3	4,0 – 16,5	365	3,3	1,6 – 6,7
Renda familiar per capita												
Até R\$180,00	115	38,3	23,3 – 56,0	230	22,4	15,0 – 32,3	129	7,2	3,5 – 14,5	264	7,4	4,3 – 12,4
Acima de R\$180,00	132	12,4	6,2 – 23,1	799	0,9	6,4 – 12,5	142	1,9	0,6 – 5,9	878	2,3	1,1 – 4,9
Escolaridade da mãe												
Fundamental incompleto	116	32,6	18,6 – 50,5	326	19,3	13,7 – 26,4	125	5,2	2,5 – 10,1	358	8,0	4,8 – 12,9
Fundamental completo	41	23,9	7,1 – 56,2	171	10,4	5,9 – 17,6	45	2,9	0,4 – 18,9	182	0,1	0,0 – 1,0
Médio Completo/superior	73	18,4	6,3 – 43,0	487	4,5	2,6 – 7,7	79	3,2	0,4 – 19,9	535	0,1	0,0 – 0,8
Cor/raça												
Branca	98	20,4	9,3 – 39,1	573	8,4	5,5 – 12,8	106	5,8	2,4 – 13,0	617	2,8	1,4 – 5,4
Parda	44	14,3	6,5 – 28,7	201	12,5	6,9 – 21,5	49	7,3	2,4 – 20,0	228	1,9	0,6 – 6,1
Preta	80	36,2	22,0 – 53,2	188	17,8	11,0 – 27,5	87	3,7	1,1 – 11,6	218	8,6	4,7 – 15,2
Indígena	22	23,2	9,0 – 48,0	55	25,3	11,8 – 46,3	26	-	-	64	1,2	0,2 – 8,8
Número de Irmãos												
Nenhum ou 1	59	11,9	4,1 – 30,0	337	5,3	2,9 – 9,5	64	-	-	368	1,4	0,5 – 3,6
2 e mais	188	29,1	19,6 – 40,8	692	15,7	11,7 – 20,8	207	5,9	3,1 – 10,8	773	4,7	2,8 – 7,5
Separação dos pais												
Sempre juntos/separados aos 20 anos e mais	145	23,1	12,8 – 38,1	696	11,4	7,8 – 16,5	158	3,2	1,3 – 7,4	762	3,4	2,0 – 5,6
Separados antes dos 20 anos	100	29,7	17,8 – 45,2	327	15,1	10,0 – 22,0	111	7,3	3,4 – 14,9	374	4,2	2,3 – 7,6
Participação em tarefas domésticas entre 15 e 18 anos												
Ajudava ou não tinha qualquer obrigação	176	25,9	15,9 – 39,3	822	11,7	8,4 – 16,3	192	5,0	2,5 – 9,7	917	4,1	2,5 – 6,6
Principal responsável/dividia igualmente	67	26,4	14,8 – 42,6	206	15,8	8,9 – 26,5	75	4,4	1,5 – 12,1	224	1,9	0,6 – 5,7
Trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos												
Sim	206	27,4	18,2 – 39,0	705	13,7	10,3 – 17,9	227	4,4	2,1 – 9,3	792	4,2	2,6 – 6,9
Não	37	16,8	6,3 – 37,7	318	9,5	5,5 – 15,9	40	6,8	2,6 – 16,5	344	2,1	0,9 – 4,5

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002. População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Tabela 2 – Distribuição de homens de 20 a 24 anos segundo o relato de pelo menos uma gravidez antes dos 20 anos, indicadores educacionais e variáveis sociais e familiares selecionadas.

Co-variáveis	Conclusão											
	Com gravidez antes dos 20 anos			Sem gravidez antes dos 20 anos			Com gravidez antes dos 20 anos			Sem gravidez antes dos 20 anos		
	Não concluiu a 8ª série fundamental						Não concluiu a educação básica					
	n	%	IC 95%	n	%	IC 95%	n	%	IC 95%	n	%	IC 95%
Proporção geral	271	42,8	32,3 – 54,0	1142	19,7	15,7 – 24,3	271	73,1	64,4 – 80,4	1143	43,0	37,7 – 48,4
Cidade												
Porto Alegre	82	43,7	30,9 – 57,4	391	14,9	9,5 – 22,7	82	71,0	60,2 – 79,8	391	32,2	24,0 – 41,7
Rio de Janeiro	89	36,2	20,0 – 56,3	387	17,3	11,7 – 24,8	89	70,4	54,9 – 82,3	387	41,4	33,1 – 50,1
Salvador	100	54,0	41,6 – 65,9	364	27,1	20,3 – 35,2	100	78,7	69,6 – 85,6	365	51,9	44,2 – 59,6
Renda familiar per capita												
Até R\$180,00	129	59,2	45,8 – 71,3	263	42,4	33,4 – 51,8	129	90,1	82,6 – 95,4	264	76,1	68,2 – 82,6
Acima de R\$180,00	142	24,2	14,9 – 36,8	879	11,6	8,7 – 15,2	142	53,0	40,7 – 65,0	879	31,1	25,7 – 37,1
Escolaridade da mãe												
Fundamental incompleto	125	49,3	35,8 – 62,9	359	37,7	29,8 – 46,4	125	80,0	67,0 – 88,7	359	65,2	57,6 – 72,2
Fundamental completo	45	25,9	13,0 – 44,9	182	11,5	5,8 – 21,6	45	71,7	52,8 – 85,1	182	44,1	33,9 – 54,8
Médio Completo/superior	79	25,2	12,5 – 44,3	535	2,4	1,1 – 5,1	79	50,7	35,7 – 65,6	535	14,1	10,2 – 19,2
Cor/raça												
Branca	106	33,1	20,9 – 48,1	617	10,4	7,1 – 14,9	106	57,2	41,8 – 71,3	618	28,3	22,1 – 35,5
Parda	49	39,0	21,9 – 59,3	228	18,1	11,6 – 27,1	49	75,5	59,1 – 86,8	228	42,3	34,4 – 50,6
Preta	87	53,2	33,1 – 72,3	218	35,6	28,2 – 43,9	87	85,7	73,1 – 92,9	218	64,9	57,8 – 71,3
Indígena	26	41,5	23,9 – 61,6	64	40,2	24,8 – 57,8	26	62,9	36,6 – 81,4	64	80,2	66,2 – 89,4
Número de Irmãos												
Nenhum ou 1	64	18,2	8,4 – 35,0	369	7,8	4,9 – 12,3	64	43,8	27,7 – 61,3	369	24,7	18,9 – 31,6
2 e mais	207	48,7	36,8 – 60,8	772	24,8	19,7 – 30,6	207	80,1	70,8 – 87,0	773	50,9	44,9 – 56,8
Separação dos pais												
Sempre juntos/separados aos 20 anos e mais	158	40,8	26,3 – 57,0	762	17,7	13,4 – 23,2	158	68,9	55,8 – 79,6	762	39,1	33,3 – 45,3
Separados antes dos 20 anos	111	45,9	34,2 – 58,0	374	23,7	16,9 – 32,1	111	79,7	68,8 – 87,5	375	51,1	43,1 – 50,1
Participação em tarefas domésticas entre 15 e 18 anos												
Ajudava ou não tinha qualquer obrigação	192	39,4	26,5 – 54,0	918	18,2	13,9 – 23,4	192	69,7	57,8 – 79,5	777	21,2	16,9 – 26,3
Principal responsável/dividia igualmente	75	50,1	35,1 – 65,1	223	25,9	18,3 – 35,1	75	80,9	70,3 – 88,4	334	34,3	26,1 – 43,6
Trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos												
Sim	227	45,0	33,3 – 57,2	792	22,6	18,1 – 27,8	227	74,4	64,7 – 82,1	793	47,1	41,4 – 52,9
Não	40	28,9	14,2 – 49,9	344	10,6	6,4 – 17,0	40	64,2	43,7 – 80,6	344	30,8	24,0 – 38,7

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002. População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Tabela 3 – Análise hierarquizada por regressão logística dos fatores associados à não conclusão da educação básica de mulheres de 20 a 24 anos

Fatores	OR (IC 95%)				
	Bruta	Ajustada (n=1484)			
		Nível I ¹	Nível II ²	Nível III ³	Nível IV ⁴
Macro-sociais					
Cidade					
Porto Alegre	1,00*	1,00*			
Rio de Janeiro	1,01 (0,57-1,81)	0,92 (0,57-1,48)			
Salvador	1,52 (0,87-2,65)	0,76 (0,44-1,32)			
Renda familiar per capita**					
Até R\$180,00	6,59 (4,60-9,45)	4,21 (2,97-5,97)	3,52 (2,52-4,92)	3,50 (2,50-4,91)	3,08 (2,13-4,46)
Acima de R\$180,00	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*
Escolaridade da mãe					
Fundamental incompleto/completo	8,30 (5,41-12,74)	4,86 (3,14-7,51)	5,10 (3,41-7,63)	5,14 (2,45-7,66)	4,44 (2,93-6,72)
Médio Completo/superior	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*
Cor/raça					
Branca	1,00*	1,00*			
Não branca	2,54 (1,81-3,57)	1,37 (0,91-2,07)			
Familiares					
Número de Irmãos					
Nenhum ou 1	1,00*		1,00*	1,00*	1,00*
2 e mais	3,41 (2,36-4,93)		2,24 (1,61-3,13)	2,23 (1,60-3,11)	2,05 (1,42-2,96)
Separação dos pais					
Sempre juntos/separados aos 20 anos e +	1,00*		1,00*	1,00*	1,00*
Separados antes dos 20 anos	1,59 (1,16-2,16)		1,74 (1,19-2,55)	1,76 (1,20-2,57)	1,47 (0,96-2,27)
Participação nas tarefas domésticas entre os 15 e 18 anos					
Ajudava ou não tinha qualquer obrigação	1,00*		1,00*	1,00*	1,00*
Principal responsável /dividia igualmente	2,56 (1,83-3,59)		1,57 (1,12-2,21)	1,59 (1,13-2,23)	1,36 (0,92-2,00)
Relativo ao trabalho					
Trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos					
Sim	1,03 (0,74-1,45)			0,90 (0,63-1,27)	
Não	1,00*			1,00*	
Relativo à gravidez					
Gravidez antes dos 20 anos					
Sim	7,16 (5,07-10,12)				4,36 (3,01-6,31)
Não	1,00*				1,00*

*Grupo de referência

** Valor do salário mínimo na ocasião do inquérito

1 - Fatores contextuais

2 - Variáveis selecionadas do nível I e fatores relativos à família

3 - Variáveis selecionadas dos níveis I e II fatores relativos ao trabalho

4 - Variáveis selecionadas dos níveis I, II e III e fator relativo à gravidez

OR= Odds ratio; IC 95% = Intervalo de Confiança a 95%

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA)

Tabela 4 – Análise hierarquizada por regressão logística dos fatores associados à não conclusão da educação básica de homens de 20 a 24 anos

Fatores	OR (IC 95%)				
	Bruta	Ajustada (n=1289)			
		Nível I ¹	Nível II ²	Nível III ³	Nível IV ⁴
Macro-sociais					
Cidade					
Porto Alegre	1,00*	1,00*			
Rio de Janeiro	1,36 (0,78-2,37)	0,89 (0,58-1,38)			
Salvador	2,00 (1,13-3,55)	0,67 (0,39-1,15)			
Renda familiar per capita**					
Até R\$180,00	9,18 (5,98-14,12)	6,04 (3,83-9,53)	4,98 (3,21-7,74)	4,99 (3,24-7,69)	4,45 (2,90-6,82)
Acima de R\$180,00	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*
Escolaridade da mãe					
Fundamental incompleto/completo	6,93 (5,00-9,63)	4,15 (2,96-5,81)	4,22 (2,98-5,97)	4,03 (2,84-5,71)	4,32 (3,08-6,07)
Médio Completo/superior	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*
Cor/raça					
Branca	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*	1,00*
Não branca	3,12 (2,24-4,34)	2,00 (1,30-3,09)	1,68 (1,15-2,45)	1,65 (1,13-2,41)	1,65 (1,12-2,44)
Familiares					
Número de Irmãos					
Nenhum ou 1	1,00*		1,00*	1,00*	1,00*
2 e mais	3,79 (2,70-5,30)		2,16 (1,53-3,03)	2,16 (1,53-3,05)	2,11 (1,48-3,01)
Separação dos pais					
Sempre juntos/separados aos 20 anos e +	1,00*		1,00*	1,00*	1,00*
Separados antes dos 20 anos	1,72 (1,23-2,42)		1,85 (1,19-2,87)	1,85 (1,20-2,87)	1,84 (1,19-2,86)
Participação nas tarefas domésticas entre os 15 e 18 anos					
Ajudava ou não tinha qualquer obrigação	1,00*		1,00*	1,00*	1,00*
Principal responsável /dividia igualmente	2,02 (1,38-2,96)		1,69 (1,07-2,68)	1,67 (1,04-2,68)	1,65 (1,00-2,71)
Relativo ao trabalho					
Trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos					
Sim	2,10 (1,49-2,96)			1,43 (0,90-2,29)	
Não	1,00*			1,00*	
Relativo à gravidez					
Gravidez antes dos 20 anos					
Sim	3,44 (2,19-5,39)				2,33 (1,33-4,09)
Não	1,00*				1,00*

*Grupo de referência

** Valor do salário mínimo na ocasião do inquérito

1 - Fatores contextuais

2 - Variáveis selecionadas do nível I e fatores relativos à família

3 - Variáveis selecionadas dos níveis I e II fatores relativos ao trabalho

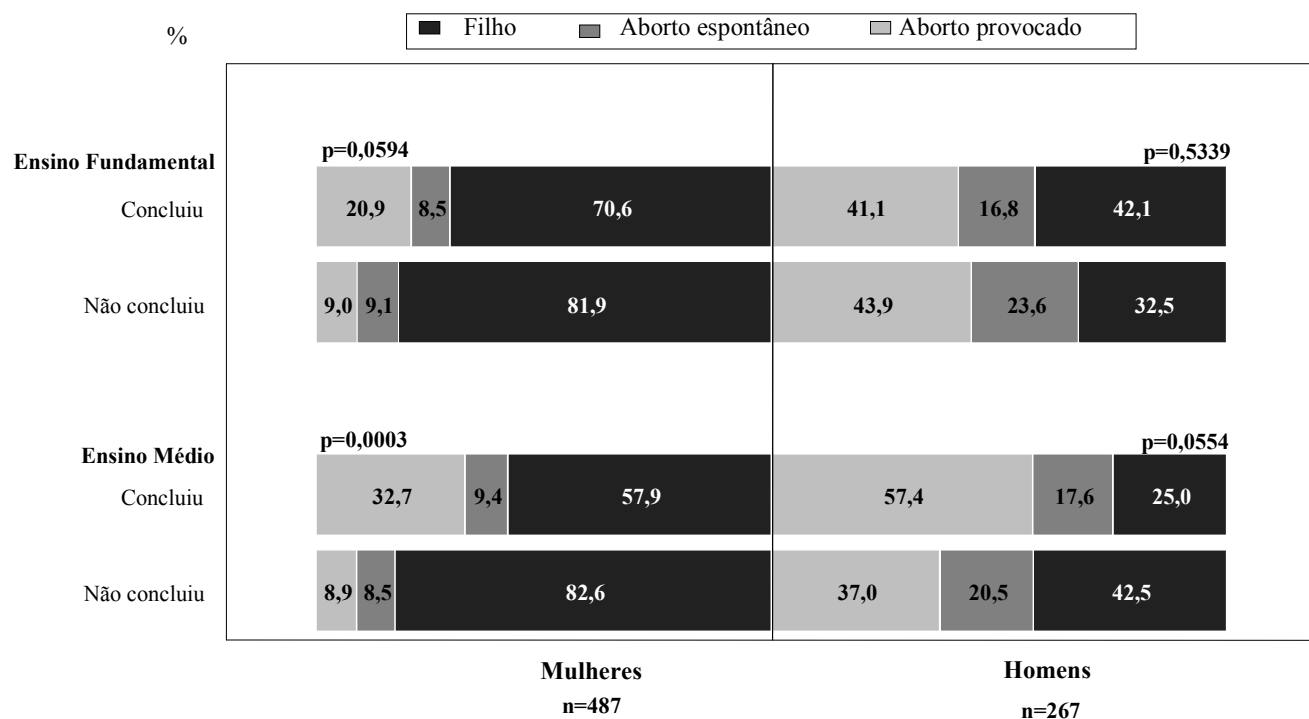
4 - Variáveis selecionadas dos níveis I, II e III e fator relativo à gravidez

OR= Odds ratio; IC 95% = Intervalo de Confiança a 95%

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Gráfico 1 – Resultado da primeira gravidez antes dos 20 anos, segundo conclusão do ensino fundamental e médio por sexo entre jovens de 20 a 24 anos.



Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

COLABORADORES

Maria da Conceição C. de Almeida foi supervisora de campo em Salvador, participou da construção e gerenciamento da base de dados, da análise estatística e interpretação dos resultados e da redação do artigo. Estela Aquino participou da concepção e coordenação do estudo em todas as suas etapas, incluindo análise dos dados e redação do artigo.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa GRAVAD – *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil* foi originalmente elaborada por Maria Luiza Heilborn (Instituto de Medicina Social/Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil – IMS/UERJ), Michel Bozon (Institut National d'Études Démographiques, France - INED), Estela M. L. Aquino (Programa integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde/Universidade Federal da Bahia, Brasil - MUSA/UFBA), Daniela Knauth e Ondina Fachel Leal (Núcleo de Antropologia do Corpo e Saúde/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil - NUPACS/UFRS). Agradecemos a Ceres G. Victora, Fabíola Rohden, Cecília McCallum, Tânia Salem, Elaine Brandão, Jenny Araújo, Greice Menezes e aos demais membros da equipe GRAVAD, bem como o consultor estatístico Antônio José Ribeiro Dias. Os principais resultados da pesquisa foram publicados no livro *O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e Trajetórias Sociais de Jovens Brasileiros* (Rio de Janeiro: Garamond/FIOCRUZ; 2006) que inclui informações detalhadas sobre a composição da equipe da pesquisa. Agradecemos, ainda, o apoio financeiro da Fundação Ford, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, através de seus programas de bolsas.

7.3 Artigo 3

A INFLUÊNCIA DA ESCOLARIDADE NO PADRÃO INTERGERACIONAL DA GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA

Maria da Conceição Chagas de Almeida¹, Estela Maria Leão de Aquino²

¹ CPqGM/FIOCRUZ – Centro de Pesquisas Gonçalo Moniz, Fundação Oswaldo Cruz. Rua Waldemar Falcão, 121 – Candeal, Salvador, BA, 40296-710, Brasil. conceicao@bahia.fiocruz.br

² MUSA – Programa de estudos em Gênero e Saúde, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia. Rua Basílio da Gama s/n – Campus Universitário do Canela, Salvador, BA, 40110-040, Brasil. musa@ufba.br

ABSTRACT

This article includes among its objectives to investigate if the adolescent pregnancy is associated with the fact that her mother had her first child before 20 years of age; and to analyse the influence of young people's schooling on this association. A cross-sectional residence-based questionnaire was applied, interviewing 4,634 youth aged 18 to 24 years, women and men from Porto Alegre, Rio de Janeiro and Salvador. For this study those aged 19 and over were selected (67%). 29.6% of the young women and 21.4% of the young men declared teenage pregnancy. Of these, 13.1% of the women and 10.2% of the men had mothers whose first child was born during adolescence. An equivalent proportion of young women and men did not reproduce the maternal experience of pregnancy before completing 20 years of age (20.8%). A majority of the youth maintained the maternal pattern of fecundity after 20 years of age. There was a statistically significant, positive association between teenage pregnancy and the mother's age on bearing the first child (OR=2.04, women; OR=2.26, men). Among the young women, the positive association loses its statistical significance when adjusted for schooling (OR=1.27; IC95% 0.85 – 1.90). For the young men, when adjusted for schooling, the association maintains itself at statistically significant levels (OR=1.76 and IC95% 1.16 – 2.66).

Key words: Pregnancy in adolescence; Educational Status; Intergenerational patterns; poverty reproduction.

RESUMO

Os objetivos deste artigo incluem investigar se a gravidez na adolescência está associada ao fato da própria mãe ter tido o primeiro filho antes dos 20 anos; e analisar a influência da escolaridade dos jovens nessa associação. Foi realizado um inquérito domiciliar de corte transversal com 4634 jovens de 18 a 24 anos, mulheres e homens de Porto Alegre, do Rio de Janeiro e de Salvador. Para este estudo selecionou-se aqueles com mais de 19 anos (67,0%). A gravidez na adolescência foi referida por 29,6% das moças e 21,4% dos rapazes, sendo que 13,1% delas e 10,2% deles descendiam de mulheres que tiveram o primeiro filho na adolescência. Igual proporção de moças e rapazes que não reproduziram a experiência materna de gravidez antes dos 20 anos (20,8%). A maioria dos jovens manteve o padrão materno de fecundidade após os 20 anos. Encontrou-se uma associação positiva e estatisticamente significativa entre a gravidez na adolescência e a idade da mãe ao primeiro filho (OR=2,04, moças; OR=2,26, rapazes). Entre as moças, a associação positiva perde a significância estatística quando ajustada pela escolaridade da jovem (OR=1,27; IC95% 0,85 – 1,90). Para os rapazes, a associação manteve-se em níveis estatisticamente significantes (OR=1,76 e IC95% 1,16–2,66) quando se ajustou pela própria escolaridade.

Palavras-chaves: Gravidez na adolescência; Escolaridade; Padrão intergeracional; Reprodução da pobreza.

INTRODUÇÃO

A gravidez na adolescência tem sido associada à perpetuação da pobreza, ao ser reproduzida em sucessivas gerações de mulheres, que interromperiam seu percurso escolar e reduziriam suas chances de ingresso no mercado de trabalho ou o fariam em piores condições. Numa visão determinística, a hipótese subjacente aos estudos é de que descendentes de mães que engravidaram na adolescência seriam socializadas em um modelo de reprodução da família, onde a maternidade precoce predominaria, com maior probabilidade de repetir o mesmo padrão de fecundidade e crescer na pobreza^{1,2,3,4}.

No início dos anos de 1990, revendo a literatura norte-americana, Kahn & Anderson (1992)² registraram a escassez de estudos que testassem essa hipótese em uma perspectiva longitudinal, destacando as dificuldades metodológicas para obtenção de informações diretas de diferentes gerações. Analisando dados do *National Survey of Family Growth* (NSFG) de 1988, estas autoras constataram marcante padrão intergeracional, onde as descendentes daquelas que tiveram o primeiro filho antes dos 20 anos apresentavam uma probabilidade duas vezes superior de repetir a experiência materna. Porém, ao ajustarem a associação encontrada por variáveis que refletiam as condições sócio-econômicas em que as mães criaram suas filhas, o efeito da idade da mãe ao primeiro filho diminuiu substancialmente.

Na mesma década, Furstenberg, Levine & Brooks-Gunn (1990)¹ analisando resultados de uma coorte de filhos de mulheres negras adolescentes, acompanhada por vinte anos, também verificaram a associação da idade em que as mães tiveram seu primeiro filho com a idade da iniciação sexual e da primeira gravidez. Todavia, a grande maioria dos homens e mulheres da segunda geração não repetiu o padrão de suas mães no que diz respeito à parentalidade, o que os autores em parte atribuíram à legalização do aborto no país.

Na primeira década do século XXI, vários estudos longitudinais em diferentes países^{5,6,7,8} têm buscado conhecer os mecanismos envolvidos na reprodução do padrão intergeracional de fecundidade de modo a embasar o desenvolvimento de políticas públicas, especialmente aquelas voltadas para adolescentes.

No Brasil, a associação entre gravidez na adolescência e pobreza tem sido recorrente⁹. Também está presente na literatura nacional o argumento de que a maternidade nesta fase da vida das mulheres contribuiria para a evasão escolar, a baixa escolaridade, menores oportunidades de inserção no mercado de trabalho e consequentemente menor renda^{10,11,12,13}.

Historicamente, as mulheres brasileiras engravidavam em idades muito “precoce” e tinham um maior número de filhos; porém observa-se nas últimas décadas a ocorrência de algumas mudanças na sociedade, principalmente no que diz respeito à massificação da educação, à participação das mulheres no mercado de trabalho e ao uso de métodos contraceptivos que se intensificou a partir dos anos 1960¹⁴. Registrou-se no país, desde os anos 1970, uma redução da fecundidade das mulheres, essencialmente entre os segmentos onde era mais elevada, ou seja, entre as mulheres negras, mais pobres, menos escolarizadas, de áreas rurais e das regiões Norte e Nordeste¹⁵. Nos anos 1990, houve o chamado “rejuvenescimento da fecundidade”¹⁶, devido ao crescimento absoluto e relativo do número médio de filhos na faixa etária de 15 a 19 anos.

De fato, a gravidez precoce tem significados diferentes para os jovens dos diversos estratos sociais; para os jovens das camadas média, de modo geral, a gravidez não se constitui em fator de desorganização das trajetórias, ainda que possa ocorrer atraso na carreira acadêmica¹⁷. Quanto aos jovens das camadas menos favorecidas, sabe-se que parte deles já se encontrava fora da escola antes de engravidar¹⁸. Além disso, ainda persiste a socialização das moças para os papéis de mães/dona-de-casa e,

portanto, ter um filho na adolescência não se constitui “*uma ruptura de sua rotina diária de cuidar de crianças*”¹⁹.

Utilizando os dados das PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), Rios-Neto (2005)²⁰ mostra que a relação entre a fecundidade e a escolaridade materna vem se modificando ao longo do tempo: em 1983, 48,0% das crianças com idade entre 0 a 4 anos eram filhas de mulheres com baixa escolaridade; essa proporção cai para 21,0% na década seguinte, devido principalmente ao menor número de mulheres com baixa escolaridade e pelo maior número de mães com escolaridade mais alta.

Poucos estudos têm sido feitos no Brasil incorporando a perspectiva intergeracional, principalmente aqueles que busquem avaliar as trajetórias escolares e sexuais-reprodutivas associadas às trajetórias maternas, utilizando as últimas como um antecedente da gravidez das jovens. Também nota-se o pequeno número de pesquisas incluindo rapazes, principalmente comparando os perfis reprodutivos entre mães e filhos, sendo os poucos identificados feitos fora do país^{4,5}.

Destaca-se a “*Pesquisa GRAVAD – Estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil*”²¹ realizada em 2001 com jovens homens e mulheres de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador que pretendeu reconstruir as trajetórias sexuais-reprodutivas dos entrevistados, e ainda que de modo indireto, obteve informações sobre a experiência reprodutiva da geração anterior.

O presente artigo utiliza dados dessa pesquisa e seus objetivos incluem investigar se o risco de jovens mulheres engravidarem na adolescência está associado ao fato da própria mãe ter tido o primeiro filho antes dos 20 anos; e analisar a influência da escolaridade das jovens nessa associação. Também se pretendeu estudar o mesmo problema quando se trata da experiência dos rapazes quanto a engravidarem suas parceiras antes dos 20 anos.

METODOLOGIA

Para esse estudo recorreu-se aos dados da pesquisa GRAVAD cuja amostra é composta de jovens com idade entre 18 a 24 anos completos de ambos os sexos. Para alcançá-la, realizou-se a seleção probabilística estratificada em três estágios, o que assegurou a representatividade da população geral dessa faixa etária de interesse. Foi calculada uma amostra em torno de 1.500 entrevistas por cidade baseada nas estimativas existentes sobre gravidez entre as mulheres aos 18 e aos 19 anos (em 1996 correspondiam, respectivamente, a 25,3% e 34,8%²²).

De modo a garantir uma adequada dispersão geográfica, no primeiro estágio, selecionou-se uma amostra aleatória estratificada de setores censitários, agrupados em cinco estratos de acordo com a renda média e a escolaridade do chefe da família. No segundo estágio, a partir de uma listagem produzida para identificar de domicílios com jovens na faixa etária de interesse, sorteou-se, de forma independente, 33 domicílios em cada setor censitário, considerando-se a possibilidade de uma taxa de perda em torno de 20%. No terceiro estágio, selecionou-se um jovem dentre aqueles moradores elegíveis no domicílio sorteado, tendo como critério de escolha aquele cuja data de aniversário - dia e mês - fosse à primeira do ano civil ou no caso de datas iguais prevaleceu aquele cujo nome era o primeiro de uma relação em ordem alfabética do elegíveis do domicílio.

Os dados foram produzidos através de entrevista face-a-face, utilizando-se um questionário previamente testado que reconstruía as trajetórias escolares, profissionais e afetivo-sexuais dos jovens. Os entrevistadores, de ambos os sexos, eram estudantes e/ou profissionais das áreas de Ciências Humanas em sua quase totalidade, com idade próxima à faixa etária dos entrevistados, condição que facilitou a interação entre eles.

Todos os questionários foram revisados pela equipe de supervisão. Também foi selecionada uma amostra de 20% desses para que fossem verificadas questões

específicas (via telefone ou retorno à residência), garantindo-se assim a qualidade do trabalho.

Procedeu-se uma dupla digitação dos dados utilizando-se o *software* Epi Info versão 6.04b. Para dar conta da complexidade da amostra, adotou-se o STATA versão 10 que permite incorporar o efeito do desenho amostral e os pesos relativos a cada unidade, obtendo-se estimativas de parâmetros confiáveis na análise.

O descentramento da faixa etária de 10 a 19 anos, habitualmente definida como adolescência^{23,24} na constituição da população de estudo, permitiu a rememoração da gravidez acontecida em um momento anterior, mas suficientemente próximo para ser lembrada. Selecionou-se para esse estudo as informações obtidas sobre as mães das/os jovens (primeira geração - G1) e sobre os jovens entrevistados de 20 a 24 de ambos os sexos (segunda geração - G2).

Como variável dependente considerou-se a idade em que ocorreu a primeira gravidez da/o jovem (para os rapazes referindo-se a idade em que engravidaram sua parceira). Como variável independente principal, escolheu-se a idade em que a mãe da/o jovem teve o primeiro filho. Ambas as variáveis foram construídas pela dicotomização da idade da primeira gravidez da/o jovem e da idade da mãe por ocasião do nascimento do primeiro filho, considerando como ponto de corte “menos de 20 anos” e “20 anos e mais”. Neste último grupo estão aquelas/os sem qualquer história de gravidez, inclusive as/os virgens.

As seguintes co-variáveis foram selecionadas para avaliar modificação de efeito e confundimento: renda familiar *per capita* (categorias baseadas no salário mínimo da época - R\$ 180,00), escolaridade da mãe, cor/raça da/o jovem, separação dos pais, participação da/o jovem em tarefas domésticas aos 15 anos, trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos. Para expressar a dimensão relacional entre os jovens

e seus pais, no que diz respeito à socialização para a sexualidade e a reprodução, foram selecionadas como *proxy* aquelas relacionadas ao papel destes últimos como fontes das primeiras informações sobre menstruação, gravidez e meios para evitar filhos.

Com finalidade descritiva, criou-se um indicador combinando a variável dependente – idade em que a/o jovem engravidou pela primeira vez – e a independente principal – idade da mãe ao primeiro filho -, chegando-se as seguintes categorias:

1 = ambos antes dos 20 anos

2 = mãe antes dos 20 anos e jovem aos 20 anos ou mais

3 = mãe aos 20 anos ou mais e jovem antes dos 20 anos

4 = ambos aos 20 anos ou mais

Também foi utilizado um indicador de *mobilidade escolar*²⁵, que combina a escolaridade da/o jovem entrevistada/o e da sua mãe, condensado em três categorias, considerando-se a conclusão da educação básica como ponto de corte:

1= *mobilidade descendente ou escolaridade baixa*

2= *mobilidade ascendente*

3= *escolaridade alta*

A análise foi iniciada com a caracterização da população de estudo segundo a experiência pessoal e materna de gravidez na adolescência. As diferenças entre proporções foram testadas quanto à significância estatística pelo uso do χ^2 de Pearson, com a correção de segunda ordem de Rao e Scott (1984) ao nível de 5%²⁶.

A seguir, procedeu-se a análise estratificada, testando-se a influência de potenciais modificadores de efeito e confundidores na associação principal, cuja medida foi a *odds ratio*.

Recorreu-se a regressão logística para análise simultânea das associações. Todas as co-variáveis candidatas a modificadores de efeito na análise estratificada foram

avaliadas utilizando-se os termos produtos. Do mesmo modo, o confundimento foi analisado, considerando como potenciais confundidoras, aquelas que alterassem a associação principal em torno de 20,0% quando retiradas do modelo saturado. As que não se confirmaram como tal foram excluídas do modelo final.

O diagnóstico do modelo deu-se através da bondade do ajuste dos modelos (análise de resíduos), utilizando-se o “*F-adjusted mean residual test*”²⁷. Como o *F-adjusted* é um teste mais recente para dados complexos, os mesmos modelos, porém sem a ponderação dos dados (modelo *näive*) foram gerados e testados através do teste de bondade de Hosmer-Lemeshow. Toda a análise foi feita levando em conta as expressivas diferenças de gênero, identificadas em análises anteriores^{17,25}, portanto foram criados modelos separados para homens e mulheres.

A pesquisa foi aprovada pelos Comitês de Ética das respectivas universidades envolvidas. Todos os cuidados éticos necessários foram considerados, sendo lido um “Termo de Consentimento Informado” para cada entrevistada/o antes da aplicação do questionário e assinado ao seu final. Assegurou-se a privacidade para a realização da entrevista, garantindo-se que a mesma acontecesse reservadamente, sem a presença de terceiros com idade superior a quatro anos.

RESULTADOS

Foram entrevistados 4.634 jovens com idade entre 18 e 24 anos, sendo selecionados para esse estudo aqueles que à época do inquérito encontravam-se na faixa dos 20 a 24 anos (65,6%); desses 53,2% eram mulheres e 46,8% homens. A gravidez antes dos 20 anos foi referida por 29,6% das moças e 21,4% dos rapazes sendo que, 33,9% delas e 31,0% deles mencionaram que a própria mãe teve o primeiro filho antes dos 20 anos (dados não apresentados).

Relacionando a experiência reprodutiva dos jovens e de suas mães, identificou-se quatro grupos. O grupo de jovens que manteve o padrão intergeracional da gravidez na adolescência, que corresponde a apenas 13,1% das moças e 10,2% dos rapazes (Gráfico 1). Outro grupo foi constituído por jovens que não reproduziram a experiência materna de gravidez antes dos 20 anos - 20,8% das moças e igual proporção de rapazes. O outro corresponde aos jovens que tiveram uma experiência reprodutiva mais precoce do que as suas mães. E o maior deles inclui aqueles que mantiveram o padrão materno de fecundidade após os 20 anos (Gráfico 1).

Se considerados exclusivamente aqueles cujas mães tiveram o primeiro filho na adolescência, constata-se que 61,4% das moças e 67,1% dos rapazes não engravidaram na mesma faixa etária, rompendo com o padrão de gestação precoce (dados não apresentados). É preciso também destacar que nem todas as gestações de descendentes de mães com experiência de maternidade antes dos 20 anos resultaram no nascimento de um filho, o que ocorreu para 83,7% das moças, mas apenas para 42,5% dos rapazes (dados não apresentados).

Comparando as moças dos quatro grupos (Tabela 1), é possível evidenciar distintos perfis. As jovens que reproduziram o padrão materno de gravidez na adolescência eram aquelas predominantemente negras ou indígenas com menor renda

familiar *per capita*, faziam parte de famílias cujos pais se separaram antes das mesmas completarem 20 anos, tinham maior responsabilidade sobre as tarefas domésticas e começaram a trabalhar mais precocemente; por outro lado, referiram menos ter recebido informações sobre gravidez e contracepção de suas mães e como as próprias mães eram menos escolarizadas, ou em mobilidade escolar descendente (Tabela 1).

As moças cujas mães tiveram filhos antes dos 20 anos, mas não reproduziram a experiência materna também eram majoritariamente pardas e pretas, pertenciam a famílias com rendimento familiar *per capita* baixo e não receberam as primeiras informações sobre gravidez e métodos contraceptivos por intermédio de suas mães. Contudo, foram mais freqüentemente poupadas na realização das tarefas domésticas - a maior parte só ajudava e 10,7% não tinham qualquer obrigação. E apesar de serem filhas de mulheres com baixa escolaridade, alcançaram níveis educacionais mais altos estando, portanto, em mobilidade escolar ascendente (Tabela 1).

O grupo com experiência reprodutiva mais precoce que as próprias mães igualmente era constituído de moças mais pobres e negras com perfil muito semelhante daquelas do primeiro grupo, apresentando baixa escolaridade ou mostrando-se em mobilidade escolar descendente (Tabela 1).

As jovens que reproduziram o padrão materno de fecundidade após a adolescência apresentaram as melhores condições sociais e econômicas: renda familiar *per capita* mais alta, os pais sempre juntos pelo menos até os seus 20 anos, só ajudavam nas tarefas domésticas ou não tinha qualquer obrigação e não trabalharam durante a adolescência. A maioria delas recebeu das mães suas primeiras informações sobre gravidez e contracepção. Destaca-se, nesse grupo, uma elevada proporção de jovens e mães que alcançaram o nível de escolaridade médio ou superior (Tabela 1).

Os rapazes têm padrão semelhante aos das moças nos quatro grupos, porém com algumas características distintas (Tabela 1). Independente do nível de renda ou escolaridade, em sua maioria eles apenas ajudavam ou não participavam das tarefas domésticas entre os 15 e os 18 anos de idade. Em contrapartida, com maior frequência que as moças, eles tiveram algum trabalho remunerado por mais de 3 meses antes dos 20 anos.

Na análise da regressão logística (Tabela 2), observa-se no grupo das mulheres que o efeito da idade materna perde a significância estatística, com a entrada da variável “responsabilidade sobre o trabalho doméstico”; mas o maior impacto na medida de associação principal registrou-se com a entrada da “escolaridade da jovem”, sugerindo ser essa a variável de maior importância (Tabela 2).

No grupo masculino, com a entrada das mesmas variáveis, também observa-se uma suavização da associação entre a gravidez na adolescência e a idade da mãe ao primeiro filho, porém, a mesma continua significativa, mesmo com a entrada da escolaridade no modelo (Tabela 2).

Após a análise do potencial papel de modificação de efeito e confundimento das co-variáveis sobre a associação principal, foram excluídas aquelas que não se confirmaram como tal, permanecendo no modelo final exclusivamente a escolaridade tanto para as mulheres como para os homens (Tabela 3). Entre as moças, a associação positiva perde a significância estatística quando ajustada pela escolaridade da jovem (OR=1,27; IC95% 0,85 – 1,90). Para os rapazes, no entanto, a associação manteve-se em níveis estatisticamente significantes - OR=1,76 e IC95% 1,16–2,66 (Tabela 3).

DISCUSSÃO

Este estudo confirma a influência da escolarização sobre o padrão intergeracional da gravidez na adolescência. Encontrou-se uma associação positiva entre a mãe ter tido o primeiro filho na adolescência e seus filhos e filhas terem tido a primeira gravidez na mesma faixa etária. Contudo, na análise através de regressão logística, essa associação desaparece, ou é atenuada, quando são incorporadas outras variáveis ao modelo.

Entende-se que para avaliações intergeracionais, os estudos longitudinais são a estratégia mais adequada, mas envolvem altos custos e longa duração. Desse modo, poucas pesquisas dessa natureza foram encontradas na literatura revisada, sendo originárias de países desenvolvidos. Na pesquisa GRAVAD, destaca-se a inclusão de informações sobre a experiência reprodutiva das mães dos jovens homens e mulheres, o que permite a análise do padrão intergeracional da gravidez na adolescência, apesar do caráter transversal do estudo.

A idade da mãe ao nascimento do primeiro filho foi fornecida de modo indireto pelos jovens entrevistados, portanto há que se considerar a possibilidade de algum viés de informação. Cerca de 10,0% deles não souberam informar com que idade a sua mãe teve a primeira experiência de maternidade, porém uma avaliação criteriosa revelou que este grupo não apresentou diferenças em relação aos demais, quanto às características estudadas. Do mesmo modo, supondo-se que a gravidez na adolescência seja um episódio marcante nas vidas dos jovens (e mesmo na de suas mães), se houve algum enviesamento dos dados, provavelmente foi na direção de subestimação da própria gravidez e da mãe antes dos 20 anos, o que para o estudo poderia agir diminuindo a associação estudada.

Pode ter ocorrido algum grau de inconsistência no relato dos rapazes no que diz respeito à gravidez das parceiras, ou mesmo ao aborto. Entretanto, quando foi perguntado às moças entrevistadas que referiram ter engravidado alguma vez na vida sobre a reação do seu parceiro diante da gravidez, apenas 2,2% disseram que o mesmo não ficou sabendo²⁸. Acredita-se que, apesar da pesquisa não ter entrevistado as moças e seus respectivos parceiros, esse padrão de conhecimento possa ser estendido à população de rapazes de um modo geral.

Os resultados encontrados confirmam a heterogeneidade social em que a gravidez antes dos 20 anos ocorre. A maior parte dos jovens que, do mesmo modo que as suas mães, engravidaram nessa faixa etária, é negra, tem baixa escolaridade e renda familiar *per capita* até um salário mínimo; por outro lado, os entrevistados que mantiveram o padrão materno de fecundidade após os 20 anos são majoritariamente brancos, mais escolarizados e apresentaram maior rendimento familiar *per capita*.

Achados similares foram encontrados em outros estudos fora do Brasil^{2,3,4,5}. Neles, os autores explicam a repetição da gravidez adolescente entre as gerações como resultado das características sócio-econômicas e ambientais nas quais as jovens cresceram⁵: renda familiar baixa, tamanho ampliado da família, menor escolaridade, separação dos pais.

Todavia, é preciso cautela ao comparar mães e filhos homens, devido às desigualdades de gênero e as diferenças entre as gerações. A incorporação dos homens nos estudos sobre a gravidez antes dos 20 anos é recente, portanto existe pouco acúmulo de evidências que dêem conta das diferenças principalmente ao se comparar gerações.

O fato de, proporcionalmente, mais rapazes terem engravidado suas parceiras com idade igual ou superior aos 20 anos, quando comparados às moças, reflete as diferenças quanto às carreiras sexuais e reprodutivas de homens e mulheres em geral²⁵.

Uma parcela importante de moças e rapazes não reproduziu a experiência materna de gravidez na adolescência, indicando que outros fatores influenciaram no sentido de postergar o início da vida reprodutiva. Nos Estados Unidos na década de 1990¹, já era evidente que a grande maioria das jovens “negras” descendentes de mães adolescentes não estavam repetindo o mesmo padrão de parentalidade observado entre seus pais. Fustenberg, Levine & Brooks-Gunn (1990)¹ considera que a legalização do aborto naquele país contribuiu para mudar a composição de nascimentos entre os adolescentes, tornando a maternidade/paternidade uma questão voluntária. Mesmo o aborto sendo proibido por lei no Brasil, entre os jovens entrevistados pela pesquisa GRAVAD, 16,7% das mulheres e 45,9% dos homens mencionaram ter abortado na primeira gravidez²⁹. Isso pode ser reflexo do maior interesse das moças e rapazes pelos projetos acadêmicos futuros, principalmente aqueles dos estratos mais privilegiados, que tendem a retardar a primeira gravidez ou no caso de uma gravidez não planejada, recorrem ao aborto provocado²⁹.

A transmissão intergeracional do padrão reprodutivo das mulheres e dos homens foi similar quando se avaliou a ocorrência da gravidez antes dos 20 anos, considerando a idade das próprias mães ao nascimento de primeiro filho. Em outros poucos estudos realizados fora do país incluindo rapazes encontrou-se resultados semelhantes^{4,5}. Contudo, os fatores que intermediam a transmissão do padrão reprodutivo entre as gerações diferem entre eles e elas⁵. Além da escolaridade, entre as moças encontrou-se associadas à gravidez na adolescência a realização de tarefas domésticas e a separação dos pais antes dos 20 anos; para os rapazes, o trabalho remunerado foi mais importante. A separação dos pais também esteve relacionada com a transmissão do padrão intergeracional da idade ao nascimento do primeiro filho entre as mulheres no estudo realizado por Barber⁵.

As diferenças de gênero também são flagrantes quando se observa a realização das tarefas domésticas na adolescência. As mulheres de um modo geral têm uma maior participação no trabalho doméstico, sendo que a maior parte das moças que referiram gravidez antes dos 20 anos filhas de mulheres que tiveram o primeiro filho também na adolescência eram as principais responsáveis pelas atividades domésticas o que sugere ser este um forte mecanismo de socialização para a reprodução e a maternidade. De fato, diante de trajetórias escolares acidentadas e do fracasso escolar, a maternidade aparece como o único projeto possível de concretizar em contextos familiares e sociais desfavoráveis³⁰.

Independentemente da época em que engravidaram a parceira, os rapazes referiram mais frequentemente ter trabalhado por mais de três meses antes dos 20 anos do que as moças. Sabe-se que, apesar de nas últimas décadas ter havido um incremento da participação das mulheres jovens no mercado de trabalho, esta ainda é inferior a dos rapazes, que se envolvem em atividades econômicas, mesmo que ainda permaneçam estudando³¹. Por outro lado, o maior acesso dos jovens de ambos os sexos ao sistema educacional poderia ser traduzido em uma maior capacitação para ingresso no mercado de trabalho, o que necessariamente não se reflete em melhores postos e maior remuneração para as mulheres³².

Encontrou-se uma associação positiva entre a idade da mãe ao primeiro filho e a idade da/o filha/o na primeira gravidez, como foi demonstrado previamente^{1,2,3,4}. Contudo, o achado mais importante desse estudo foi influência da escolaridade do jovem que atuou anulando esta associação entre as mulheres e a suavizando entre os homens.

Sabe-se que o número médio de anos completos de estudos dos jovens que ingressaram na escola nos anos 1981-1985 – o que corresponde àqueles deste estudo –

dobrou em relação à geração que iniciou ou estudou em 1941-1945²⁰ – prováveis mães dos jovens –, o que pode ter contribuído para os resultados encontrados aqui. Uma vez que os entrevistados que se encontravam em mobilidade escolar ascendente ou escolaridade alta apresentaram menores proporções de gravidez na adolescência que suas respectivas mães, pode-se concluir que gerações mais novas quando têm maior acesso à educação, mesmo com as dificuldades impostas pelo sistema escolar, tendem a modificar o padrão reprodutivo herdado de gerações anteriores.

Ainda que nesse estudo a escolaridade tenha sido identificada como um fator importante para mudar o padrão intergeracional de fecundidade, numa sociedade desigual como a brasileira, romper o ciclo da pobreza constitui um fenômeno bem mais complexo, o qual depende de políticas econômicas e sociais mais amplas, no sentido de melhorar a distribuição da riqueza no país.

Em termos setoriais, os resultados embasam a recomendação de políticas voltadas para ampliar o acesso e permanência dos adolescentes e jovens no sistema escolar e para estimular o retorno daqueles que já se encontram fora dele. São necessárias políticas de saúde alinhadas às educacionais, que contemplem as diferenças de gênero e de contextos aos quais os jovens pertencem.

Para tanto, é necessário que o sistema de saúde amplie suas ações e defina estratégias específicas para atingir a população adolescente, de modo a permitir que esta possa conhecer adequadamente os métodos contraceptivos para fazer as suas escolhas e decidir qual é o melhor momento para engravidar, tanto no que diz respeito às moças quanto aos rapazes.

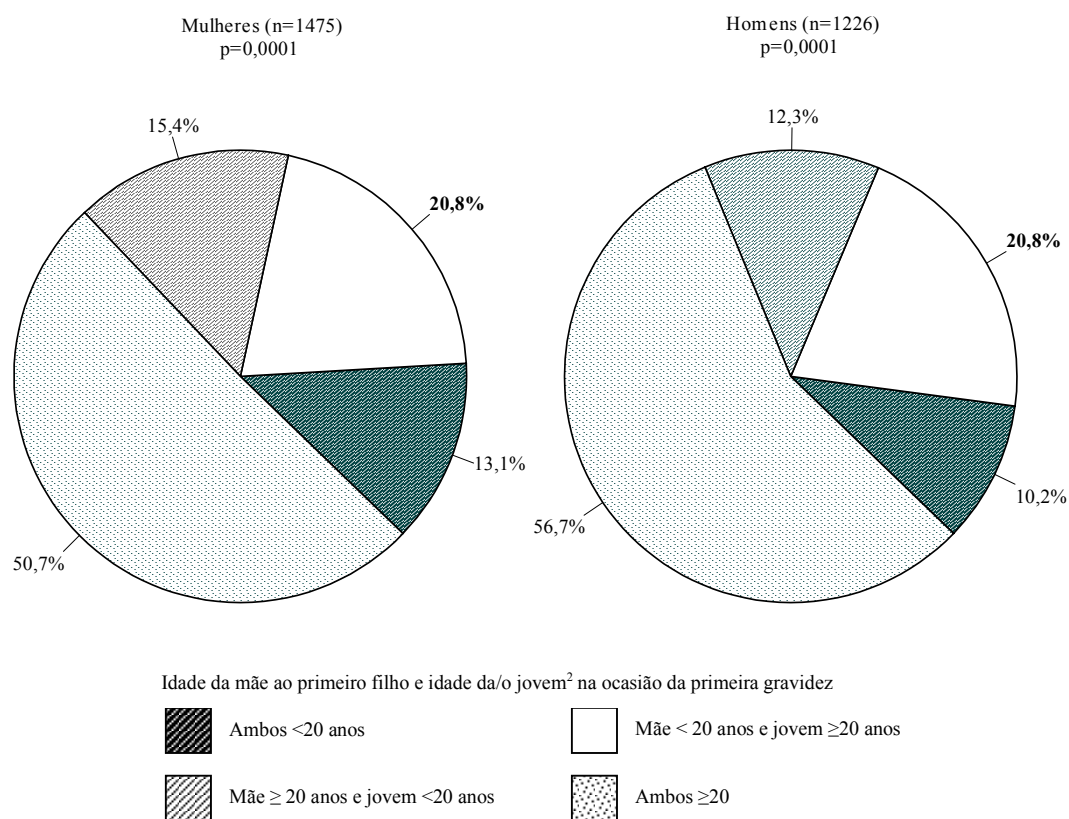
BIBLIOGRAFIA

1. Furstenberg Jr FF, Levine JA, Brooks-Gunn J. The children of teenage mothers: patterns of early childbearing in two generations. *Fam Plann Perspect.* 1990 mar/apr; 22(2):54-61.
2. Kahn JR, Anderson KE. Intergenerational patterns of teenage fertility. *Demography.* 1992 feb; 29(1):39-57.
3. Manlove J. Early motherhood in an intergenerational perspective: the experiences of a British cohort. *J Marriage Fam.* 1997 may; 59:263-79.
4. Hardy JB, Astone NM, Brooks-Gunn J, Shapiro S, Miller TL. Like mother, like child: intergenerational patterns of age at first birth and associations with childhood and adolescent characteristics and adult outcomes in the second generation. *Dev Psychol.* 1998; 34(6):1220-32.
5. Barber J. The intergenerational transmission of age at first birth among married and unmarried men and women. *Soc Sci Res.* 2001; 30:219-47.
6. Pouta A, Järvelin M, Hemminki E, Sovio U, Hartikainen A. Mothers and daughters: intergenerational patterns of reproduction. *Eur J Public Health.* 2005;15(2):195-9.
7. Campa MI, Eckenrode JJ. Pathways to intergenerational adolescent childbearing in a high-risk sample. *J Marriage Fam.* 2006 aug; 68:558-72.
8. East PL, Reyes BT, Horn EJ. Association between adolescent pregnancy and a family history of teenage births. *Perspect Sex Reprod Health.* 2007; 39(2):108-15.
9. Madeira FR. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: Camarano AA (org.) *Transição para a vida adulta ou ida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA; 2006. p139-169.
10. Fujimori E, Oliveira IMV, Lima AR, Cassana LMN, Szarfarc SC. Perfil socioeconômico y biológico de embarazadas adolescentes de una maternidade de beneficencia en São Paulo, Brasil. *Cuad Méd Soc.* 1997; 38(2):97-104.
11. Gupta N, Leite IC. Tendências e determinantes da fecundidade entre adolescentes no Nordeste do Brasil. *Perspect Int Planej Fam.* 2001; (número especial):24-9 e 45.
12. Sabroza AR, Leal MC, Gama SGN, Costa JJV. Perfil sócio demográfico e psicossocial de puérperas adolescentes do município do Rio de Janeiro, Brasil – 1999-2001. *Cad Saúde Pública.* 2004; 20(supl.1):S112-20.
13. Chalem E, Mutsuhiro SS, Ferri CP, Barros MCM, Guinsburg R, Laranjeira R. Gravidez na adolescência: perfil sócio-demográfico e comportamental de uma

- população da periferia de São Paulo, Brasil. *Cad Saúde Pública*. 2007 jan; 23(1):177-86.
14. Berquó E. Brasil, um caso exemplar – a anticoncepção e partos cirúrgicos – à espera de uma ação exemplar. *Rev Estud Fem*. 1993;1(2):367-81.
 15. Berquó E, Cavenaghi, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a reprodução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos Estudos*. 2006 mar; 74:11-5.
 16. Berquó E, Cavenaghi, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 20-24 set 2004. Caxambu, MG. 2004.18p.
 17. Brandão ER, Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M. Juventude e família: reflexões preliminares sobre a gravidez na adolescência em camadas médias urbanas. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*. 2001; 3(2):159-80.
 18. Almeida MCC, Aquino EML, Barros AP. School trajectory and teenage pregnancy in three Brazilian state capitals. *Cad Saúde Pública*. 2006 jul; 22(7):1421-30.
 19. Heilborn ML, Cabral, CS. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: Camarano AA (org.) *Transição para a vida adulta ou ida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA; 2006. p.225-53.
 20. Rios-Neto ELG, César CC, Riani JLR. Estratificação educacional e progressão escolar por série no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico*. 2003; 32(3):395-416.
 21. Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon, M.(orgs.). *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006. 534p.
 22. Sociedade Civil Bem-estar Familiar no Brasil e Demography and Health Survey Brasil. *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde*. Rio de Janeiro: BEMFAM/DHS, 1996.
 23. World Health Organization. *Young People's Health: a challenge do society. Report of a WHO Study Group on Young People and Health for all by the year 2000*. WHO, Technical Report Series, 731, Geneva, 1986.
 24. BRASIL. Ministério da Saúde. *Programa de Saúde do Adolescente: bases programáticas*. Brasília: PROSAD, 1989.
 25. Bozon M. As características da população estudada. In: Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M, (orgs.). *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006. p.137-54.

26. STATA CORP. Stata Statistical Software: release 8.0: survey data. College Station, TX: Stata Corporation, 2003.101p.
27. Archer KJ, Lemeshow S, Hosmer DW. Goodness-of-fit tests for logistic regression models when data are collected using a complex sampling design. *Comput Stat Data Anal.* 2007; 51:4450-64.
28. Aquino EML, Almeida MCC, Menezes G. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M, (orgs.). *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.* Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006a. p.309-60.
29. Menezes GMS, Aquino EML, Silva DO. Induced abortion during youth:social inequalities in the outcome of the first pregnancy. *Cad Saúde Pública.* 2006 jul; 22(7):1431-46.
30. Stern C, Medina G. Adolescencia y salud en México. In: Oliveira MC, (Org.). *Cultura, Adolescência e Saúde: Argentina, Brasil, México.* Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/COLMEX/NEPO/UNICAMP); 2000. p.98-160.
31. Camarano AA. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. In: _____ (org.) *Transição para a vida adulta ou ida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA; 2006. p.95-135.
32. Rosemberg F. Educação formal, mulheres e relações de gênero: balanço preliminar da década de 90. In: Bruschini C, Unbehaum SG (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira.* São Paulo: Editora 34; 2002. p.195-224.

Gráfico 1 – Distribuição de mulheres e homens de 20 a 24 anos segundo a idade da mãe ao primeiro filho e a própria idade na ocasião da primeira gravidez¹.



(1) Inclui na categoria ≥20 as/os que ainda não engravidaram

(2) Para os homens corresponde a idade que tinham ao engravidar as parceiras;

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Tabela 1 - Proporção das/os jovens de 20 a 24 anos segundo características selecionadas, idade da mãe ao primeiro filho e idade da/o jovem à época da primeira gravidez.

Características	G1 - Idade da mãe ao 1º filho/a					G1 - Idade da mãe ao 1º filho/a				
	G2 - Idade moça na 1ª gravidez				Total	G2 - Idade do rapaz na 1ª gravidez ⁽¹⁾				Total
	<20		≥20 ⁽²⁾			<20		≥20 ⁽²⁾		
	<20	≥20	<20	≥20	<20	≥20	<20	≥20		
Renda mensal familiar per capita (R\$)	215	270	222	768	1475*	102	237	138	749	1226*
Até 90,00	33,8	15,9	26,1	7,2	15,4	27,0	12,5	20,9	6,7	11,7
91,00 a 180,00	34,3	21,7	25,0	16,3	21,1	32,9	16,8	20,5	11,9	16,1
181,00 a 540,00	29,3	48,1	34,0	34,4	36,5	29,2	52,7	34,8	42,5	42,3
Acima de 540,00	2,6	14,3	14,9	42,1	27,0	10,9	18,0	23,8	38,9	29,8
Cor/Raça	212	260	218	752	1442*	101	234	136	741	1212*
Branca	35,6	28,5	36,6	58,6	46,4	29,1	34,8	37,3	52,7	44,7
Parda	25,7	30,2	30,6	18,8	23,8	19,1	31,8	14,3	27,5	25,9
Preta	28,1	29,3	25,7	18,8	23,2	47,6	23,6	37,9	15,1	23,0
Indígena	8,6	11,9	7,1	3,8	6,6	4,2	9,8	10,5	4,7	6,4
Separação dos pais	214	270	221	766	1471*	102	235	137	745	1219*
Pais sempre juntos	46,8	64,1	60,1	71,8	65,1	54,5	51,5	62,4	68,7	62,9
Pais separados aos 20 anos e mais	1,1	1,9	2,3	3,0	2,4	0,2	2,6	2,9	4,3	3,3
Pais separados antes dos 20 anos	47,7	29,0	31,4	22,5	28,5	33,4	41,2	30,4	23,6	29,1
Pais nunca viveram juntos	4,8	5,0	6,2	2,7	4,0	11,9	4,7	4,3	3,4	4,6
Participação nas tarefas domésticas entre os 15 e 18 anos	212	270	220	765	1467*	99	236	137	749	1221*
Principal responsável	36,0	16,8	27,5	6,4	15,7	10,6	3,0	2,3	3,3	3,8
Dividia igualmente com os outros	29,8	29,9	22,7	19,1	23,3	23,6	12,5	17,5	15,8	16,7
Ajudava	28,1	42,5	41,2	50,7	44,6	41,8	48,9	49,2	47,0	47,2
Não tinha qualquer obrigação	6,2	10,7	8,6	23,8	16,4	24,0	35,6	31,0	33,9	32,9
Trabalho por mais de 3 meses antes dos 20 anos	215	270	221	766	1472**	102	237	135	745	1219*
Sim	66,1	67,6	65,5	56,1	61,3	86,3	78,3	86,4	71,4	76,2
Não	33,9	32,4	34,5	43,9	38,7	13,7	21,7	13,6	28,6	23,8
Primeiras informações com a mãe sobre gravidez e contracepção	214	270	222	768	1474*	101	236	137	748	1222*
Sim	38,6	40,7	36,1	51,6	45,2	36,4	24,4	53,0	42,1	39,1
Não	61,4	59,3	63,9	48,4	54,8	63,6	75,6	47,0	57,9	60,9
Escolaridade da/do jovem	212	267	219	760	1458*	101	234	135	738	1203**
Fundamental incompleto	43,9	14,2	30,9	3,9	15,5	53,6	30,4	28,0	10,4	21,2
Fundamental completo	36,4	21,7	24,5	12,4	19,4	29,2	20,9	31,4	22,2	23,8
Médio completo/superior	19,7	64,1	44,6	83,7	65,2	17,2	48,7	40,6	67,4	55,0
Escolaridade da mãe	199	264	219	763	1445*	96	222	131	741	1190*
Fundamental incompleto	58,8	55,3	59,8	29,6	43,2	56,0	47,0	47,2	31,3	38,8
Fundamental completo	25,0	18,0	19,6	18,0	19,1	15,5	23,2	23,6	19,9	20,6
Médio/Superior mesmo incompleto	16,2	26,7	20,6	52,4	37,7	28,5	29,8	29,2	48,8	40,6
Mobilidade escolar	210	267	219	760	1456*	101	234	135	733	1203*
Descendente ou escolaridade baixa	80,2	35,9	55,4	16,3	34,8	82,8	51,3	59,4	32,6	45,0
Ascendente	12,9	43,4	28,2	34,5	32,7	9,2	26,1	22,6	24,3	22,9
Escolaridade alta	7,0	20,7	16,4	49,1	32,6	7,9	22,6	18,0	43,1	32,1

(1) Idade dos rapazes ao engravidarem as parceiras; (2) Inclusive as/os que ainda não engravidaram; * p<0,01; ** p<0,05
 Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002. População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Tabela 2 - Associação entre gravidez na adolescência e variáveis selecionadas - resultado da regressão logística.

Sexo	Variáveis	OR (IC 95%) Bruta	OR (IC 95%)	OR (IC 95%)	OR (IC 95%)	OR (IC 95%)	OR (IC 95%)	OR (IC 95%)
Mulheres (n=1442)	Mãe teve o primeiro filho antes dos 20 anos	2,04 (1,40 – 2,98)	1,55 (1,06 – 2,26)	1,38 (0,94 – 2,05)	1,31 (0,90 – 1,92)	1,31 (0,89 – 1,91)	1,28 (0,87 – 1,88)	0,99 (0,68 – 1,45)
	Renda mensal familiar <i>per capita</i> até R\$540,00		4,13 (2,57 – 6,62)	3,43 (2,11 – 5,57)	3,39 (2,09 – 5,51)	3,38 (2,08 – 5,49)	3,24 (1,99 – 5,29)	1,70 (1,00 – 2,88)
	Realizava tarefas domésticas dos 15 aos 18 anos			2,26 (1,67 – 3,05)	2,23 (1,66 – 3,00)	2,21 (1,64 – 2,98)	2,26 (1,67 – 3,07)	2,02 (1,43 – 2,84)
	Pais separados antes dos 20 anos				1,81 (1,31 – 2,50)	1,79 (1,30 – 2,48)	1,82 (1,31 – 2,53)	1,71 (1,19 – 2,46)
	Trabalhou por mais de 3 meses antes dos 20 anos					1,09 (0,77 – 1,53)	1,07 (0,76 – 1,49)	1,20 (0,85 – 1,70)
	Não obteve informações através da mãe sobre gravidez e contracepção						1,45 (1,01 – 2,08)	1,31 (0,93 – 1,86)
	Escolaridade fundamental completo/incompleto							5,08 (3,42 – 7,54)
Homens (n=1180)	Mãe teve o primeiro filho antes dos 20 anos	2,26 (1,49 – 3,44)	1,98 (1,28 – 3,06)	1,99 (1,28 – 3,08)	1,94 (1,27 – 2,98)	1,90 (1,22 – 2,97)	2,07 (1,34 – 3,20)	1,85 (1,21 – 2,84)
	Renda mensal familiar <i>per capita</i> até R\$540,00		2,17 (1,19 – 3,98)	2,11 (1,15 – 3,87)	2,12 (1,16 – 3,89)	1,95 (1,08 – 3,50)	2,05 (1,11 – 3,79)	1,30 (0,74 – 2,30)
	Realizava tarefas domésticas dos 15 aos 18 anos			1,51 (0,93 – 2,45)	1,50 (0,93 – 2,42)	1,50 (0,92 – 2,46)	1,47 (0,90 – 2,43)	1,39 (0,82 – 2,37)
	Pais separados antes dos 20 anos				1,18 (0,69 – 2,01)	1,18 (0,69 – 2,03)	1,14 (0,66 – 1,97)	1,03 (0,59 – 1,79)
	Trabalhou por mais de 3 meses antes dos 20 anos					2,43 (1,36 – 4,35)	2,35 (1,32 – 4,18)	2,02 (1,13 – 3,59)
	Não obteve informações através da mãe sobre gravidez e contracepção						0,59 (0,30 – 1,16)	0,58 (0,30 – 1,11)
	Escolaridade fundamental completo/incompleto							2,97 (1,58 – 5,60)

OR= Odds ratio

IC 95%= Intervalo de confiança a 95%

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

Tabela 3 – Modelo final - Associação entre gravidez na adolescência e experiência de maternidade da mãe antes dos 20 anos, ajustada pela escolaridade do jovem.

Sexo	Variáveis	OR (IC 95%)
Mulheres (n=1442)	Mãe teve o primeiro filho antes dos 20 anos	1,27 (0,85- 1,90)
	Escolaridade fundamental completo/incompleto	6,65 (4,50 – 9,83)
Homens (n=1180)	Mãe teve o primeiro filho antes dos 20 anos	1,76 (1,16 – 2,66)
	Escolaridade fundamental completo/incompleto	3,52 (1,97 – 6,29)

OR= *Odds ratio*

IC 95% = Intervalo de confiança a 95%

Fonte: Pesquisa GRAVAD, 2002.

População: Jovens de 20 a 24 anos, Porto Alegre (RS), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA).

COLABORADORES

Maria da Conceição C. de Almeida foi supervisora de campo em Salvador, participou da construção e gerenciamento da base de dados, da análise estatística e interpretação dos resultados e da redação do artigo. Estela Aquino participou da concepção e coordenação do estudo em todas as suas etapas, incluindo análise dos dados e redação do artigo.

AGRADECIMENTOS

A pesquisa GRAVAD – *Gravidez na adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil* foi originalmente elaborada por Maria Luiza Heilborn (Instituto de Medicina Social/Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Brasil – IMS/UERJ), Michel Bozon (Institut National d'Études Démographiques, France - INED), Estela M. L. Aquino (Programa integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde/Universidade Federal da Bahia, Brasil - MUSA/UFBA), Daniela Knauth e Ondina Fachel Leal (Núcleo de Antropologia do Corpo e Saúde/ Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil - NUPACS/UFRS). Agradecemos a Ceres G. Victora, Fabíola Rohden, Cecília McCallum, Tânia Salem, Elaine Brandão, Jenny Araújo, Greice Menezes e aos demais membros da equipe GRAVAD, bem como o consultor estatístico Antônio José Ribeiro Dias. Os principais resultados da pesquisa foram publicados no livro *O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e Trajetórias Sociais de Jovens Brasileiros* (Rio de Janeiro: Garamond/FIOCRUZ; 2006) que inclui informações detalhadas sobre a composição da equipe da pesquisa. Agradecemos, ainda, o apoio financeiro da Fundação Ford, do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, através de seus programas de bolsas.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

8.1 LIMITES E POTENCIALIDADES DO ESTUDO

Trata-se de uma pesquisa cujos dados provêm de amostra representativa de moças e rapazes de três cidades de distintas regiões do país, permitindo estimativas de parâmetros populacionais e a análise do padrão de ocorrência e determinação de variados aspectos do fenômeno de interesse. Para tanto, adotou-se uma estrutura amostral complexa, o que se justifica por melhorar a cobertura da área de interesse (estratificação) e aumentar a dispersão geográfica da amostra, tornando-a mais eficiente e com menor custo. Isso exigiu a incorporação de pesos na análise (Pessoa & Silva, 1998) e a utilização de um *software* estatístico (STATA) que desse conta do efeito do desenho amostral. É preciso sinalizar que determinados procedimentos analíticos ainda não foram totalmente desenvolvidos ou não estão disponíveis nos *softwares* estatísticos como, por exemplo, a avaliação dos modelos multivariados em amostras complexas.

Em que pese esses limites, a população do presente estudo permitiu investigar as relações entre escolaridade e reprodução na adolescência em distintas classes sociais de diferentes contextos sócio-culturais e reprodutivos. O fato de incluir homens permite conferir visibilidade à paternidade adolescente e à relação desta com indicadores escolares o que é pouco explorado em outros estudos.

O percentual de perdas neste estudo (14,8%) é considerado pequeno relativamente a pesquisas desse tipo. Foram obtidas altas taxas de resposta nas três cidades pesquisadas, sendo superiores às encontradas em outros estudos domiciliares da mesma natureza (Chile, 2000; Laumamm, 1994; BENFAM, 1997). As perdas foram decorrentes, sobretudo da dificuldade de acesso aos domicílios em locais inseguros e da ausência do jovem selecionado, após quatro visitas ao domicílio, sendo inexpressivo o percentual de recusas.

Os dados foram produzidos por meio de entrevista face-a-face o que não pareceu constranger muito os entrevistados, uma vez que homens e mulheres em sua maioria, não mostraram desconfiança antes da entrevista, mantiveram bom nível de cooperação e interesse, além de apresentarem pouca dificuldade de compreensão quanto aos quesitos do questionário (Aquino, Araújo & Almeida 2006).

Em se tratando de um estudo transversal, há que se discutir a possibilidade de viés de memória quando são analisados fatos acontecidos no passado. Todavia, pode-se supor que não tenham ocorrido maiores problemas de rememoração, considerando a importância dos eventos de interesse – gravidez e características do percurso escolar. Por outro lado, os sujeitos da pesquisa, ainda bastante jovens, encontram-se no início da trajetória reprodutiva, tendo experimentado poucos eventos, ocorridos em um intervalo de tempo próximo ao período da entrevista. Ainda, características do instrumento de pesquisa com a inserção de questões sobre a ocorrência de gravidez e seu resultado em diferentes momentos do questionário permitiram confrontar as respostas dadas.

Entretanto, erros intencionais podem ter ocorrido relacionados especialmente à declaração de gravidez e aborto. A ilegalidade do aborto no Brasil e a censura moral da sua prática podem ter favorecido a não declaração pelos jovens, sobretudo as moças, de uma gravidez com este resultado (Barreto et al., 1992). Já os rapazes, teriam menos dificuldades de declarar um aborto pela externalidade da gravidez entre eles, ainda que exatamente por isso, suas informações acerca da gravidez das parceiras sejam menos precisas e mais inconsistentes.

Neste estudo busca-se reconstruir a seqüência temporal dos eventos (gravidez, abandono escolar) tentando superar uma lacuna existente na literatura. No entanto, devido à natureza transversal do estudo, não se pode assegurar completamente a fidedignidade das informações quanto à ordem temporal em que ocorreram os

fenômenos de interesse, dificultando o estabelecimento de uma relação de causalidade. Contudo, acredita-se que haja uma razoável credibilidade nos relatos embora isso deva ser confirmado com a realização de estudos longitudinais.

Um dos limites estabelecidos pelo estudo, diz respeito à possibilidade de validação das questões, uma vez que grande parte delas é de foro íntimo e privado onde só é possível adotar procedimentos de re-teste para dimensionar a confiabilidade.

Uma sub-amostra aleatória de 20% do total de entrevistados foi retirada, com o objetivo de proceder a uma entrevista de revisão e confirmação de algumas respostas. Questões selecionadas sobre experiência prévia de relação sexual, experiência prévia de gravidez, número de filhos e experiência de união conjugal, foram refeitas por meio de contato telefônico ou de uma nova visita ao domicílio. Obteve-se proporções de concordância superiores a 97%, o que assegurou a confiabilidade da entrevistas.

Como a Pesquisa GRAVAD objetivou a compreensão dos fenômenos da gravidez, da parentalidade na juventude e as suas conseqüências (Aquino, Araújo & Almeida 2006), constitui-se uma grande riqueza desse estudo a possibilidade de reconstrução das trajetórias biográficas e sociais dos indivíduos pesquisados, especialmente aquelas como a escolar e a reprodutiva. O instrumento de pesquisa composto de módulos sobre a vida social, sexual, e reprodutiva dos jovens permite a apreensão dessas trajetórias paralelamente. Admite a investigação de inúmeras variáveis de diferentes dimensões da vida dos jovens permitindo muitas possibilidades de análise dos fenômenos de interesse o que é geralmente tratado em outros estudos exclusivamente quanto às dimensões da escola ou da reprodução.

8.2 AS CONTRIBUIÇÕES DO ESTUDO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA AS POLÍTICAS PÚBLICAS

O presente estudo destaca-se por discorrer sobre um tema importante para a saúde pública e para as políticas educacionais. A gravidez na adolescência têm tido um papel de destaque por ser identificada por diversos atores como um problema social e de saúde pública que merece ser estudado, pois a ela são atribuídas conseqüências negativas para a saúde das mães e das crianças e outras tais como a evasão escolar e a transmissão da pobreza.

Está inserido em uma pesquisa mais ampla sobre juventude, sexualidade e reprodução sob uma visão interdisciplinar, combinando estratégias qualitativas e quantitativas. Foi relevante para esse trabalho a inserção na Pesquisa GRAVAD de um bloco específico sobre trajetória escolar e de trabalho além de outro sobre gravidez e seus desdobramentos.

Algumas estratégias metodológicas permitiram ampliar a discussão sobre os temas. Como por exemplo, a inclusão de homens no estudo o que foi pouco visto na literatura estudada; o desenho amostral probabilístico e estratificado que proporcionou a abordagem de jovens das diferentes camadas sociais; e em se tratando de um inquérito domiciliar incluiu jovens com as mais diferentes trajetórias biográficas. Outro aspecto que merece menção foi a possibilidade de avaliação temporal dos eventos de interesse através da construção das trajetórias educacionais e reprodutivas, mesmo se tratando de um estudo de corte transversal. Além disso, foi possível, mesmo que de modo indireto, obter informações sobre alguns aspectos reprodutivos das mães dos jovens participantes da pesquisa.

Os resultados do estudo confirmaram alguns aspectos já descritos na literatura, sobre a gravidez na adolescência, no que se refere ao perfil das mulheres jovens que

engravidaram antes dos 20 anos (ou dos rapazes que nessa faixa etária engravidaram a parceira). No entanto, distancia-se do caráter determinístico encontrado em muitos estudos, uma vez que se observou que os jovens, mesmo oriundos de camadas menos privilegiadas, ao ultrapassarem a escolaridade da mãe ou diante dos projetos educacionais e profissionais, tendem a postergar o início da vida reprodutiva.

Na análise da gravidez na adolescência e das trajetórias escolares dos jovens, observou-se que os jovens com menor renda mensal familiar *per capita*, os negros, de modo geral pertencem ao grupo de trajetórias escolares irregulares. A gravidez e os filhos aparecem como o principal motivo citado pelas mulheres para a interrupção dos estudos, enquanto que para os homens, o trabalho tem uma maior importância. Contudo, uma parte significativa dos jovens referiu outros motivos para abandonar a escola, destacando-se aqueles relacionados à dificuldade de acesso e de permanência no ambiente escolar.

Também evidenciou-se que as decisões sexuais e reprodutivas dos jovens são permeadas pelo efeito da escolarização uma vez que aqueles com melhor percurso escolar estão mais expostos às informações sobre gravidez e contracepção na escola, começam a namorar e iniciam a vida sexual mais tarde, além de referirem maior uso de métodos contraceptivos na primeira relação sexual.

A proporção de gestações terminadas em aborto provocado foi maior no grupo que não abandonou a escola, o que pode indicar uma sobreposição do projeto escolar ao reprodutivo. Por outro lado, cerca de 40,0% das moças com história de união por ocasião da gestação ou da entrevista, abandonaram a escola à época, ou depois da gravidez, evidenciando que para elas o casamento e a maternidade estão acima ou são incompatíveis com os projetos educacionais e profissionais.

A gravidez antes dos 20 anos foi mais freqüente entre os jovens de ambos os sexos que referiram mais repetência e interrupção definitiva dos estudos, apresentaram distorção idade-série e por fim aqueles que não conseguiram ultrapassar o ensino fundamental.

Uma maior proporção de moças e rapazes que referiram gravidez na adolescência ingressou no sistema escolar com atraso, comparativamente aos sem gravidez nessa faixa etária, destacando-se os jovens residentes em Salvador com valores mais altos. Também foram maiores as proporções de jovens com menor renda e descendentes de mães com baixa escolaridade, confirmando a seletividade do sistema educacional brasileiro.

Apesar das proporções de não conclusão da educação básica serem superiores entre as moças e rapazes com gravidez na adolescência e condições familiares e sócio-econômicas mais desfavoráveis, chamou a atenção que uma parcela importante das/os jovens que apresentaram as mesmas condições também não concluíram a educação básica mesmo na ausência da gravidez. Supõe-se que aqueles que se encontravam nessa situação já apresentavam maiores chances de não concluírem os estudos e que a ocorrência do evento reprodutivo seria um fator potencializador dessa condição.

Quando se avaliou associação entre a gravidez na adolescência e a não conclusão da educação básica, observou-se que as jovens com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo, cujas mães têm baixo nível de escolaridade, que engravidaram na adolescência ao menos uma vez, e com dois ou mais irmãos, referiram mais freqüentemente não terem concluído. Entre os homens, também ter renda familiar *per capita* até R\$180,00, ser descendente de mulheres com baixa escolaridade, ter um maior número de irmãos, pais separados antes dos 20 anos e ter engravidado uma parceira antes dos 20 anos, implica em maior chance de não concluir a educação básica.

Por fim, ao relacionar a experiência reprodutiva dos jovens e de suas mães, identificou-se quatro grupos. O grupo de jovens que manteve o padrão intergeracional da gravidez na adolescência, que correspondeu a apenas 13,1% das moças e 10,2% dos rapazes; o grupo constituído por jovens que não reproduziram a experiência materna de gravidez antes dos 20 anos - 20,8% das moças e igual proporção de rapazes; o que inclui os jovens que tiveram uma experiência reprodutiva mais precoce do que as suas mães; e o maior deles com aqueles que mantiveram o padrão materno de fecundidade após os 20 anos.

Foi possível revelar a heterogeneidade social na reprodução da maternidade adolescente, a maior parte dos jovens que, assim como as suas mães, engravidaram nessa faixa etária, é negra, tem baixa escolaridade e renda familiar *per capita* até um salário mínimo. Por outro lado, os entrevistados que mantiveram o padrão materno de fecundidade após os 20 anos, são majoritariamente brancos, mais escolarizados e apresentaram maior rendimento familiar *per capita*.

Encontrou-se uma associação positiva entre a mãe ter tido o primeiro filho na adolescência e seus filhos e filhas ter tido a primeira gravidez na mesma faixa etária. Contudo, essa associação desaparece ou é suavizada quando são incorporados no modelo fatores contextuais e de socialização. Entre esses destacou-se a importância da escolaridade para a trajetória sexual-reprodutiva dos jovens, uma vez que, aqueles mais escolarizados ou que conseguiram ultrapassar a escolaridade materna ainda que suas mães tenham tido filho na adolescência, tendem a retardar o início da vida reprodutiva, privilegiando a educação.

Os resultados desta tese permitem concluir que a gravidez na adolescência e principalmente a maternidade/paternidade para a maioria dos jovens das camadas populares resultam de processos sociais complexos que também os expulsam da escola

ou pelo menos não favorecem seus avanços em termos educacionais. Portanto, cabe ao sistema escolar contemplar as heterogeneidades juvenis, orientando os jovens quanto à sexualidade e à contracepção, mas também estimulando a sua permanência na escola, especialmente os oriundos das classes menos privilegiadas. Igualmente é preciso adotar políticas voltadas aos jovens que abandonaram os estudos de modo a propiciar o seu retorno ao ambiente escolar, oferecendo alternativas que conciliem a educação com o trabalho e/ou o cuidado dos filhos.

Quanto ao setor saúde, espera-se que esteja preparado para atender as jovens, sobretudo as adolescentes, no que diz respeito à orientação sobre a escolha e uso de métodos contraceptivos, assegurando sua distribuição regular. É preciso incluir os homens na atenção à saúde reprodutiva, integrando a proteção para a gravidez não prevista à prevenção de DST. É necessário o acolhimento e cuidado nos casos de uma gravidez confirmada, o que implica assegurar assistência pré-natal e ao parto, mas também a atenção humana e de qualidade para as jovens e seus parceiros quando a gravidez é interrompida.

9 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Akkari AJ. Desigualdades educativas estruturais no Brasil: entre estado, privatização e descentralização. *Educ Soc.* 2001 abr; 22(74):163-89.
- Alderman-Swain W, Battle J. The invisible gender: educational outcomes for African American females in father-only versus mother-only households. *Race & Society.* 2000; 3:165-82.
- Almeida MCC, Aquino EML, Barros AP. School trajectory and teenage pregnancy in three Brazilian state capitals. *Cad Saúde Pública.* 2006 jul; 22(7):1421-30.
- Aquino EML, Heilborn ML, Knauth DR, Bozon M, Almeida MCC, Araújo MJ, Menezes GMS. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cad Saúde Pública.* 2003; 19 supl.2:S377-88.
- Aquino EML, Almeida MCC, Menezes G. Gravidez na adolescência: a heterogeneidade revelada. In: Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M, (orgs.). *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.* Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006. p.309-60.
- Aquino EML, Araújo MJ, Almeida MCC. Aspectos metodológicos, operacionais e éticos da pesquisa GRAVAD. In: Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M (orgs.). *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros.* Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006. p.97-136
- Archer KJ, Lemeshow S, Hosmer DW. Goodness-of-fit tests for logistic regression models when data are collected using a complex sampling design. *Comput Stat Data Anal.* 2007; 51:4450-64.
- Barber J. The intergenerational transmission of age at first birth among married and unmarried men and women. *Soc Sci Res.* 2001; 30:219-47.
- Barreto TA, Campbell OMR, Davies JL, Fauveau V, Filippi VGA, Graham WJ et al. Investigating induced abortion in developing countries: methods and problems. *Stud Fam Plann.* 1992; 23:159-70.
- Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil e Programa de Pesquisas de Demografia e Saúde). *Pesquisa nacional sobre demografia e saúde: 1996.* Rio de Janeiro: BEMFAM/DHS, 1997.
- Berquó E. Brasil, um caso exemplar – a anticoncepção e partos cirúrgicos – à espera de uma ação exemplar. *Rev Estud Fem.* 1993;1(2):367-81.
- Berquó E, Cavenaghi, S. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000. XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais. 20-24 set 2004. Caxambu, MG. 2004.18p.

Berquó E, Cavenaghi, S. Increasing adolescent and youth fertility in Brazil: a new trend or a one-time event. Annual Meeting of the Population Association of America. 30 mar-2 apr 2005. Philadelphia, Pennsylvania. 2005. 18p.

Berquó E, Cavenaghi, S. Fecundidade em declínio: breve nota sobre a reprodução no número médio de filhos por mulher no Brasil. *Novos Estudos*. 2006 mar; 74:11-5.

Blake J. Number of siblings and educational attainment. *Science*. 1989; 245(4913):32-7.

Bourdieu P. O capital social – notas provisórias. In: Nogueira MA, Catani A, (orgs.). *Escritos de Educação*. 6ª ed. Tradução de Denice Barbara Catani e Afrânio Mendes Catani. Petrópolis: Vozes; 2004a. p.67-9.

Bourdieu P. A escola conservadora: as desigualdades frente à escola e à cultura. In: Nogueira MA, Catani A, (orgs.). *Escritos de Educação*. 6ª ed. Tradução de Aparecida Joly Gouveia. Petrópolis: Vozes; 2004b. p.41-64.

Bozon M, Heilborn ML, Aquino E, Knauth D. Pour une approche socio-anthropologique des comportements sexuels et reproductifs pendant la jeunesse au Brésil. La construction de l'enquête GRAVAD. In: Condon S, Andro A, (dir). *Questions de genre en démographie*. Paris: INED. 2003 (Dossiers et Recherches, n.117).

Bozon M. As características da população estudada. In: Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M, (orgs.). *O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros*. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006. p.137-54.

Brandão ER, Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M. Juventude e família: reflexões preliminares sobre a gravidez na adolescência em camadas médias urbanas. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares*. 2001; 3(2):159-80.

Brandão ER Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: Heilborn ML (org.). *Família e sexualidade*. Rio de Janeiro: FGV; 2004. p.63-86.

Brandão ER, Heilborn ML. Sexualidade e gravidez na adolescência entre jovens de camadas médias do Rio de Janeiro, Brasil. *Cad Saúde Pública*. 2006 jul; 22(7):1421-30.

Brasil. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988*. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1988. 292p.

Brasil. Ministério da Saúde. *Programa de Saúde do adolescente: bases programáticas*. Brasília: PROSAD, 1989.

Brasil. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Salvador: Empresa Gráfica da Bahia, 1990.

Brasil. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível: <http://www.ufba.br/ldb.html>. Acesso em 30 jul.1999a.

Brasil. Ministério da Educação. Parâmetros Curriculares Nacionais – 5ª a 8ª série. Disponível: http://www.mec.gov.br/sef/param_5/p5. Acesso em 30 jul. 1999b.

Brasil. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/2002/L10406.htm. Acesso em 17 out 2003.

Cabral CS. “Gravidez na adolescência” e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. *Rev Bras de Estudos de População*. 2002 jul/dez; 19(2):179-195.

Cabral CS. Contracepção e gravidez na adolescência na perspectiva de jovens pais de uma comunidade favelada do Rio de Janeiro. *Cad Saúde Pública*. 2003; 19 supl.2:S283-92.

Calazans G. Cultura adolescente e saúde: perspectivas para a investigação. In: Oliveira MC, (org.). *Cultura, Adolescência e Saúde: Argentina, Brasil, México*. Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/COLMEX/NEPO/UNICAMP); 2000. p.44-97.

Camarano AA. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD; 1998. p.109-33.

Camarano AA, Araújo HE, Carneiro, IG. Tendências da fecundidade brasileira no século XX: uma visão regional. In: Giffin K, Costa SH, (orgs.). *Questões da Saúde Reprodutiva*. Rio de Janeiro: Fiocruz;1999. p.95-111.

Camarano AA. Transição para a vida adulta: mudanças por período e coorte. In: _____ (org.) *Transição para a vida adulta ou ida adulta em transição?* Rio de Janeiro: IPEA; 2006. p.95-135.

Camargo F. Escola e família: singularidades e história. *Diálogos Conflitantes*. Disponível: <http://www.clm.com.br/espaco/info9a2.html> . Acesso em: 25 ago 2003.

Campa MI, Eckenrode JJ. Pathways to intergenerational adolescent childbearing in a high-risk sample. *J Marriage Fam*. 2006 aug; 68:558-72.

César CC, Ribeiro PM, Abreu DMX. Efeito-idade ou efeito-pobreza? Mães adolescentes e mortalidade neonatal em Belo Horizonte. *Rev Bras de Estudos de População*. 2000 jan/dez; 17(1/2):177-96.

Chalem E, Mutsuhiro SS, Ferri CP, Barros MCM, Guinsburg R, Laranjeira R. Gravidez na adolescência: perfil sócio-demográfico e comportamental de uma população da periferia de São Paulo, Brasil. *Cad Saúde Pública*. 2007 jan; 23(1):177-86.

Chile. Ministério de Salud. *Estúdio nacional de comportamento sexual: primeros análisis*. Chile: Ministério de Salud, 2000.

Dadoorian D. Adolescentes: porque elas querem engravidar? FEMINA – Revista da Federação Brasileira das Sociedades de Ginecologia e Obstetrícia. 1996 jan/fev; 24(1): 47-51.

Dadoorian D. Gravidez na adolescência: um novo olhar. Psicologia Ciência e Profissão. 2003; 21(3):84-91.

Darroch J. Adolescent pregnancy trends and demographics. Current Women's Health Reports. 2001; 1:1020-110.

De Singly F. A família e a escola. In: _____. Sociologia da família contemporânea. Tradução de: Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro: FGV; 2007. p.43-62.

Dean AG, Dean JA, Coulombier D, Brendel KA, Smith DC, Burton AH, Dicker RC et al. Epi Info, versão 6: um sistema de processamento de texto, banco de dados e estatística para epidemiologia e microcomputadores. Tradução de Marilda Lauretti da Silva Guedes. Centers of Disease Control and Prevention, Atlanta, Geórgia. 1994. 589p.

Debert GG. Antropologia e o estudo dos grupos e das categorias de idade. In: Barros MML (org.). Velhice ou terceira idade? estudos antropológicos sobre identidade, memória e política. Rio de Janeiro: FGV; 1998. p.49-67.

Dias AB, Aquino EML. Maternidade e paternidade na adolescência: algumas constatações em três cidades no Brasil. Cad Saúde Pública. 2006; 22(7):1447-58.

Dubar C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. Tradução de: François AP. Educ Soc. 1998; 19(62):1-13.

East PL, Reyes BT, Horn EJ. Association between adolescent pregnancy and a family history of teenage births. Perspect Sex Reprod Health. 2007; 39(2):108-15.

Faloppa CC, Sato DK, Souza EC, Valmórbida GA, Petrelli GS, Inoue HY, et al. Gravidez na adolescência: estudos de 50 casos atendidos na Maternidade Municipal de Londrina – PR. Semina. 1994; 15:30-5. Edição Especial.

Fraser N. Políticas feministas na era do reconhecimento: uma abordagem bidimensional da justiça de gênero. In: Bruschini C, Unbehauum SG, (orgs.) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34; 2002. p.61-78.

Fujimori E, Oliveira IMV, Lima AR, Cassana LMN, Szarfarc SC. Perfil socioeconômico y biológico de embarazadas adolescentes de una maternidade de beneficencia en São Paulo, Brasil. Cuad Méd Soc. 1997; 38(2):97-104.

Furstenberg Jr FF, Levine JA, Brooks-Gunn J. The children of teenage mothers: patterns of early childbearing in two generations. Fam Plann Perspect. 1990 mar/apr; 22(2):54-61.

Galland O. Adolescence, pós-adolescência, jeunesse: retour a quelques interprétations. Rev Fr Sociol. 2001; 42(4): 611-40.

Gama SGN, Szwarcwald CL, Leal MC, Theme Filha, MM. Gravidez na adolescência como fator de risco para baixo peso ao nascer no município do Rio de Janeiro, 1996 a 1998. *Rev Saúde Pública*. 2001; 35(1):74-80.

Geronimus AT. On teenage childbearing and neonatal mortality in the United States. *Popul Dev Rev*. 1987; 13(2):245-79.

Goldenberg P, Figueiredo MCT, Silva RS. Gravidez na adolescência, pré-natal e resultados perinatais em Montes Claros, Minas Gerais, Brasil. *Cad Saúde Pública*. 2005; 21(4):1077-86.

Gupta N, Leite IC. Tendências e determinantes da fecundidade entre adolescentes no Nordeste do Brasil. *Perspect Int Planej Fam*. 2001; (número especial):24-9 e 45.

Hardy E, Costa RG, Rodrigues T, Moraes TM. Características atuais associadas à história de aborto provocado. *Rev Saúde Públ*. 1994; 28(1):82-5.

Hardy JB, Astone NM, Brooks-Gunn J, Shapiro S, Miller TL. Like mother, like child: intergenerational patterns of age at first birth and associations with childhood and adolescent characteristics and adult outcomes in the second generation. *Dev Psychol*. 1998; 34(6):1220-32.

Heilborn ML. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social. Seminário Gravidez na Adolescência. 30-31 jul. 1998; Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família. 1998; p.23-32.

Heilborn ML, Salem T, Rohden F, Brandão E, Knauth D, Victora C, et al. Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. *Horiz Antropol*. 2002 jun; 8(17):13-45.

Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon, M.(orgs.). O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006. 534p.

Heilborn ML. Experiência da sexualidade, reprodução e trajetórias biográficas juvenis. In: Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M, (orgs.). O aprendizado da sexualidade: um estudo sobre reprodução e trajetórias sociais de jovens brasileiros. Rio de Janeiro: Fiocruz/Garamond; 2006. p 29-59.

Heilborn ML, Cabral, CS. Parentalidade juvenil: transição condensada para a vida adulta. In: Camarano AA (org.) Transição para a vida adulta ou ida adulta em transição? Rio de Janeiro: IPEA; 2006. p.225-53.

Hoffman, SD. Teenage childbearing is not so bad after all... or is it? A review of the new literature. *Fam Plann Perspect*. 1998 sep/oct; 30(5):236-40.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de Indicadores Sociais, 2004. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: 2005. (Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 15).

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Censo Demográfico 2000, Fecundidade e Mortalidade Infantil – Conceitos e Definições. Disponível: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/fecundidade_mortalidade/conceitos.shtm. Acesso em: 18 dez 2008.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Glossário de termos, variáveis e indicadores educacionais. EDUDATABRASIL – Sistema de Estatísticas Educacionais. Disponível: <http://www.edudatabrasil.inep.gov.br/glossario.html>. Acesso em: 18 dez 2007a.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Informativo do INEP. 2006 jun 23; 4(141). Disponível: <http://www.inep.gov.br/informativo/informativo141.htm>. Acesso em: 26 dez 2007b.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. Sinopse Estatística: Educação Básica – Censo Escolar 2006. Disponível: <http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/Sinopse/sinopse.asp>. Acesso em: 26 dez 2007c.

Jæger MM, Holm A. Does parents' economic, cultural, and social capital explain the social class effect on educational attainment in the Scandinavian mobility regime? *Soc Sci Res.* 2007; 36:719-44.

Janssens A. “Were women presents at the demographic transition?” A question revisited. *Hist Fam.* 2007;12:43-9.

Kahn JR, Anderson KE. Intergenerational patterns of teenage fertility. *Demography.* 1992 feb; 29(1):39-57.

Klepinger DH, Lundberg S, Plotnick, RD. Adolescent fertility and the educational attainment of young women. *Fam Plann Perspect.* 1995 jan/feb; 27(1):23-8.

Laumann EO, Gagnon J, Michael RT, Michaels S. Sampling procedures and data quality. In: _____ The social organization of sexuality: sexual practices in the United States. Chicago/Londres: The Chicago Press; 1994. p.549-70.

Louro GL. Gênero: questões para a educação. In: Bruschini C, Unbehaum SG (orgs.) Gênero, democracia e sociedade brasileira. São Paulo: Editora 34; 2002. p. 227-42.

Lyra J. Participação masculina na gravidez adolescente. Seminário Gravidez na Adolescência. 30-31 jul. 1998; Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família. 1998. p.119-26.

Madeira FR. A trajetória das meninas dos setores populares: escola, trabalho ou ... reclusão. In: _____ (org.). Quem mandou nascer mulher? Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos; 1997. p. 45-133.

Madeira FR, Rodrigues EM. Recado dos jovens: mais qualificação. In: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas. Brasília: CNPD; 1998. p.427-96.

- Madeira , FR. Educação e desigualdade no tempo de juventude. In: Camarano AA (org.) Transição para a vida adulta ou ida adulta em transição? Rio de Janeiro: IPEA; 2006. p.139-169.
- Manlove J. Early motherhood in an intergenerational perspective: the experiences of a British cohort. *J Marriage Fam.* 1997 may; 59:263-79.
- Marteletto LJ. O papel do tamanho da família na escolaridade dos jovens. *Rev Bras de Estudos de População.* 2002 jul/dez;19(2):159-77.
- Menezes GMS, Aquino EML, Silva DO. Induced abortion during youth: social inequalities in the outcome of the first pregnancy. *Cad Saúde Pública.* 2006 jul; 22(7):1431-46.
- Monteiro S. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: Heilborn ML (org.). *Sexualidade: o olhar das ciências sociais.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1999. p.117-45.
- Nogueira CMM, Nogueira MA. A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. *Educ Soc.* 2002 abr; 23(78):15-36.
- Pais JM. A transição dos jovens para a vida adulta. *Culturas Juvenis.* Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda; 1993. p.21-36.
- Pessoa DGC, Silva, PLN. *Análise de dados amostrais complexos.* São Paulo: ABE – Associação Brasileira de Estatística; 1998. 187p.
- Pouta A, Järvelin M, Hemminki E, Sovio U, Hartikainen A. Mothers and daughters: intergenerational patterns of reproduction. *Eur J Public Health.* 2005;15(2):195-9.
- Rios-Neto ELG, César CC, Riani JLR. Estratificação educacional e progressão escolar por série no Brasil. *Pesquisa e Planejamento Econômico.* 2003; 32(3):395-416.
- Rios-Neto ELG. Questões emergentes na análise demográfica: o caso brasileiro. *R Brás Est Pop.* 2005 jul/dez; 22(2):371-408.
- Rosemberg F. Educação formal, mulheres e relações de gênero: balanço preliminar da década de 90. In: Bruschini C, Unbehaum SG (orgs.). *Gênero, democracia e sociedade brasileira.* São Paulo: Editora 34; 2002. p.195-224.
- Sabroza AR, Leal MC, Souza Jr PR, Gama SGN. Algumas repercussões emocionais negativas da gravidez precoce em adolescentes do município do Rio de Janeiro (1999-2001). *Cad Saúde Pública.* 2004a; 20 supl.1:S130-7.
- Sabroza AR, Leal MC, Gama SGN, Costa JJV. Perfil sócio demográfico e psicossocial de puérperas adolescentes do município do Rio de Janeiro, Brasil – 1999-2001. *Cad Saúde Pública.* 2004b; 20 supl.1:S112-20.

- Sandefur GD, Wells T. Does family structure really influence educational attainment? *Soc Sci Res.*1998; 28:331-57.
- Silva NV, Hasenbalg C. Recursos familiares e transições educacionais. *Cad Saúde Pública.* 2002; 18 supl.:67-76.
- Simões VMF, Silva AAM, Bettiol H, Lamy-Filho F, Tonial SR, Mochel, EG. Características da gravidez na adolescência em São Luiz, Maranhão. *Rev Saúde Pública.* 2003; 37(5):559-65.
- Singh S. Adolescent childbearing in developing countries: a global review. (Adolescent reproductive behavior in the developing world). *Stud Fam Plann.*1998; 29(2):117-37.
- Soares S. Aprendizado e seleção: uma análise da evolução educacional brasileira de acordo com uma perspectiva de ciclo de vida. Texto para Discussão nº 1185. Brasília: IPEA, 2006. 44p.
- Souza MMC. A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social. Seminário Gravidez na Adolescência. 30-31 jul. 1998; Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Associação Saúde da Família. 1998. p.74-91.
- Sposito, M.P. A sociabilidade juvenil e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade. *Tempo Social, Rev Sociol da USP.* 1993; 5(1-2):161-78 (editado em nov. 1994).
- STATA CORP. Stata Statistical Software: release 8.0: survey data. College Station, TX: Stata Corporation, 2003.101p.
- Stern C. El enbarazo en la adolescencia como problema público: uma visión crítica. *Salud Publica Mex.* 1997 mar/abr; 39(2):137-143.
- Stern C, García E. Hacia un nuevo enfoque en el campo del embarazo adolescente. Reflexiones: Sexualidade salud y reproducción. n. 13. México, DF.: Programa Salud Reproductiva y Sociedad/El Colegio de México. 1999.
- Stern C, Medina G. Adolescencia y salud en México. In: Oliveira MC, (Org.). *Cultura, Adolescência e Saúde: Argentina, Brasil, México.* Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina (CEDES/COLMEX/NEPO/UNICAMP); 2000. p.98-160.
- Stevenson W, Maton KI, Teti DM. School importance and dropout among pregnant adolescents. *J Adolesc Health.* 1998; 22:376-82.
- Vinovskis MA. Historical perspectives on adolescent pregnancy and education in the United States. *Hist Fam.* 2003;8:399-421.
- World Health Organization. *Young People's Health: a challenge do society.* Report of a WHO Study Group on Young People and Health for all by the year 2000. WHO, Technical Report Series, 731, Geneva, 1986.

Zech W, Bjelic-Radicic V, Haas J, Greimel E. Impact of adolescent pregnancy on the future life of young mothers in terms of social, familial and educational changes. *J Adolesc Health*. 2007; 41:380-8.

10 ANEXOS

ANEXO I - VARIÁVEIS SELECIONADAS PARA O ESTUDO

<i>Variável</i>	<i>Definição</i>	<i>Nível de mensuração</i>
SEXO	Sexo do/a entrevistado/a	1 – Masculino 2 – Feminino
CENTRO	Cidade do entrevistado	1 – Porto Alegre 2 – Rio de Janeiro 3 – Salvador
GETAR2	Grupo etário do/a entrevistado/a na data de referência (31/07/2001)	1 – 18 a 19 anos 2 – 20 a 24 anos
REND_CAT	Renda familiar per capita	1 – até R\$ 90,00 2 – de R\$ 91 a 180,00 3 – de R\$ 181 a 540,00 4 – R\$ 541,00 e mais
RAÇA	Cor ou raça definida pelo entrevistado	1 – Branca 2 – Parda 3 – Preta 4 – Amarela (de origem asiática) 5 – Indígena
A18	Escolaridade da mãe do/a entrevistado/a	– Nunca frequentou a escola 2 – 1º grau incompleto 3 – 1º grau completo 4 – 2º grau completo 5 – 2º grau completo 6 – Superior incompleto 7 – Superior completo 8 – Pós-graduação 77 – Não sabe/não lembra
A20	Pais vivem/viviam juntos	1 – Sim 2 – Nunca viveram juntos 3 – não, estão/estavam separados 4 – não conheceu os pais 5 – Outro
A24	Número de irmãos/ãs (A24h+A24m)	1 – nenhum 2 – 1 a 2 3 – 3 a 5 4 – 6 e mais
A25	Com quem morou a maior parte do tempo entre os 15 e 18 anos	1 – com ambos os pais 2 – com o pai 3 – com a mãe 4 – com o pai e a parceira dele 5 – com a mãe e o parceiro dela 6 – com o/a avô/avó 7 – com o marido/companheiro 8 – outra situação 77 – não sabe/não lembra
A26	Entre os 15 e 18 anos, como participava das tarefas domésticas	1 – principal responsável 2 – dividindo igualmente as tarefas com outros 3 – ajudando nas tarefas 4 – não tinha nenhuma obrigação
A33	Situação conjugal atual (mais D55)	1 – unido 2 – separado 3 – solteiro
A35	Idade da mãe quando teve o primeiro filho	
A36	Algum irmão teve filho antes dos 20 anos	1 – Sim 2 – Não

B1	Frequenta a escola atualmente	1 - Sim, rede particular 2 - Sim, rede pública 3 - Não, frequentou e interrompeu 4 - Não, já concluiu os estudos 5 - Nunca frequentou
B2	Com que idade parou os estudos	
B3	Última série ou semestre que concluiu com aprovação	1 - Alfabetização 2 - 1º grau. Série: 3 - 2º grau Série: 4 - Graduação. Semestre: 5 - Mestrado/doutorado. Semestre: 6 - Nenhum
B1B3anos	Anos de estudo	
B4	Com que idade entrou na 1ª série	
B5	Que idade tinha quando concluiu	4ª Série 1º grau (8ª série) 2º grau (3ª série) Curso superior
DEFASA1	Defasagem idade/série	1 - Sim 2 - Não
DEFASA2	Anos de defasagem idade/série	
B6	Já repetiu o ano alguma vez	1- Sim 2- Não - Número de vezes
B7	Precisou interromper os estudos por um ano ou mais	1 - Sim 2 - Não - Número de vezes
B9	Motivo por que interrompeu os estudos	1 - Ficou grávida 2 - Tinha que cuidar do/s filho/s 3 - Tinha que tomar conta da casa e/ou irmãos 4 - Precisava trabalhar 5 - Não gostava da escola/de estudar 6 - Por falta de dinheiro para frequentar a escola 7 - porque o/a patrão/patroa não deixava 8 - Morte ou separação dos pais 9 - Porque concluiu os estudos 10 - Doença 11 - Outro motivo
MOB_ESC	Mobilidade escolar mãe/entrevistado(a)	1 - mãe 1ºg inc/ego 1ºg incompleto 2 - mãe 1ºg inc/ego 1ºg completo 3 - mãe 1ºg inc/ego 2ºg ou superior 4 - mãe 1ºg compl/ego 1ºg inc 5 - mãe 1ºg compl/ego 1ºg compl 6 - mãe 1ºg compl/ego 2ºg ou sup 7 - mãe 2ºg ou sup/ego 1ºg inc 8 - mãe 2ºg ou sup/ego 1ºg comp 9 - mãe 2ºg ou sup/ego 2ºr ou sup
B10	Está trabalhando atualmente	1 - Sim 2 - Não
B16	Idade que tinha quando teve a primeira atividade com algum rendimento	
B17	Começar trabalhar interferiu nos estudos	1 - Não continuou estudando 2 - Não, já tinha parado de estudar 3 - Sim, teve que parar de estudar 4 - Sim, teve de mudar de turno 5 - Sim, era estagiária e precisou voltar a estudar 6 - Outro motivo

B18	Idade que teve o primeiro trabalho remunerado por mais de 3 meses	
C2	Conversa com a mãe sobre menstruação	1 – Sim, antes da primeira menstruação 2 – Sim, só depois da primeira menstruação 3 – Não, nunca conversou
C3escola	Obteve as primeiras informações sobre relação sexual com professores/escola	1 – Sim 2 – Não
C4escola	Obteve as primeiras informações sobre gravidez/meios para evitar filho/s com professores/escola	1 – Sim 2 – Não
C4pai	Obteve as primeiras informações sobre gravidez/meios para evitar filho/s com o pai	1 – Sim 2 – Não
C4mae	Obteve as primeiras informações sobre gravidez/meios para evitar filho/s com a mãe	1 – Sim 2 – Não
C5escola	Obteve as primeiras informações sobre DST/AIDS com professores/escola	1 – Sim 2 – Não
C14	Já teve relações sexuais alguma vez	1 – Sim 2 – Não 6 – Recusou-se a responder
C22	Que idade tinha na primeira relação sexual	
C23	Estava estudando na época da primeira relação sexual	1 – Sim 2 – Não 7 – Não sabe 8 – NSA
C29	Parceiro/a da iniciação sexual estudava na época	1 – Sim 2 – Não 7 – Não sabe 8 – NSA
C30	Curso que o/a parceiro/a da iniciação sexual frequentava	1 – Alfabetização 2 – 1º grau – regular 3 – 1º grau – supletivo/aceleração 4 – 2º grau – regular 5 – 2º grau – supletivo/aceleração 6 – Pré-vestibular 7 – Superior – graduação 8 – Pós-graduação 9 – Outro 77 – Não sabe
C46	Tomaram algum cuidado para evita gravidez na IS	1 – Sim 2 – Não
F5	Já esteve grávida/engravidou alguém	1 – Sim 2 – Nunca 3 – É a primeira vez 6 – Recusou-se a responder
GA15	Grupo etário na primeira gravidez	1 – até 15 anos 2 – 16 anos e mais
GA18	Grupo etário na primeira gravidez	1 – até 18 anos 2 – 19 anos e mais
GA20	Grupo etário na primeira gravidez	1 – até 19 anos 2 – 20 anos e mais
GRAVFIM	Resultado da primeira gravidez	1 – Filho 2 – Aborto

ANEXO II

School trajectory and teenage pregnancy in three Brazilian state capitals

Trajectoria escolar e gravidez na adolescência entre jovens de três capitais brasileiras

Maria da Conceição C. Almeida¹

Estela M. L. Aquino¹

Antoniél Pinheiro de Barros¹

Abstract

This paper describes the relationship between school trajectory and incidence of teenage pregnancy. A cross-sectional residence-based questionnaire was applied, interviewing 4,634 youth ages 18 to 24 years, selected through a stratified three-stage sample. For the present study, young people ages 20 to 24 years (65.6%) were chosen, with teenage pregnancy rates of 29.5% for females and 21.4% for males (in relation to their partners). Sexual debut was reported by 87% of women and 95.3% of men. The majority of young people reported irregular school trajectory, with 39% enrolled in school at the time of the study. Nearly half of those who had interrupted their studies at least once reported a teenage pregnancy. The main reasons for interrupting their studies were pregnancy and children for women and work for men. School dropout due to teenage pregnancy was mentioned by 40.1% of women for whom the outcome of pregnancy was a child. However, 20.5% had already dropped out of school before becoming pregnant.

Pregnancy in Adolescence; Educational Status; Gender Identity; Sexuality

Introduction

Teenage pregnancy has been described as a social and public health problem that merits special attention in policies targeting this age group. In a literature survey covering the 1990s, pregnancy appears as the second most frequent issue in studies on adolescence in Brazil, next only to sexuality¹.

The visibility of teenage pregnancy is attributed especially to the decline in the total fertility rate, which since 1980 has dropped progressively in all regions of Brazil, particularly due to the use of contraceptive methods and recourse to abortion^{2,3}. However, most of this decline is from women in the 25-30-year bracket, with only minor increases or decreases recorded in the 15-19-year bracket^{3,4}.

Adolescent fertility is commonly considered "early" on the grounds that gestation during this period anticipates the "socially institutionalized movements for reproduction, thereby entailing a number of unwanted results for the woman and children"⁵ (p. 110). However, the debate in the socio-anthropological field highlights that expectations related to age can change socially and historically, and that for a long time the 14-18-year period was considered the ideal time for women to bear children⁶. Currently, women and especially young women are expected to focus on their studies and prepare themselves for better future entry into the work

¹ Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Salvador, Brasil.

Correspondence

M. C. C. Almeida
MUSA – Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde, Instituto de Saúde Coletiva, Universidade Federal da Bahia, Rua Basílio da Gama s/n, Campus Universitário Canela, Salvador, BA 40110-040, Brasil.
musa@ufba.br
mcca@ufba.br

market, so that age at entry into childbearing life is preferably postponed. From this perspective, teenage pregnancy is generally held responsible for school dropout and thus for the loss of better employment opportunities ⁴.

Gupta & Leite ⁴ analyzed the results of demographic surveys in Northeast Brazil in 1986, 1991, and 1996 and concluded that 15-19-year-old girls with low educational levels consistently showed at least twice the probability of having a child as compared to those with more schooling. Education was also heavily associated with postponing the birth of the first child among adolescent girls in the Northeast. During the three years studied (1986, 1981, and 1996), even controlling for age and other economic and cultural characteristics, the impact of educational level remained: adolescents with four years of schooling or less had at least twice the probability of having a child before reaching 20, as compared to those with at least five years of schooling ⁴.

Souza ⁷, analyzing Brazilian data from the survey by the Family Welfare in Brazil (BEMFAM – Bem-Estar Familiar no Brasil) in 1996 ⁸, showed that 51% of 15-19-year-old girls with no schooling were already mothers, and that 13% of 15-24-year-old women reported ever having dropped out of school because of marriage, pregnancy, or childcare. According to the author ⁷ (p. 78) one can “*raise the hypothesis that there is a two-way causality in the relationship between motherhood and education*”, contending that it is difficult to determine to what extent lower educational level causes higher fertility, and that the drop in fertility as women’s educational level increases “*may merely express the effect of other variables positively related to education that are actually the direct determinants of fertility*” ⁷ (p. 78).

In the reviewed articles there is an evident correlation between the events, without an investigation into the order in which they occurred. Stern & García ⁹ call attention to the fact that for many adolescents, especially in underdeveloped countries, pregnancy occurs after dropping out of school, thus justifying studies to adequately analyze this temporal relationship. One should emphasize the lack of analyses comparing adolescents from different social strata, which could identify important elements for the discussion on the relationship between adolescent childbearing and the perpetuation of poverty. In addition, knowledge on the issue also lacks the perspective of male partners and the relationship between adolescent fatherhood and the boys’ school trajectory.

The current article is part of the output from the research project entitled *Teenage Pregnancy: A Multi-center Study on Youth, Sexuality, and Reproduction in Brazil* (GRAVAD Research Project), in three Brazilian State capitals: Salvador, Rio de Janeiro, and Porto Alegre. The basic premise is that adolescence is a transition from childhood to adulthood in which the individual is progressively emancipated from control by the family and school ¹⁰. It is intended to describe the relationship between school trajectory characteristics for young men and women and the occurrence of teenage pregnancy (in the girls themselves or in the female partners of the boys), with an exploratory focus on the alleged reasons and the time at which school dropout occurs.

Methodology

The study population in the GRAVAD Research Project consists of young males and females from the three cities, ranging from 18 to 24 years of age at the time of the survey. The selection used a three-stage stratified probabilistic sample, thus ensuring that it is representative of the overall population in the target age group. The sample size of 1,500 interviews per city was calculated on the basis of existing estimates of history of pregnancy in women at 18 and 19 years, corresponding respectively to 25.3% and 34.8% in 1996 ⁸.

In order to guarantee adequate geographic dispersion, during the first stage a stratified random sample of census tracts was selected, previously grouped in five strata according to mean income and head-of-family’s schooling. During the second stage, based on a list of households produced to identify those with youth in the target age bracket, 33 households from each census tract were selected randomly, considering a loss rate of approximately 20%. During the third stage, a young person was selected among the eligible residents in the selected household, using as the criterion the individual whose birthday (month and day) was the first of the year (when the birthdays coincided, first-name alphabetical order was used as the runoff criterion).

Data were produced using face-to-face interviews with a previously tested questionnaire that reconstructed the individuals’ school, job, and affective/sexual histories. The vast majority of the interviewees, male and female, were students and/or professionals from the human sciences and with similar ages to those of the interviewees, which facilitated their interaction.

All questionnaires were reviewed by the supervisory team. A 20% sample was also selected for reviewing specific questions (by telephone or returning to the household), thus ensuring the survey's quality.

The database was constructed by double keying-in, using Epi Info version 6.04b (Centers for Disease Control and Prevention, Atlanta, USA). Due to the sampling plan's complexity, the analysis used Stata version 8 (Stata Corporation, College Station, USA), which allowed incorporating the effect of the sample design and the relative weights for each unit, obtaining estimates with reliable parameters. Weights were calculated based on the unit selection probabilities in each stage.

Decentering the 10-19-year age bracket (usually defined as adolescence^{11,12}) to constitute the study population allowed recalling a pregnancy that had occurred in a previous period but that was sufficiently close to be remembered. However, for analytical purposes, teenage pregnancy was defined as that occurring in females less than 20 years of age, in order to allow comparison with other studies. The choice was made to analyze only the data pertaining to interviewees 20 to 24 years of age, excluding those less than 20 years old, who could still experience a pregnancy in this age bracket. In addition, to analyze the school histories, all young people in this age bracket must have concluded at least middle school, which together with preschool and elementary education comprise the basic level of schooling in Brazil according to the *National Law on Educational Guidelines and Foundations* (LDB)¹³.

As for the pregnancy outcome, the study excluded youth who reported spontaneous abortion and those who were pregnant (or whose partners were pregnant, in the case of males) at the time of the interview. Different cutoff points were used for age at sexual debut for girls and boys, due to the previously observed differences for this phenomenon in females and males.

The selected questions related to socio-demographic information, affective and sexual history, childbearing history, and school trajectory and were used to construct indicators on age-grade lag, repetition, and dropout.

The age-grade lag indicator was defined as: $[Lag = (age) - (years of school) - (7)]$ ¹⁰. This indicator was further split into four others of the yes/no type, according to different cutoff points in school trajectory: enrollment, completion of the 4th grade, completion of the 8th grade, and completion of secondary school. Finally, the study created a summary indicator for the lag at any of these specific moments.

Based on the information concerning the number of temporary dropouts and repetitions, the variables were reclassified as yes or no. The indicators for age-grade lag, repetition, and temporary dropout produced eight types of school trajectory. In this study, trajectory was defined according to its "*objective dimension*"¹⁴ (p. 5) as the "*series of social positions occupied over the course of one's life, measured by statistical categories and condensed in a general trend*"¹⁴ (p. 5). School histories were thus summarized in an indicator with three categories: irregular with temporary dropout, irregular without temporary dropout, and regular.

Dropout was defined as interrupting one's studies at any time before having completed secondary school. An indicator was created which reflects the relationship between the timing of pregnancy and that of school dropout, classified as: (a) dropout before pregnancy: age at pregnancy greater than age at dropout; (b) dropout at the time of or after pregnancy: age at pregnancy less than or equal to age at dropout; and (c) non-dropout (even having become pregnant).

As for the analytical procedures, univariate and bivariate analyses were used first to describe the selected variables through simple frequency distributions and cross-analyses in order to characterize the study population. Differences between proportions were tested for statistical significance using Pearson's χ^2 , with second-order correction according to Rao & Scott at the 5% level.

All of the ethical procedures were reviewed and approved by the Research Ethics Committees of the respective universities. An Informed Consent Form was read to each interviewee before the questionnaire was applied and signed at the end. The study protocol also ensured the interview's privacy, without the presence of third parties older than four years.

Results

Study population

A total of 4,634 young women and men were interviewed, ranging from 18 to 24 years of age, of whom 3,042 (65.6%) were selected for this study, ranging from 20 to 24 years. Of these, 53.2% were women and 46.8% men. The proportion of young people who reported a pregnancy before 20 years of age was 29.5% (95%CI: 26.3-33.0) for women and 21.4% (95%CI: 18.3-24.9) for men in relation to their female partners.

At the time of the interview, 39% of the subjects were still in school, although the vast majority of both genders had irregular school histories, with or without temporary dropout (69.9% of the women and 76.3% of the men). Women had more regular school trajectories (30.1%) than men (19.8%). Salvador had the highest proportion of youth with irregular school histories (82.5% of females and 87.8% of males), contrasting with Porto Alegre, where 56.2% of the girls and 69.4% of the boys were in this situation. Rio de Janeiro occupied an intermediate position with 64.8% and 78.8%, respectively (data not shown).

Considering seven years as the basic legal age for enrollment in elementary school in Brazil¹⁰, 8.8% of girls and 15.5% of boys already entered elementary school with an age-grade lag. The lag increased by the time they completed the fourth and eighth grades, both for girls (27.3% and 38.5%, respectively) and boys (36.6% and 47.4%, respectively). However, the figures were slightly lower for completion of middle school (33% for girls and 42.2% for boys), even though they were still high (data not shown).

Social determinants of school trajectory

Before examining the relationship between progress in school and pregnancy, we will describe the different youth profiles according to type of educational attainment. The latter was inversely proportional to monthly per capita family income, i.e., those with lower income were overrepresented in the groups with irregular school records (with temporary dropout), and even more so among those with irregular records that included temporary dropout (Table 1). Likewise, both girls and boys whose mothers had incomplete elementary schooling were more prone to interrupting their schooling. Inversely, when mothers had completed secondary or university education, the youth tended to have more regular school trajectory.

Black students of both genders were underrepresented in the group with regular school trajectory (16.1% of girls and 8.4% of boys), contrasting with white girls and boys, who tended to have more regular trajectory (62.8% and 67.3%). Worthy of note is that females who were working at the time of the interview tended to have more regular trajectory (63.6%) as compared to those who were not working, the majority of whom had interrupted their studies (54.5%). On the other hand, those in the 15-18-year bracket with greater responsibility for housework were less represented in the group with regular school trajectory (7.2%, as shown

in Table 1). Interestingly, for boys, paid work outside of the home and household work were not associated with regular school attainment.

School trajectory and sexuality

The GRAVAD Research Project focused on understanding the phenomena of youth pregnancy and parenthood, and young people were thus interviewed concerning their life histories in relation to socialization and sexual debut. Having received their first information on pregnancy and contraception from the mother was more frequent in girls with regular school trajectory (59.1%, see Table 2). The school also appears as an important source of information among girls and is less frequently cited by those with irregular school progress, especially those with a history of dropout. Boys showed a similar gradient in this relationship (Table 2).

Considering the experience of "making out" (*ficar*, in Portuguese) and dating (*namorar*) as milestones in the passage to adult sex life, according to the current study, the age when girls began their first steady dating was not associated with the type of progress in school, as it was for men. Those with the most regular school trajectory were those who reported never having dated steadily or who began steady dating at a later age (Table 2).

The vast majority of youth were already sexually experienced at the time of the interview (87% of girls and 95.3% of boys). As a whole, boys had their sexual debut earlier than girls. For both genders, irregular school trajectory was associated with earlier sexual debut (Table 2).

Use of contraceptive methods during first sexual relations was significantly more frequent among both males and females with regular school trajectory (Table 2).

School trajectory and dropout in relation to pregnancy

Nearly half of the youth who had interrupted their studies reported at least one reproductive episode during adolescence, a much higher proportion than those with regular school trajectory or even as compared to those who had repeated grades but stayed in school. Among boys with regular school trajectory, the pregnancy rate with their partners is practically negligible (Figure 1).

The majority of youth with a history of teenage pregnancy reported only one episode (57.7% of girls and 63.5% of boys). The outcome of the first pregnancy was associated with the type of school trajectory: 83.1% of youth with

Table 1

Distribution of youth 20 to 24 years of age by type of school trajectory, socio-demographic characteristics, and gender, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Brazil.

Socio-demographic characteristics	Type of school trajectory						Total	p-value
	Irregular with temporary dropout		Irregular without temporary dropout		Regular			
	n	%	n	%	n	%		
Females								
Monthly per capita family income (R\$)*	462		461		425		1,348	0.0000
≤ 90.00		24.0		14.0		5.3		15.0
91.00-180.00		27.2		21.1		9.5		19.8
181.00-540.00		35.5		43.3		33.1		34.4
> 540.00		13.2		21.6		52.1		27.7
Mother's schooling	434		448		425		1,307	0.0000
Incomplete elementary		58.7		44.6		20.7		42.1
Complete elementary		19.4		22.0		15.3		19.0
Complete or incomplete secondary/University		21.9		33.4		64.0		38.9
Color/Race**	413		427		402		1,242	0.0000
White		36.4		47.4		62.8		48.5
Brown (mixed-race)		27.4		24.6		21.1		24.5
Black		36.2		28.0		16.1		27.0
Currently working	462		461		425		1,348	0.0256
Yes		50.9		54.5		63.6		55.9
No		49.1		45.5		36.4		44.1
Participation in housework (15 to 18 years)	457		461		424		1,342	0.0000
Principal person in charge		21.2		10.6		7.2		13.5
Shares equally with others		29.1		26.3		15.6		24.1
Helps out		37.2		46.1		52.6		44.8
No housework obligations		12.5		17.0		24.6		17.6
Males								
Monthly per capita family income (R\$)*	457		433		277		1,167	0.0000
≤ 90.00		19.4		9.5		0.7		12.4
91.00-180.00		25.3		16.0		2.6		17.6
181.00-540.00		40.2		43.8		40.2		41.4
> 540.00		15.1		30.7		56.5		28.6
Mother's schooling	422		410		276		1,108	0.0000
Incomplete elementary		57.2		35.2		16.9		41.3
Complete elementary		19.6		21.3		10.0		18.2
Complete or incomplete secondary/university		23.2		43.5		73.1		40.5
Color/Race***	410		401		270		1,081	0.0000
White		40.2		50.7		67.3		49.3
Brown (mixed-race)		29.1		24.9		24.3		26.7
Black		30.7		24.4		8.4		24.0
Currently working	457		432		277		1,166	0.4729
Yes		68.8		66.6		60.9		66.5
No		31.2		33.4		39.1		33.5
Participation in housework (15 to 18 years)	454		433		277		1,164	0.4380
Principal person in charge		5.7		2.9		2.4		4.1
Shares equally with others		15.8		15.8		17.9		15.2
Helps out		51.8		48.0		47.4		49.6
No housework obligations		26.7		33.3		32.3		30.1

* Categories defined on the basis of the prevailing nationwide minimum wage (R\$180.00);

** Excludes 1.8% and 6.6% of the females who self-identified as yellow (Asian) and indigenous, respectively;

*** Excludes 0.8% e 7.1% of the males who self-identified as yellow (Asian) and indigenous, respectively.

Source: GRAVAD Research Project, 2002.

Table 2

Distribution of youth 20 to 24 years of age by type of school trajectory, selected characteristics at sexual debut, and gender, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Brazil.

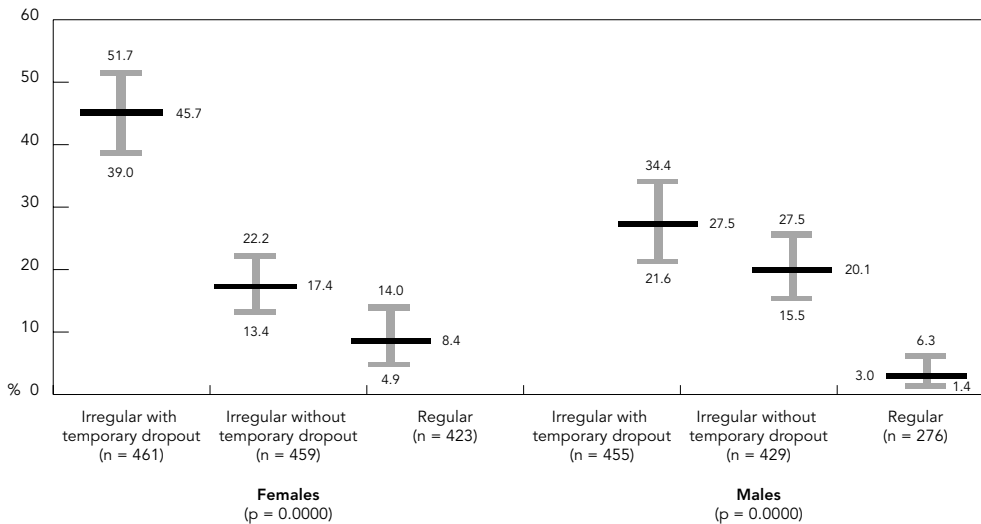
Sexual debut	Type of school trajectory						p-value		
	Irregular with temporary dropout		Irregular without temporary dropout		Regular			Total	
	n	%	n	%	n	%		n	%
Females									
First information on pregnancy and contraception	461		461		425		1,347		0.0000
From mother									
Yes		28.0		47.6		59.1		44.0	
No		72.0		52.4		40.9		56.0	
From school	461		461		425		1,347		0.0014
Yes		26.6		36.0		44.1		35.0	
No		73.4		64.0		55.9		65.0	
Age at first dating (years)	461		460		425		1,346		0.0794
≤ 13		32.3		33.4		26.4		30.9	
14-15		42.4		38.9		35.9		39.3	
≥ 16		24.5		25.4		35.2		28.0	
No dating or making out*		0.8		2.3		2.5		1.8	
Previous sexual experience	462		461		425		1,348		0.0026
Yes		92.7		84.5		82.9		87.0	
No		7.3		15.5		17.1		13.0	
Age at 1 st sexual relations (years)	433		385		354		1,172		0.0002
≤ 15		31.1		18.3		12.1		21.5	
16-17		32.2		34.2		28.5		31.8	
≥ 18		36.7		47.5		59.4		46.7	
Use of contraceptive method, 1 st sexual relations	431		383		353		1,167		0.0000
Yes		59.8		70.8		82.6		69.9	
No		40.2		29.2		17.4		30.1	
Males									
First information on pregnancy and contraception	456		433		276		1,165		0.0123
From mother									
Yes		36.7		34.4		52.0		38.9	
No		63.3		65.6		48.0		61.1	
From school	456		433		276		1,165		0.0025
Yes		24.3		37.3		39.1		31.6	
No		75.7		62.7		60.9		68.4	
Age at first dating (years)	455		431		276		1,162		0.0011
≤ 13		40.7		35.0		23.8		35.4	
14-15		34.3		35.3		27.7		33.3	
≥ 16		22.4		28.7		43.8		28.8	
No dating or making out*		2.6		1.0		4.7		2.5	
Previous sexual experience	455		432		277		1,164		0.4593
Yes		96.7		94.1		94.5		95.3	
No		3.3		5.9		5.5		4.7	
Age at 1 st sexual relations (years)	442		411		263		1,116		0.0117
≤ 15		32.4		24.5		14.7		26.3	
16-17		31.7		44.3		44.7		38.4	
≥ 18		35.9		31.2		40.6		35.3	
Use of contraceptive method, 1 st sexual relations	435		412		259		1,106		0.0009
Yes		61.5		65.2		82.0			
No		38.5		34.8		18.0			

Source: GRAVAD Research Project, 2002.

* Relation without commitment including sex or not.

Figure 1

Proportion and 95% confidence interval (95%CI) of youth 20 to 24 years old who reported at least one pregnancy during adolescence, according to type of school trajectory and gender. Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Brazil.



Source: GRAVAD Research Project, 2002.

irregular school records ended up with a child, while among those with regular school trajectory this proportion dropped to 58.7% ($\chi^2 = 7.40$, $df = 1$; $p = 0.0074$), while the others opted for induced abortion (data not shown).

Among females, pregnancy before the age of 20 was inversely related to schooling, with a clear gradient, varying from 64.7% in those with incomplete elementary school to 4.9% in those with a university education. The same trend was true for males, but with a smaller difference between the strata (Table 3).

Repetition and temporary dropout are frequent events in the school history of males and females, and both show a direct association with pregnancy before 20 years of age. The pregnancy rate is higher among those with age-grade lag, but this is also true when the lag already existed upon entering elementary school.

The proportion of teenage pregnancy is clearly higher among temporary dropouts, especially girls (60.1%). What distinguishes males from females is the fact that pregnancy and children were identified by girls as the main reason for the last interruption in the studies (among those reporting any reproductive episodes). In contrast, work is cited by males in general and females with a history of preg-

nancy as the principal reason for dropping out of school (Figure 2).

When analyzing the relationship between school dropout and teenage pregnancy, the sequence in which the events takes place must be considered. Among low-income adolescents, a higher proportion dropped out during or after pregnancy, which is also true among boys who got their partners pregnant during adolescence (Table 4). Another social indicator (mother's schooling) was also associated with school dropout and teenage pregnancy only in girls; however, it is worthy of note that 75.5% of girls whose mothers had complete secondary or university education did not drop out of school despite becoming pregnant (Table 4).

Working at the time of pregnancy (more frequent among boys) was associated with school dropout, especially when they dropped out before the first reproductive episode. Marital status only influenced this situation for females. The proportion of youth who did not drop out of school despite pregnancy was higher among girls who were not married at the time and who remained unmarried. Interestingly, among girls who married at the time of the pregnancy or the interview, some 40% dropped out of school during or after pregnancy (Table 4).

Table 3

Pregnancy proportion before 20 years of age and 95% confidence interval (95%CI), according to school indicators and gender in youth 20 to 24 years of age, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Brazil.

School indicators	Pregnancy before the age of 20					
	Females			Males*		
	n	%	95%CI	n	%	95%CI
Overall proportion	1,612	29.5	26.3-33.0	1,414	21.4	18.3-24.9
Current school attainment						
Incomplete elementary	300	64.7	55.8-72.5	304	37.7	28.3-48.1
Complete elementary	298	42.9	35.8-50.4	307	26.1	19.5-33.8
Complete secondary	511	21.3	16.9-26.5	413	14.3	10.1-19.9
Incomplete or complete university	479	4.9	2.9-8.0	364	7.2	4.4-11.7
Any repetition						
Yes	918	35.3	30.9-40.0	933	25.3	21.3-29.8
No	675	21.5	17.7-25.3	469	13.0	8.6-19.1
Dropped out of school						
Never dropped out	946	14.4	11.9-17.2	767	13.3	10.4-16.9
Dropped out and later reenrolled	292	35.8	28.4-44.1	257	18.3	12.7-25.5
Dropped out and did not reenroll	360	61.4	53.6-68.6	386	36.2	28.3-44.8
Overall age-grade lag						
Yes	723	36.4	31.7-41.3	738	26.5	22.3-31.2
No	630	10.3	7.3-14.4	432	5.3	3.3-8.4
Age-grade lag upon enrolling in elementary school						
Yes	137	45.5	35.7-55.8	146	36.7	25.2-49.9
No	1,340	26.4	22.7-30.4	1,130	19.2	16.1-22.7
School attendance**						
Completed elementary school	520	20.3	16.4-24.8	364	16.4	11.9-22.1
Attending public/Private school	670	16.8	13.1-21.4	603	11.9	8.9-15.7
Dropped out	415	60.1	52.9-66.8	447	35.4	28.2-43.3

* Got a partner pregnant at least once before the age of 20;

**Six young people who had never attended school were excluded.

Source: GRAVAD Research Project, 2002.

Pregnancy outcome was only statistically associated with school dropout for girls. Among those whose pregnancy resulted in the birth of a child, 40.1% dropped out of school at this time, but another 20.6% had already dropped out before giving birth. On the other hand, of those who opted for induced abortion, 84.3% remained in school.

Discussion

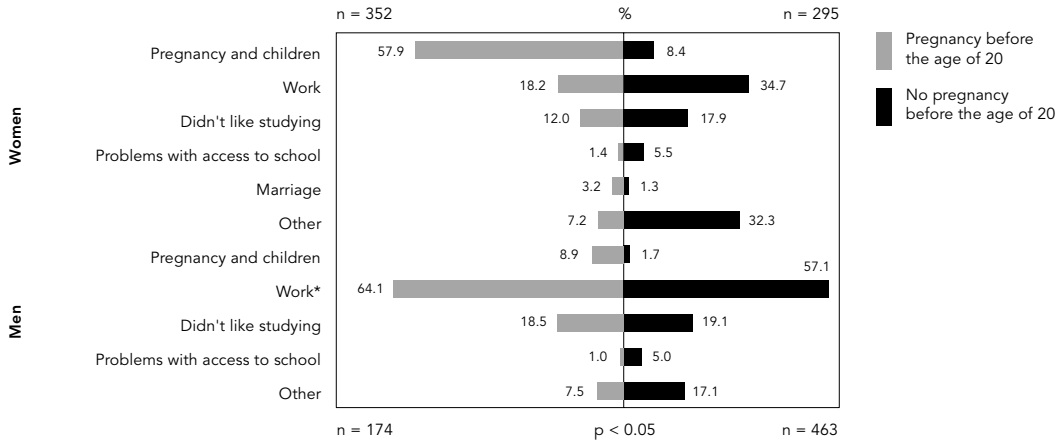
Before discussing the results, some methodological aspects should be examined to contextualize the study's limits and possibilities. The

data are from a study with a representative sample of girls and boys from three cities located in different regions of Brazil. The fact that it included males helps give visibility to adolescent fatherhood and its relationship to school indicators. The percentage of losses in this study (14.8%) is considered relatively low for this type of study. In addition, the losses resulted mainly from difficult access to households in unsafe areas and absence of the selected youth after four visits to the household, while the percentage of refusals was negligible.

Since this was a cross-sectional study, the possibility of a recall bias should be discussed when analyzing past facts. Still, one may sup-

Figure 2

Proportional distribution of youth 20 to 24 years old according to reason for last interruption of studies and adolescent pregnancy, by gender. Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Brazil.



Source: GRAVAD Research Project, 2002.
 * Including military service.

pose that major recall problems did not occur, due to the importance of the target events: pregnancy and key events in school trajectories. In addition, the research subjects who are still quite young are at the beginning of their reproductive careers, and the few events that occurred took the time that close to the interview took place. Furthermore, characteristics of the research instrument with the inclusion of questions on the occurrence of pregnancy and its outcome at different moments in the questionnaire allow comparing the answers. However, intentional errors may have occurred, especially related to reported pregnancy and abortion. The fact that abortion is both illegal and morally censured in Brazil may have favored non-reporting of a pregnancy with this outcome, especially by girls¹⁵. Boys would supposedly have less difficulty in declaring an abortion, since pregnancy is external to them, even though precisely for this reason their information on their partners' pregnancy tends to be less precise and more inconsistent.

The choice to characterize school trajectories using school temporary dropout as the main marker was due to the fact that in the stratified analysis, age-grade lag appears as a mass phenomenon, and temporary dropout was the characteristic that most clearly distinguished the subgroups of youth.

By seeking to reconstruct the order of the events over time, the idea was to fill a gap in the literature. However, due to the study's cross-cutting design, one cannot completely guarantee the information's reliability as to the order in which the target events occurred. We believe that the information reported by the youth is reasonably credible, but this should be confirmed through longitudinal studies.

The results of this study indicate that young people with lower monthly per capita family income, blacks, and those whose mothers have less schooling are overrepresented in terms of their own irregular school trajectory, confirming the widespread striking social inequalities in Brazil. Such information lends visibility to processes affecting this youth segment and their limited possibilities for completing primary education. This is the prevailing reality for significant contingents of youth in the Brazilian school system, whereby schooling rates among 18-24-year-olds decreases in proportion to declining monthly per capita family income¹⁶.

Although data from the last population census indicate that the 20-24-year group shows the largest increase in school enrollment, from 18.3% in 1993 to 26.8% in 2003¹⁶, there was a delay in school turnover as shown by the high proportion of age-grade lag and of young people still attending elementary school. Part of

Table 4

School dropout in youth 20 to 24 years of age who reported pregnancy during adolescence, according to selected characteristics, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Salvador, Brazil.

Characteristics	School dropout in relation to timing of pregnancy in adolescence				p-value
	Did not drop out n	%	Before %	During or after %	
Females					
Overall proportion	488	46.6	16.7	36.7	
Monthly per capita family income (R\$)					0.0001
≤ 180.00	304	36.1	19.3	44.6	
≥ 180.00	184	62.6	12.7	24.7	
Mother's schooling					0.0034
Incomplete elementary	287	40.6	15.6	43.8	
Complete elementary	80	53.2	14.4	32.6	
Secondary/University	82	75.5	6.2	17.7	
Working during pregnancy*					0.0198
No	240	47.4	11.4	41.2	
Yes	247	45.8	22.6	31.6	
Marital status					0.0004
During pregnancy					
Marital union	131	30.5	29.2	40.3	
No marital union	357	51.6	12.8	35.6	
Current					0.0034
Marital union	294	36.8	20.5	42.7	
No marital union	194	58.2	12.1	29.7	
Pregnancy outcome					0.0000
Child	383	39.3	20.6	40.1	
Induced abortion	65	84.3	2.3	13.4	
Males					
Overall proportion	269	41.5	18.1	40.4	
Monthly per capita family income (R\$)					0.0017
≤ 180.00	127	26.0	19.4	54.6	
≥ 180.00	142	58.8	16.7	24.5	
Mother's schooling					0.1699
Incomplete elementary	123	39.2	15.2	45.5	
Complete elementary	45	37.1	14.0	48.8	
Secondary/University	79	60.8	16.1	23.1	
Working during pregnancy*					0.0416
No	84	54.6	6.2	39.2	
Yes	182	36.9	22.4	40.7	
Marital status					0.4249
During pregnancy					
Marital union	16	21.3	19.4	59.3	
No marital union	252	44.0	17.2	38.8	
Current					0.2455
Marital union	89	32.5	16.5	51.0	
No marital union	180	47.3	19.1	33.6	
Pregnancy outcome					0.4341
Child	109	37.8	19.2	42.9	
Induced abortion	108	48.4	20.5	31.1	

* Includes 42 females and 28 males who started working during pregnancy.
Source: GRAVAD Research Project, 2002.

the school performance in this group could be explained by the relationship between school and work, which merits discussion here.

It has been pointed out that the need to work early in order to contribute to the family income or even to ensure one's own financial survival and independence leads youth to relegate their studies to a secondary level or even to drop out of school. Still, this happens differently between the genders and between socioeconomic classes; young people who drop out of school regardless of whether they are working are the ones with low scholastic performance¹⁷.

Boys generally start working earlier than girls, as confirmed by the current study's sample. However, participation in the work market was only associated with the type of school trajectory for girls, and even so, girls who already worked were the ones with the most regular school trajectories. This probably indicates the importance of schooling as a requisite for women's greater access to employment, thereby overcoming traditional gender inequalities in the work market. It also reflects the better family background and highlights that girls and boys from lower-income families face barriers that hinder their progress in "*upward, quality educational trajectory*"¹⁰ (p. 211). The responsibility for housework is still a negative factor for girls' trajectories, both scholastic and professional.

Gender inequalities become even more evident when one investigates the alleged reason for interrupting one's studies. As in other studies^{18,19}, pregnancy and children were the principal reasons cited by females for interrupting their studies. For males, work was the most important factor, although in some cases it may have been motivated by the need to assume responsibilities resulting from fatherhood. At any rate, a significant portion of young people drop out of school for other reasons, highlighting those related directly to access and remaining in school. In this case the differences between males and females are smaller, with similar dropout rates due to not enjoying studying (including those who claim they are discouraged by the school environment or by teacher) and problems with access to school.

The results show that youth with better school trajectory are more exposed to information on pregnancy and contraception in school, begin to date and have their sexual debut later, and are more likely to report use of contraceptive methods in their first sexual relations, highlighting the effect of schooling (but probably also of family background) on their sexual and reproductive decisions. Added to this is the fact that youth with more schooling are more

exposed to control by the family and the school itself, in addition to having more clear-cut plans for their social emancipation, thus tending to postpone the desire to have a child. In this study, the proportion of pregnancies ending in induced abortion was higher in the group that had not dropped out of school, which could indicate the mutual exclusion of plans for school and childbearing.

Youth of both genders with the highest rates of repetition, definitive school dropout, age-grade lag, and inability to complete elementary education were the ones who reported the highest under-20 pregnancy rates. In addition, young people who were already more than seven years old when they enrolled in elementary school, and who thus started school with a lag, also showed a higher proportion of teenage pregnancy. According to the literature on this issue^{8,22}, for youth living in poverty and with more limited chances of obtaining decent work, a pregnancy can provide social status involving greater respect and esteem from others, principally for adolescent girls, who often resort to it to confront family problems. On the other hand, girls from more privileged social strata, who are more pressured to finish their studies, tend to postpone plans to have a child. When they do become pregnant they tend to interrupt the pregnancy, and even when they have a child they are more likely to stick to their plans for social and family emancipation^{21,22}. This trend was corroborated by the present study, in which the majority of the girls who became pregnant during adolescence (and of the boys who got their partners pregnant) and whose mothers had complete secondary or university educations remained in school.

As described in other articles about the GRAVAD Research Project^{20,23}, in a major portion of the girls and boys with a history of pregnancy before 20, this event occurred within a context of an established affective relationship, including young couples who were already together before the pregnancy. In fact, among the girls with a history of a marital union at the time of the pregnancy or interview, some 40% dropped out of school either during or after the pregnancy, indicating that marriage and motherhood overshadowed their plans for school and work.

Still, one must exercise caution when inferring a direct and immediate relationship between teenage pregnancy and poverty. According to Stern & García⁹, the age at which pregnancy occurs can not be attributed to poverty; in all likelihood, the young person's social and family background, expressed as unequal op-

portunities, acts to expel the individual from school. Therefore, for a better understanding of the phenomenon, one must consider the social and historical context in which teenage pregnancy occurs ⁹.

The results of the current study allow one to conclude that for the majority of low-income youth, teenage pregnancy and especially motherhood/fatherhood result from complex social processes that also tend to expel them from school or at least not favor their school trajectories. It is thus up to the school system to deal with differences among young people, orienting youth about sexuality and contraception, but also encouraging them to remain in school. It is equally necessary to adopt policies targeting young people who are out of school in order to foster their return to the school setting,

offering alternatives for them to reconcile work and/or children. Health professionals known that with ideal nutritional and healthcare conditions, the risk of a pregnancy from 15 to 18 years of age is the same as that in higher age groups ⁹. The health sector should thus be prepared to help youth, and especially adolescents, with orientation on the choice and use of contraceptive methods, ensuring their regular distribution. It is necessary to include males in reproductive health care, integrating protection for unplanned pregnancy with STD prevention. Shelter and care are needed for cases of confirmed pregnancies, ensuring prenatal and childbirth care, but also humane quality care for young women and their partners when a pregnancy is interrupted.

Resumo

Este artigo descreve a relação entre características da trajetória escolar de jovens mulheres e homens, e a ocorrência da gravidez na adolescência. Trata-se de um inquérito domiciliar de corte transversal, que entrevistou 4.634 jovens com idade entre 18 e 24 anos, escolhidos por meio de uma amostra estratificada em três estágios. Para este estudo foram selecionados aqueles com idade de 20 a 24 anos (65,6%), sendo a proporção de gravidez na adolescência equivalente a 29,5% para as mulheres e 21,4% para os homens (quanto às suas parceiras). A iniciação sexual foi referida por 87% das moças e 95,3% dos rapazes. A maioria dos jovens apresentou trajetória escolar irregular, sendo que 39% permaneciam estudando na época. Quase metade das jovens que interrompeu os estudos pelo menos uma vez, relatou uma gravidez na adolescência. O motivo principal para interrupção dos estudos foi a gravidez e filhos para as mulheres e o trabalho para os homens. O abandono escolar na ocasião da gravidez na adolescência foi referido por 40,1% das moças cuja gravidez terminou em filho. Contudo, 20,5% já tinham evadido antes de engravidar.

Gravidez na Adolescência; Escolaridade; Identidade de Gênero; Sexualidade

Contributors

M. C. C. Almeida was the field supervisor in Salvador, Bahia, participated in the construction and management of the database, statistical analysis and interpretation of the results, and drafting of the article. E. M. L. Aquino collaborated in all stages of the study design and coordination, including data analysis and drafting of the article. A. P. Barros contributed in the elaboration of indicators and data processing and statistical analysis.

Acknowledgments

The study *Teenage Pregnancy: A Multi-center Study on Youth, Sexuality, and Reproduction in Brazil* (GRAVAD Research Project) was originally prepared by Maria Luiza Heilborn (Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brazil – IMS/UERJ), Michel Bozon (Institut National d'Études Démographiques, France – INED), Estela M. L. Aquino (Programa Integrado de Pesquisa e Cooperação Técnica em Gênero e Saúde/Universidade Federal da Bahia, Brazil – MUSA/UFBA), and Daniela Knauth (Núcleo de Antropologia do Corpo e Saúde/Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brazil – NUPACS/UFRGS). The study was carried out by three research centers, the Program on Gender, Sexuality, and Health (IMS/UERJ), the MUSA/UFBA, and the NUPACS/UFRGS. The main results of the survey have been published in the book *O Aprendizado da Sexualidade: Reprodução e Trajetórias Sociais de Jovens Brasileiros* (Rio de Janeiro: Garamond; 2006), which includes detailed information on the composition of the research team. The authors further acknowledge the financial support from the Ford Foundation (Fundação Ford), the Brazilian National Research Council (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), and the Coordinating Body for Training University Level Personnel (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior), through their research grant programs.

References

1. Calazans G. Cultura adolescente e saúde: perspectivas para a investigação. In: Oliveira MC, organizador. *Cultura, adolescência e saúde*: Argentina, Brasil, México. Campinas: Consórcio de Programas em Saúde Reprodutiva e Sexualidade na América Latina; 2000. p. 44-97.
2. Berquó ES. Brasil, um caso exemplar (anticoncepção e parto cirúrgicos) à espera de uma ação exemplar. *Estudos Feministas* 1993; 1:366-81.
3. Camarano AA, Araújo HE, Carneiro, IG. Tendências da fecundidade brasileira no século XX: uma visão regional. In: Giffin K, Costa SH, organizadores. *Questões da saúde reprodutiva*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 1999. p. 95-111.
4. Gupta N, Leite IC. Tendências e determinantes da fecundidade entre adolescentes no Nordeste brasileiro. *Perspectivas Internacionais de Planejamento Familiar* 2001; número especial:24-9.
5. Camarano AA. Fecundidade e anticoncepção da população jovem. In: Berquó E, organizador. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. v. 1. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento; 1998. p. 109-33.
6. Heilborn ML. Gravidez na adolescência: considerações preliminares sobre as dimensões culturais de um problema social In: Vieira E, Fernandes MEL, Bailey P, McKay A, organizadores. *Seminário Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro: Cidadania, Estudo, Pesquisa e Ação/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 1998. p. 23-32.
7. Souza MMC. A maternidade nas mulheres de 15 a 19 anos como desvantagem social. In: Vieira E, Fernandes MEL, Bailey P, McKay A, organizadores. *Seminário Gravidez na Adolescência*. Rio de Janeiro: Cidadania, Estudo, Pesquisa e Ação/Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; 1998. p. 74-91.
8. Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil. *Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde*. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil; 1996.
9. Stern C, García E. Hacia un nuevo enfoque en el campo del embarazo adolescente. In: Stern C, Figueroa JC, organizadores. *Sexualidad y salud reproductiva: avances y retos para la investigación*. México DF: El Colegio de México; 2001. p. 331-58.
10. Rosemberg F. Educação formal, mulheres e relações de gênero: balanço preliminar da década de 90. In: Bruschini C, Unbehaum SG, organizadores. *Gênero, democracia e sociedade brasileira*. 1ª Ed. São Paulo: Editora 34; 2002. p. 195-224.
11. World Health Organization. *Young people's health – a challenge for society*. Geneva: World Health Organization; 1986. (WHO Technical Report Series, 731).
12. Ministério da Saúde. *Programa de Saúde do Adolescente: bases programáticas*. Brasília: Ministério da Saúde; 1989.
13. Brasil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. *Diário Oficial da União* 1996; 23 dez.
14. Dubar C. Trajetórias sociais e formas identitárias: alguns esclarecimentos conceituais e metodológicos. *Educ Soc* 1998; 19:13-30.
15. Barreto TA, Campbell OMR, Davies JL, Fauveau V, Filippi VG, Graham WJ, et al. Investigating induced abortion in developing countries: methods and problems. *Stud Fam Plann* 1992; 23:159-70.
16. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais, 2004*. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; 2005. (Estudos & Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, 15).
17. Madeira FR, Rodrigues EM. Recado dos jovens: mais qualificação. In: Berquó E, organizador. *Jovens acontecendo na trilha das políticas públicas*. v. 2. Brasília: Comissão Nacional de População e Desenvolvimento; 1998. p. 427-96.
18. Stevenson W, Maton KI, Teti, DM. School importance and dropout among pregnant adolescents. *J Adolesc Health* 1998; 22:376-82.
19. Faloppa CC, Sato DK, Souza EC, Valmórbida GA, Petrelli GS, Inoue HY, et al. Gravidez na adolescência: estudos de 50 casos atendidos na Maternidade Municipal de Londrina – PR. *Semina* 1994; 15:30-5.
20. Brandão ER, Heilborn ML, Aquino EML, Knauth DR, Bozon M. Juventude e família: reflexões preliminares sobre a gravidez na adolescência em camadas médias urbanas. *Interseções: Revista de Estudos Interdisciplinares* 2001; 3:159-80.
21. Monteiro S. Gênero, sexualidade e juventude numa favela carioca. In: Heilborn ML, organizador. *Sexualidade: o olhar das ciências sociais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor; 1999. p. 117-45.
22. Dadoorian D. Adolescentes: porque elas querem engravidar? *Femina* 1996; 24:47-51.
23. Aquino EML, Heilborn ML, Knauth D, Bozon M, Almeida MC, Araújo J, et al. Adolescência e reprodução no Brasil: a heterogeneidade dos perfis sociais. *Cad Saúde Pública* 2003; 19 Suppl 2:S377-88.

Submitted on 14/Sep/2005

Final version resubmitted on 05/Jan/2006

Approved on 31/Jan/2006